

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

FRANCINELLY APARECIDA MATTOSO

**DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E AS EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS NA CIDADE
DESIGUAL**

JUIZ DE FORA

2010

FRANCINELLY APARECIDA MATTOSO

**DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS E AS EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS NA CIDADE
DESIGUAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Tardin Cassab

Juiz de Fora

2010

Mattoso, Francinelly Aparecida.

Dinâmicas sócio-espaciais e as experiências dos jovens na cidade
desigual / Francinelly Aparecida. – 2010.
120f. : il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social)—Universidade Federal de
Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

1. Jovens – aspectos sociais. 2. Juventude – Conduta de vida. I. Título.

CDU 304-053.6

Francinelly Aparecida Mattoso

“Dinâmicas sócio-espaciais e as experiências dos jovens na cidade desigual”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Maria Aparecida Tardin Cassab (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a. Tatiana Dahmer Pereira
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a. Elizete Maria Menegat
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

Especialmente à Prof^ª. Maria Aparecida Tardin Cassab pela orientação na elaboração desta dissertação, por proporcionar-me amadurecimento profissional, pelas oportunidades, incentivo e amizade;

A todos os companheiros da Faculdade de Serviço Social; em especial às bolsistas da pesquisa “Jovens pobres: de quem se fala?” e aos colegas de turma e professores do Mestrado pelas trocas e ensinamentos proporcionados; à secretária Beth, pela atenção disponibilizada e convivência;

À equipe de profissionais, bolsistas e estagiários da Casa de Cultura pelo convívio e experiência profissional adquirida; em especial à Prof^ª. Maria Carolina Ribeiro Portella pela oportunidade de inserção no Pólo da Infância e Juventude;

A todos os jovens do Projeto “Educação e Cultura Geracional” pela alegre convivência e aprendizado;

À Universidade Federal de Juiz de Fora e à CAPES, pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho;

Às Prof^ªs. Elizete Maria Menegat e Tatiana Dahmer Pereira por aceitarem participar da Banca Examinadora.

Aos meus familiares e amigos pelo apoio e incentivo.

De tudo ficaram três coisas...

A certeza de que estamos começando...

A certeza de que é preciso continuar...

A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...

Façamos da interrupção um caminho novo...

Da queda, um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro!

Fernando Sabino

RESUMO

O presente estudo discute as implicações da dimensão territorial na vida dos jovens pobres. Privilegia-se como eixos de análise a juventude, entendida como categoria socialmente construída e sua relação com o espaço e tempo histórico; o território, a partir das relações estabelecidas pelos jovens por meio de suas práticas e interações cotidianas em seus espaços de inserção na cidade e as repercussões daí advindas, no que se refere aos limites e possibilidades de participação desses sujeitos. Nesse sentido, são problematizadas questões como as condições de vida dos jovens pobres no espaço urbano por meio das categorias cotidiano e pobreza. A análise incide nas experiências e percepções de jovens pertencentes a dois bairros do município de Juiz de Fora no campo da educação, trabalho, família e das relações que estabelecem com a cidade. Os resultados do estudo demonstram que jovens com mesmo perfil sócio-econômico, mas que vivenciam dinâmicas sócio-espaciais distintas, estabelecem perspectivas de participação e de futuro destoantes em virtude das desigualdades vivenciadas na cidade.

Palavras-chave: Jovens Pobres, Território e Ação Política

ABSTRACT

This paper focuses on analyzing the effects of the territory on young people's behavior. For this purpose, youth is considered as a built-up group of the society that keeps regular interaction with space and time; the territory consists of the place where youth are living, taking into consideration the various areas of their lives in a city and, consequently, the boundaries to their actions and the limits to their participation in everyday's social life. In this sense, many matters are studied, such as that of the poor youth's life quality and how it has to do with the urban standards. The main analysis is based on the experience and point of view from young people grown in two neighborhoods of Juiz de Fora. Not only were family and education subjects of this study but also relationships established at the workplace and relationships established with different sectors of their urban life. The results of this study appoint that young people with similar socioeconomic background but raised in different special contexts, tend to have different expectations for the future as well as divergent conception on social engagement.

Keywords: Poor youth, territory and political attitude

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Juiz de Fora: sede e distritos.....	54
Mapa 2 - Regiões Centro e Oeste de Juiz de Fora.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade e Escolaridade dos jovens.....	76
Tabela 2 - Distribuição dos jovens por sexo, cor e religião.....	76
Tabela 3 - Distribuição dos jovens por nº. de membros familiares.....	77
Tabela 4 - Distribuição das famílias por renda.....	77
Tabela 5 - Jovens distribuídos pelo nível de escolaridade de seus pais.....	78
Tabela 6 - Tipo de ocupação das mães por bairro.....	78
Tabela 7 - Tipo de ocupação dos pais por bairro.....	79
Tabela 8 - Tipo de vínculo de trabalho das mães por bairro.....	79
Tabela 9 - Tipo de vínculo de trabalho dos pais por bairro.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS – Centro de Atenção à Saúde
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DCE – Diretório Central dos Estudantes
Dr^a – Doutora
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FUNALFA – Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage
Hab. – Habitantes
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA – Índice de Homicídios na Adolescência
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
MinC – Ministério da Cultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
Nº – Número
ONG – Organização Não-Governamental
PACS – Programa Agentes Comunitários de Saúde
PISM – Programa de Ingresso Seletivo Misto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pólo SIJ – Pólo de Suporte às Políticas de Proteção à Família, Infância e Juventude
PROEXC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Prof^a – Professora
SESC – Serviço Social do Comércio
SESIMINAS – Serviço Social da Indústria de Minas Gerais
SM – Salário Mínimo
TV – Televisão
UAP – Unidade de Atenção Primária à Saúde
UNE – União Nacional dos Estudantes
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE	14
1.1 Juventude como categoria socialmente construída e o conceito de geração.....	14
1.2 O ser jovem na contemporaneidade e a vivência da pobreza.....	20
1.3 A vivência dos jovens pobres no presente.....	27
CAPÍTULO 2 - AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NA VIDA DOS JOVENS	32
2.1 A cidade na produção de experiências sociais.....	32
2.2 A experiência dos jovens pobres na cidade.....	43
2.3 O território como elemento desencadeador da ação política juvenil.....	47
2.4 A cidade desigual: Juiz de Fora e os bairros de origem dos jovens pesquisados.....	53
2.4.1 O bairro Dom Bosco no município de Juiz de Fora.....	55
2.4.2 O bairro São Pedro a partir de sua centralidade na região Oeste de Juiz de Fora.....	58
CAPÍTULO 3 - OS JOVENS EM SUAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS: AS EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS PESQUISADOS	65
3.1 Aspectos metodológicos do estudo: o processo de apropriação das condições de vida, experiências e percepções dos jovens pesquisados.....	65
3.2 Projeto “ConViver”: em busca de espaços democráticos.....	69
3.2.1 O universo pesquisado: condições sócio-econômicas dos jovens.....	72
3.2.1.1 Os jovens do bairro Dom Bosco.....	72
3.2.1.2 Os jovens do bairro São Pedro.....	74
3.2.2 As oficinas do projeto: trabalho com jovens na perspectiva sócio-educativa.....	80
3.3 Os grupos de discussão com os jovens de ambos os bairros: o que pensam os jovens.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, em uma sociedade que experimenta mudanças profundas e aceleradas, indaga-se recorrentemente sobre as possibilidades de futuro reservadas aos jovens. Com suas trajetórias circunscritas a processos sociais complexos, que se alteram conforme os espaços, tempos e contextos em que estão inseridos, diversos segmentos juvenis explicitam demandas e constroem caminhos diferenciados em suas vidas.

A realidade social demonstra que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder. A juventude é entendida então como uma construção social, a partir das múltiplas formas como a sociedade vê os jovens e nas quais se conjugam estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, entre outros.

O tempo da juventude talvez contenha a experiência mais expressiva de exercício da vida pública e o primeiro contato de apropriação do espaço urbano como um texto no qual se inscreve a noção de cidadania. Como as cidades brasileiras são textos da desigualdade social, o espaço público que elas figuram proporciona aos jovens a primeira vivência política experimentada nessa fase da vida.

O interesse em abordar a base teórica aqui desenvolvida, qual seja a juventude como categoria socialmente construída a partir da apropriação da dimensão espaço-temporal, deriva da inserção da discente no Grupo de Pesquisa “Geração, Trabalho e Espaço”, o qual, por meio da pesquisa “Jovens pobres: de quem se fala?”, coordenada pela Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Tardin Cassab, proporcionou reflexões referentes ao tema.

Paralelamente a isso, outro aspecto relevante para a composição do objeto de estudo deste trabalho foi a inserção da mestranda no programa de extensão “Pólo de Suporte às Políticas de Proteção à Família, Infância e Juventude” da Faculdade de Serviço Social da UFJF, com o desenvolvimento de projeto de extensão voltado especificamente para o público jovem.

Com o intuito de abarcar ambas as propostas, ou seja, realizar um estudo que tivesse relação com a discussão desenvolvida na pesquisa e contemplar a experiência proporcionada pelo referido projeto de extensão, este trabalho foi estruturado objetivando problematizar as

relações que os jovens pobres estabelecem com a cidade e de que forma essas relações interferem em suas percepções e perspectivas de participação e de futuro.

A questão principal incide sobre a vivência cotidiana dos jovens em espaços diferentes da cidade, demarcados por processos de heterogeneidade e homogeneidade, e as repercussões dessa inserção em termos de ações e possibilidades de participação social.

Foram eleitos como eixos analíticos o território, por meio de problematizações acerca dos bairros de origem dos jovens, e as relações cotidianas explicitadas por práticas e interações concretas no campo da educação, do trabalho e demais grupos de inserção, no contexto da cidade contemporânea.

As aproximações ao objeto de estudo foram realizadas por meio de pesquisa empírica e de abordagens teóricas, a partir do entendimento de que a metodologia se constrói no processo de investigação.

A sistematização das atividades desenvolvidas por meio de oficinas sócio-educativas e “grupos de discussão” junto aos trinta e um jovens residentes em dois bairros situados no entorno do campus da UFJF (Dom Bosco e São Pedro) participantes do projeto de extensão “Comunicação e Educação Geracional” realizado no ano de 2009 pelo programa de extensão citado anteriormente compõem o material empírico do estudo.

Foi percorrido um caminho metodológico que possibilitou aos jovens apresentarem suas percepções sobre a juventude, o trabalho, a educação, seus bairros e cidade, com o objetivo de compreendê-los no momento presente, a partir de suas experiências e vivências cotidianas.

A partir destes dados e com base nas referências teóricas, este estudo está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo discute-se a juventude como categoria socialmente construída e que devido a isso adquire sentidos e significados de acordo com o contexto sócio-histórico e cultural. A abordagem do conceito de geração possibilita discorrer sobre a juventude contemporânea a partir das características atribuídas a esse segmento e de suas condições objetivas de vida. Em especial, discute-se a situação dos jovens pobres na cidade. As experiências dos jovens, apesar de individuais, se universalizam na medida em que apresentam pontos comuns, como modo de inserção no mercado de trabalho, acesso à educação e condições familiares, referenciadas na compreensão sobre geração.

No segundo capítulo o debate está centrado na configuração do espaço urbano. Os elementos trabalhados relacionam-se às experiências dos jovens no cotidiano mediadas pelo espaço físico, pelo território, a partir de categorias centrais como pobreza, cidade e cotidiano.

A cidade de Juiz de Fora e os bairros de origem dos jovens são problematizados com o objetivo de caracterizar as dinâmicas sócio-espaciais vivenciadas por esses sujeitos.

No terceiro capítulo são apresentadas e discutidas as percepções dos jovens estudados no que se refere às suas experiências na cidade, com ênfase para as discussões sobre educação, trabalho e participação política. Neste capítulo é apresentado ainda todo o percurso metodológico com o objetivo de aproximar-se do objeto de estudo e assim todas as atividades realizadas com os jovens são descritas com o intuito de subsidiar a compreensão das análises apresentadas.

A apreensão da dimensão territorial como elemento estratégico na definição de ações destinadas aos jovens apresenta-se como questão a ser problematizada por meio do estudo. Nesse sentido, discute-se em que medida os espaços de maior heterogeneidade social podem possibilitar novas formas de sociabilidade a partir das diferenças existentes, em contrapartida aos espaços homogêneos, que não permitem aos indivíduos a vivência do estranhamento e dessa forma, podem levar ao conformismo.

1 - JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE

Neste capítulo busca-se a reflexão sobre a categoria juventude como um conceito construído histórica e culturalmente. A abordagem sobre a juventude a partir do conceito de geração possibilitará discorrer sobre a juventude contemporânea a partir das características atribuídas a esse segmento, bem como de suas condições objetivas de vida. O modo de interação dos jovens, as maneiras como eles se situam nas cidades, a forma como são vistos pela sociedade, como ocupam e dão significado ao seu cotidiano têm como referência o entendimento de que suas experiências são mediadas pelo tempo e espaço.

1.1 - Juventude como categoria socialmente construída e o conceito de geração

Juventude é um conceito construído histórica e culturalmente. As definições sobre “o que é ser jovem?”, “quem e até quando pode ser considerado jovem?” têm mudado no tempo e no espaço e refletem disputas no campo político, no campo econômico e também entre gerações.

A compreensão da juventude como categoria social e sua relação com o tempo e espaço possuem ligação com as construções e significados das experiências sócio-culturais, das vivências e interações interpessoais que os jovens estabelecem.

Falar em juventude implica reconhecer a temporalidade presente nessa noção. Em cada período histórico e nas várias formações sociais, as concepções, as representações, as funções atribuídas aos jovens na vida social e a compreensão de seu desenvolvimento serão diferentes. Além desta diversidade, no interior da própria formação social, haverá diferenças a partir da posição que o jovem ocupa nas relações sociais.

Groppo (2000) defende que a juventude como categoria social corresponde a uma representação sócio-cultural e a uma situação social (Mannheim). Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens; significa uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos. Trata-se não apenas de limites etários pretensamente naturais e objetivos, mas também, e

principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com suas próprias formas e conteúdos que têm importante influência nas sociedades modernas.

O critério etário, o qual delimita a juventude de acordo com faixas de idade, está sempre presente, expresso ou subjacente, como base prévia de uma definição de juventude.

Outra perspectiva sociológica é a que enfatiza a relatividade do critério etário, pois a juventude, o jovem e seu comportamento mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional.

Para o autor, a juventude é um componente importante na formação e funcionamento das sociedades modernas, a partir do qual análises qualificadas e relevantes da modernidade podem ser desenvolvidas ao combiná-la com outras categorias sociais. Observa que a categoria social juventude tem uma importância crucial para o entendimento de diversas características das sociedades modernas, o funcionamento delas e suas transformações. As faixas etárias e a cronologização do curso da vida são constituições da sociedade moderna, assim como as classes sociais.

Esteves e Abramovay (2007) destacam que ainda que pensar o conceito de juventude implique, obrigatoriamente, na tomada de um caminho permeado por muitas tensões – as quais se deixam traduzir, entre outros aspectos, pela extensa multiplicidade de significados atribuídos ao tema –, percebe-se que um ponto de partida recorrente em diversos trabalhos é o seu tratamento com base em postulados demográficos, respaldado por aportes da psicologia. Assim, visando a facilitar a realização de comparações internacionais, regionais, temporais, socioeconômicas etc., em muitos casos, parte-se de uma definição predominantemente etária, abrangendo o ciclo que vai dos 15 aos 29 anos, cuja principal característica é a sua transitoriedade, razão pela qual está fadada a ser perdida com o passar dos anos (UNESCO, 2004).

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc.

Os autores lançam mão da revisão feita por Pais (1993) e destacam que as representações mais correntes do que se compreende por ser jovem podem, de acordo com a sociologia da juventude, ser traduzidas e agrupadas em duas grandes linhas, quais sejam:

- Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estar vivenciando certa fase da vida, isso é, pertencerem a um dado grupo etário. Nessa linha, a prioridade é conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes dessa etapa da existência.

- Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo *juventudes*, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria.

Ainda segundo Pais (1993), embora tais visões impliquem diferentes estratégias de abordagem, elas não se anulam. Isso porque, dependendo do enfoque, a juventude pode se apresentar tanto como um grupo aparentemente homogêneo quanto heterogêneo. No primeiro caso, por exemplo, quando é comparada com outras gerações; na segunda hipótese, quando é analisada como um conjunto social detentor de atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros.

O conceito de juventude, do mesmo modo que toda categoria socialmente construída acerca de fenômenos existentes, possui uma dimensão simbólica. Entretanto, reduzi-lo a essa dimensão empobrece o seu significado, desmaterializando-o. Desse modo, o seu tratamento deve, obrigatoriamente, considerar as determinações materiais, históricas e políticas inerentes a toda e qualquer produção social.

Com base nesses postulados, pode-se dizer que os jovens vivem, na contemporaneidade, numa época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico e moral, que afetam, de modo indelével, sua transição para a vida adulta. Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar nas juventudes, mas não apenas entre elas, aspirações que, muitas vezes, deságuam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria -, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e acirramentos das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis.

Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais. Não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si. Vivencia-se a condição juvenil de diferentes maneiras, em função das diferenças

sociais e de parâmetros concretos, como o dinheiro, a educação, o trabalho, o lugar de moradia, o tempo livre, entre outros.

Nos últimos anos, quer pela necessidade de uma maior permanência no sistema educacional, quer pela dificuldade de os jovens ingressarem no mercado de trabalho – e, com isso, adquirirem autonomia e independência econômica face às suas famílias, para, inclusive, constituírem novas famílias -, a condição juvenil vem sendo crescentemente prolongada. Exemplo disso é o Brasil, onde, por conta de uma série de injunções, tal condição foi recentemente estendida da idade de 25 para 29 anos (UNESCO, 2004).

Ainda que as diferenças sejam marcantes, existem, no entanto, algumas características que parecem comuns a todos os grupamentos juvenis, estendendo-se a todos independentemente de suas condições objetivas de existência. Dentre elas, destacam-se, entre uma série de outras: a procura pelo novo; a busca de respostas para situações e contextos antes desconhecidos; o jogo com o sonho e a esperança; a incerteza diante dos desafios que lhes são colocados ou inspirados pelo mundo adulto, etc.

O uso sociológico no plural do termo juventude visa dar conta da diversidade na vivência desta fase de transição à maturidade, ou de socialização secundária, denominada “juventude”. Esta concepção observa a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio-cultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero etc. – saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é “ser jovem”, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes.

Segundo Cassab (2001), não é possível falar de juventude no singular. As múltiplas formas de inserção dos jovens a partir de suas origens e posição de classe é que determinarão de que jovens se fala. Para a autora, a referência aos jovens como sujeitos sociais, existentes em uma classe social, implica reconhecer que os mesmos são marcados pela historicidade, constroem-se em um universo de cultura e só podem ser pensados como seres relacionais e políticos.

Ser jovem é sempre uma condição transitória, é uma travessia, uma passagem sinalizada não só por algumas peculiaridades físicas, sem dúvida, mas também por atributos que são históricos e socialmente construídos. Como travessia, não está nitidamente delimitada, é mais longa nas sociedades industriais, e foi extremamente breve em outros períodos; mas de todo modo, ela aparece marcada por seu caráter limiar, de superação da infância e de margear a idade adulta (CASSAB, 2001, p. 63-4).

São tantas as juventudes quanto são as classes sociais, as etnias, as religiões, os gêneros, os mundos urbanos ou rurais, etc. Tal é a posição defendida por Castro e Abramovay (2003) ao afirmarem que “definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicação, participação, consumo, gênero, raça, etc.” (p. 43).

A juventude como categoria social é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a de classe ou estrato social – e, devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero.

Contemporaneamente, parece ser um traço marcante das vivências juvenis a formação de grupos concretos que constroem identidades juvenis diferenciadas de acordo com os símbolos e estilos adotados em cada grupo em particular, inclusive nos casos em que há coincidência étnica, de classe, gênero e localidade.

Groppo (2000) observa que o paradigma mais geral da criação das juventudes na modernidade remete à dificuldade de aplicação do ideal da juventude, como uma fase transitória e de aquisição da maturidade social, em relação à realidade sócio-cultural múltipla e complexa. A criação das juventudes por ser um dos fundamentos da modernidade é um sinal de que este fundamento, assim como outros fundamentos da modernidade, possui contradições. O entendimento dessa diversidade passa pela aplicação combinada de outras tantas categorias que, assim como a juventude, se referem a realidades sociais contraditórias: classe social, estrato social, etnias, gêneros, oposição urbano-rural, relação nacional-local, global-regional etc.

O autor ao discorrer sobre juventude faz menção ao conceito de geração utilizado por Karl Mannheim, o qual define geração como um “fato coletivo”, como uma forma de situação social. Enquanto um grupo social concreto define-se como união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados, a geração é estruturalmente semelhante à posição de classe de um indivíduo na sociedade. A situação de geração é “baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana”. Tanto a vivência de uma posição de classe quanto a experiência comum de indivíduos situados em uma mesma fase crucial do curso da vida - a juventude – proporcionariam aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial e a um tipo característico de ação historicamente relevante.

Mannheim (1978) baseia a situação de geração pelo critério da experiência comum de uma transformação biológica – o curso natural da vida -, podendo a geração ser considerada uma vivência social criada a partir de um fundamento natural. O autor distingue a situação de geração da unidade de geração, sendo a segunda uma possibilidade, uma potencialidade de cada momento histórico particular e de cada situação social.

A unidade de geração pode ser dada por um repertório comum de experiências sociais, dramáticas ou não, singulares ou cotidianas, de indivíduos situados nas mesmas faixas etárias, principalmente naquelas faixas de transição à maturidade, como a juventude (participação política). Para Mannheim, na juventude os indivíduos realizam pela primeira vez a absorção consciente de suas experiências sociais, passam a ter realmente uma experimentação pessoal para com a vida. Apresenta uma recepção diferente dos acontecimentos, principalmente das transformações sociais: explica por que os grupos etários mais velhos não participam da mesma unidade de geração dos grupos etários mais jovens.

Mannheim observa que a unidade de geração não desenvolve representações e atitudes necessariamente “progressistas”, muito menos ações benéficas para a criação de uma sociedade democrática planejada. A juventude de Mannheim é uma “força potencial de transformação da sociedade”. Mas também pode ser, e este é o problema, uma força de conservação.

A juventude e as novas gerações aparecem em Mannheim como forças transformadoras da modernidade, elementos dinâmicos de um tempo em constante mudança, independentemente do sentido “progressista” ou “conservador” de sua atuação. Para Mannheim, enquanto as sociedades tradicionais depositam o prestígio e o poder nos mais velhos, além de relutarem “em encorajar novas forças latentes dos jovens”, as sociedades dinâmicas, como as modernas, “contarão principalmente com a cooperação da juventude” quando quiserem mudar sua filosofia social ou política. Em Mannheim, a juventude é reconhecida como “agente revitalizador” da modernidade.

A concepção de juventude de Mannheim é abrangente, envolvendo as três noções gerais de juventude trabalhadas pela sociologia, quais sejam: a noção de transitoriedade, na qual a juventude antecede a vida social plena; a noção de projeto – “a etapa juvenil como estágio de preparação para uma vida posterior socialmente plena”, e a noção de crise e ruptura.

Foracchi (1972) para discutir a juventude, o faz a partir da geração. Essa autora defende que, ainda que a idade delimite a existência humana, as barreiras cronológicas não demarcam por si só uma geração, na medida em que essa última se diferencia através das

peculiaridades e modo de vida particular daqueles indivíduos que se encontram em determinada circunstância sócio-histórica.

Quando Foracchi (1972) se refere à categoria de geração, lança mão do conceito de Karl Mannheim, que considera a geração uma categoria sociológica, na medida em que esta se expressa por meio de sua dimensão histórica e tem suas especialidades relacionadas aos múltiplos processos sociais vivenciados pelos diferentes indivíduos.

A geração assim pode ser definida por uma situação similar ao conjunto de indivíduos que possuem um estilo de ação peculiar. Embora mudanças biológicas caracterizem e influenciem a determinação de gerações, o conceito deve ser entendido como uma “localização social comum”, não podendo ser identificado como um grupo ou uma classe. Esses indivíduos, pois, podem vivenciar experiências comuns, possibilitando a origem de uma forma e um estilo de atuação característicos de uma geração.

A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais – como a classe ou estrato social –, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero (GROPPO, 2000, p. 15).

Nesse sentido a juventude se apresenta como uma categoria socialmente construída, visto que a noção sobre o que representaria esse momento da vida está sob influência dos diferentes contextos no qual esse segmento está inserido. Dessa forma, as representações da juventude modificam-se no espaço e no tempo. O tempo das gerações tem um significado eminentemente social e histórico. Diversos significados atribuídos à determinada geração se relacionam com os tipos de sociabilidades em constantes mudanças, abarcando diversos tipos de representações.

1.2 – O ser jovem na contemporaneidade e a vivência da pobreza

Na última década, em um mundo que experimenta mudanças cada vez mais profundas e aceleradas, tem sido recorrente indagar-se sobre qual lugar social está reservado aos jovens. Novos cenários globais e locais conduzem à necessidade de um olhar muito apurado sobre esse amplo universo, profundamente diversificado, formado por mulheres e homens jovens. Com suas trajetórias circunscritas a processos sociais extremamente ricos e complexos, que se

alteram conforme os espaços, tempos e contextos em que estão inseridos, diferentes segmentos juvenis explicitam demandas e constroem inéditas identidades e outros caminhos para sua emancipação.

Circunscrevendo o olhar ao tempo e à cultura, observa-se que existem grupos e segmentos juvenis organizados que podem falar por parcelas da juventude, mas nenhum deles tem a delegação de falar por todos aqueles que fazem parte da mesma faixa etária.

Os limites etários não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo, E, ao mesmo tempo, o aumento de expectativas de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitem que parte deles possa alargar o chamado tempo da juventude até 29 anos. Qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes.

Percebe-se que há variações na relação dos jovens com o seu tempo: para alguns jovens diante da incerteza quanto ao futuro e das satisfações que o presente disponibiliza torna-se necessário viver de modo intenso essa fase da vida. Para outros, há uma antecipação do porvir, o presente representa uma passagem em direção ao futuro, no qual o mesmo é permeado por sofrimento, uma vez que a instabilidade e a incerteza tornam-se as novas condições de “normalidade”.

Em contextos sociais marcados, dentre outros aspectos, pelas diferenças e desigualdades, a juventude deve ser pensada em suas múltiplas dimensões, buscando compreender de que maneiras os jovens, na sua diversidade, vivenciam os problemas dessa fase da vida. As diferentes juventudes são marcadas pelas (im) possibilidades relacionadas às desigualdades e que parecem ser condicionantes estruturais para negar o direito à cidadania¹ a muitos desses jovens.

Cara e Gauto (2007) destacam que ainda hoje a compreensão da condição juvenil como *momento preparatório* convive e concorre com a interpretação da juventude como *etapa problemática* da vida. Em ambas as abordagens analíticas há forte impulso conservador, no sentido de que, para as duas correntes, os jovens não são os sujeitos de sua vida/história. Se para a primeira linha interpretativa a condição juvenil é um momento de aprendizado e formação, devendo os jovens serem *educados* para o enfrentamento dos desafios futuros

¹ Segundo Coutinho (1997), a concepção moderna de cidadania está articulada à democracia, a qual diz respeito à presença efetiva de condições sociais e institucionais que possibilitam aos cidadãos a participação ativa na formação do governo e no controle da vida social, sendo sinônimo de soberania popular. Segundo o autor, o conceito que melhor expressa a democracia, portanto, é o de cidadania, a qual “é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (p. 146).

correspondentes à vida adulta, no caso da segunda corrente a fase juvenil contempla uma série de riscos, sendo os jovens as principais vítimas dos problemas sociais que ameaçam a ordem nacional, com ênfase para questões relacionadas às áreas de saúde e de segurança pública. Nesse caso, são os jovens os principais destinatários de projetos e ações governamentais e não-governamentais que procuram enfrentar questões como a gravidez na adolescência, a drogadição, as doenças sexualmente transmissíveis, o envolvimento em ações violentas, a criminalidade e o narcotráfico. De fato, em termos quantitativos e relativos, todas essas questões encontram na juventude o grupo etário mais vulnerável da população, tornando os jovens as mais comuns vítimas desses problemas sociais.

Como elemento intrínseco ao conservadorismo, as abordagens da juventude como *período preparatório* e a que defende a fase juvenil como *etapa problemática* encerram perspectivas de classe. No contexto brasileiro, a possibilidade da moratória – praticamente – só é permitida a setores juvenis pertencentes às classes média e alta, pois somente os jovens dessas clivagens econômicas têm como possibilidade uma ocupação exclusivamente educacional. Em contrapartida, a priorização de ações de saúde e segurança pública, presente na concepção da condição juvenil como momento problemático da vida, encontra entre os jovens das classes populares seus principais destinatários, em uma acepção desses como clientes e/ou usuários. Reside, nesse caso, uma perspectiva – quando muito – compensatória, calcada geralmente em uma tentativa arrogante e preconceituosa de dar oportunidade a esses grupos juvenis vulneráveis de ingressarem em uma espécie diminuta e limitada de *processo civilizatório*.

Considerando a função simbólica do consumo – ou seja, o seu papel no sentido de identificar, distinguir e dar prestígio, colocando o portador/usuário de certos objetos, linguagens etc. numa determinada categoria social -, pode-se dizer que os jovens que orientam seu consumo em função da moda buscam pertencimento, reconhecimento e legitimidade. Procuram aceitabilidade, fazer parte de certos grupos, afirmar uma identidade social. Devem adequar sua maneira de vestir, de falar e de se expressar, suas preferências musicais e sua linguagem corporal às exigências do meio social em que têm vontade de se inserir.

No Brasil, boa parte da juventude sofre com o agravamento das condições sociais, em especial os residentes nos grandes centros urbanos. Os jovens se apresentam, em quadro geral, como uma população demandante de políticas públicas que proporcionem melhorias na qualidade de vida, como demonstram as pesquisas nacionais.

Esta faixa etária realiza pressões político-sociais no momento atual do país, exigindo a garantia do acesso à educação, emprego, saúde, previdência social e demais direitos indispensáveis.

Arelado ao quadro de precarização das condições de vida dos jovens, estão as concepções de fundo teórico e ideológico que contribuem para a formação da subjetividade juvenil, na forma como o jovem se percebe e se insere na sociedade e nas ações destinadas a eles.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE (2007), o Brasil conta com 50,2 milhões de jovens, o que representa 26,4% da população. Destes, 14 milhões possuem renda familiar abaixo de meio-salário mínimo, o que significa 30% da população entre 15 e 29 anos. Apenas a metade daqueles pertencentes ao grupo de 15 a 17 anos frequenta o ensino médio. Cerca de 4,6 milhões de jovens estão desempregados.

A educação tem o impacto de perpetuação do ciclo de pobreza entre gerações, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldades em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos. O Brasil ainda contava, em 2007, com 14,1 milhões de analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade – uma taxa de 10%; 45,8 % dos adolescentes com 14 anos de idade que frequentam a escola não sabem ler (PNAD, 2007).

Conforme estudo divulgado pelo Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (2009), que apurou o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), hoje, nos médios e grandes centros urbanos, as chances de um adolescente completar seus 18 anos tendem a diminuir quanto mais forem as dinâmicas de violência urbana que também atingem outras faixas etárias. As análises também apontam que o impacto destes homicídios continua subindo até atingir o seu pico na faixa de 20 a 24 anos. Ainda segundo o estudo, em torno de 33,4 mil jovens irão morrer nos próximos sete anos.

Segundo Fraga (2008), devido às transformações demográficas, epidemiológicas e sociais profundas pelas quais passou o Brasil nas últimas décadas, uma das conseqüências mais expressivas observadas na sociedade foi o aumento de eventos violentos, com destaque para os homicídios, em grandes centros, em cidades médias e pequenas, sendo os jovens os mais atingidos por todo esse incremento da violência e dos homicídios, em particular.

Conforme dados do IPEA (2010), 78% das mortes dos jovens do sexo masculino são ocasionadas por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito²) num cenário em que a

² Os homicídios são responsáveis por 37,8% das causas de morte entre os jovens, sendo que 93% das vítimas são do sexo masculino com uma taxa de 120,0 por 100 mil hab. no grupo de 20 a 24 anos; os acidentes de trânsito são responsáveis por 17,3% de todas as mortes juvenis.

violência cotidiana é cometida por jovens contra outros jovens a partir da disseminação do porte de armas, do culto à violência e exacerbação das desigualdades sociais. Como elementos potencializadores dessas ações há o acesso ao “dinheiro fácil”, o reconhecimento imediato e a afirmação da identidade e da auto-imagem juvenil em construção.

A juventude caracteriza-se, também, por ser o momento de entrada na vida adulta. Tradicionalmente, esta entrada ocorre pela saída da escola, seguida da inserção profissional e da constituição de um novo núcleo familiar/domiciliar, com ou sem filhos, sendo estas dimensões centrais no processo de autonomia e independência dos jovens.

Segundo Camarano, Mello e Kanso (2009), no período de 1982-2007 por duas dimensões, participação no mercado de trabalho e frequência à escola, confirmam-se cinco tendências já observadas em estudos anteriores: aumento da escolarização para ambos os sexos; redução da proporção de jovens do sexo masculino que apenas participavam do mercado de trabalho; aumento da proporção de jovens que combinavam as duas atividades – trabalho e escola; aumento na proporção de jovens do sexo masculino que não estudavam nem participavam das atividades econômicas, ou seja, não trabalhavam e não procuravam trabalho; e uma expressiva redução entre as mulheres nesta categoria em prol de uma maior participação nas atividades econômicas.

O número médio de anos de estudo dos homens de 15 a 29 anos passou de 5,2 para 8,4 anos. Entre as mulheres, o incremento foi ainda maior, de 5,5 para 9,2 anos. A partir da idade de 15 a 19 anos, prevaleceu a condição de participação no mercado de trabalho entre os jovens dos dois sexos. Aproximadamente, dois terços das mulheres de 15 a 29 anos que não estudavam e não estavam no mercado de trabalho já tinham tido filhos em 2007.

Outra forma de inserção no mundo adulto ocorre pela saída da casa dos pais, aqui medida pela proporção de jovens que declararam ter assumido a posição de chefe ou cônjuge em um novo domicílio. Isto pode ocorrer via constituição de um novo núcleo familiar, como casamento e/ou maternidade/paternidade.

Para Fraga (2008), o Brasil vive atualmente o que se convencionou nomear de “onda jovem”. Se populacionalmente os jovens são significativamente numerosos, as políticas públicas voltadas para eles não correspondem à sua importância populacional e o quanto demandam de programas e ações visando à melhoria das suas condições de vida. Deveriam ser os jovens alvos privilegiados das políticas sociais dos governos, pois as consequências das rápidas mudanças contemporâneas os atingem preferencialmente.

Os jovens pobres vivenciam essa realidade de forma ampliada, já que os reflexos dessa situação os atingem, sobretudo de forma a dificultar o acesso à educação e ao mercado de trabalho.

A pobreza é uma categoria importante, complexa, que envolve muitas dimensões. É através dela que os sujeitos reportam seu pertencimento a um lugar social determinado, definido e situado no tempo. Para além dos indicadores relacionados à renda e ao usufruto de bens, serviços e da riqueza socialmente produzida, a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças.

Segundo Lavinias (2002), a pobreza adquire importância central no momento em que surgem as grandes cidades, demandando intervenções do setor público com vistas a uma regulação eficaz dessa questão.

A pobreza, então, é um fato urbano, sendo que além da maioria dos pobres viverem nas cidades e zonas metropolitanas, observa-se que a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho e da natureza do sistema de proteção social.

A discussão da pobreza remete ao estado de carência que pode colocar em risco a condição humana, ou seja, um padrão de vida aquém do que é preciso para sobreviver, sendo pobre aquele que não tem suas necessidades atendidas a partir de mínimos vitais e variáveis em função do grau de desenvolvimento e do nível de riqueza de dada comunidade ou sociedade, sendo a pobreza um estado relativo.

A análise da condição dos jovens pobres na contemporaneidade reside nas experiências de trabalho e não-trabalho na vida dos sujeitos, produzindo importantes impactos nas formas de pertencimento e ação política dos jovens.

Pertencer à mesma classe ou geração franqueia ao indivíduo uma situação comum espaço-temporal, o que delimita um horizonte potencial de experiências que predispõe o sujeito na classe a uma forma de ação, de pensamento e em particular a um tipo característico de ação historicamente relevante. Por outro lado, um outro grande número de experiências e formas de pensamento está excluído, delimitando as possibilidades de auto-expressão abertas ao sujeito.

De acordo com Oliveira (2003), a existência da “consciência de classe” na sociedade capitalista demanda um processo do qual são engendradas consciências recíprocas das classes

e a partir desse movimento é que a “consciência de classe” é gestada. Paralelamente, segundo o autor, é a mediação entre a produção e a reprodução que possibilita o momento da subjetividade ou da subjetivação da objetividade, a partir da inserção na divisão social do trabalho, possibilitando ao indivíduo a apreensão de seu pertencimento a uma classe específica, a qual ocupa determinado lugar no processo produtivo. E esse movimento de reconhecimento é o espaço da política.

Na atualidade, a classe trabalhadora configura-se pela complexidade, heterogeneidade e fragmentação, o que implica em significativos desdobramentos na vida dos jovens trabalhadores. Dessa forma, os jovens vivenciam experiências de isolamento em suas relações com outros. Nesse isolamento ele é fraco, pois não se torna um sujeito coletivo, integrado em fluxos de interesses e compartilhamentos, capaz de se apresentar como portador de um discurso e de uma prática social nas arenas de negociação dos antagonismos sociais.

Novaes (2008) afirma que a desigualdade mais evidente entre os jovens remete à classe social e que essa diferenciação de classe torna-se mais complexa quando são introduzidos no debate quesitos como gênero e raça, os quais interferem nas trajetórias dos jovens.

Segundo o IPEA (2010), 30,4% dos jovens podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Os jovens de baixa renda estão concentrados na região Nordeste (50,9% do total do país), com destaque para o fato de que 37,5% da juventude nordestina é constituída de jovens pobres que vivem em áreas rurais. Os jovens pobres são majoritariamente não-brancos (70,8%), enquanto os jovens brancos são 54,1% dos não-pobres.

Esses dados demonstram que a questão racial é um elemento importante ao se discutir juventude e pobreza, tendo em vista que de acordo com os dados a maioria dos jovens pobres é negra. Ainda de acordo com os dados do levantamento, o analfabetismo entre os jovens negros é quase três vezes maior do que entre os brancos, a frequência ao ensino médio e ao ensino superior é 55,9% e três vezes maior entre os brancos, respectivamente; as taxas de homicídio entre os jovens pretos e pardos são de 148,8 e 140,9 por 100 mil hab. respectivamente, ao passo que entre os brancos é de 69,3% dos jovens que vivem em zonas urbanas (1/3 em áreas metropolitanas e 2/3 em áreas não metropolitanas) e 15,1% em áreas rurais.

No que se refere às diferenças de gênero entre os jovens, destaca-se que a maioria dos jovens é do sexo feminino, já que do total de jovens 49,5% são homens e 50,5% mulheres.

Observa-se ainda uma tendência da pobreza reproduzir-se mais entre as mulheres jovens do que entre os homens devido ao fato de que a proporção de jovens mulheres que não trabalham e não estudam é crescente de acordo com a faixa etária, passando de: 12,3% no grupo de 15 a 17 anos, 31,7% 18 a 24, 32,7% no grupo de 25 a 29; dos 6,2% dos jovens de 15 a 17 anos na condição de chefe do domicílio ou cônjuge, 87,6% são mulheres (majoritariamente na condição de cônjuges) e dentre essas 47,4% pertencem ao grupo de renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo e 71,2% delas não estudam, tendo seu tempo preenchido pelas atividades domésticas, o cuidado com os filhos e responsabilidades familiares de outras ordens.

De 1998 a 2005, 15,9% dos nascidos vivos no Brasil eram filhos de mães com menos de 18 anos, denotando que meninas e meninos adolescentes ou jovens adultos são obrigados a ter responsabilidade muito cedo com a maternidade/paternidade, sendo, na maioria dos casos, obrigados a abandonar estudos para cuidar e sustentar seus filhos. As consequências para a qualidade de vida dos familiares, dos pais e das crianças são expressivas.

1.3 – A vivência dos jovens pobres no presente

A partir dos anos 1990 multiplicaram-se os estudos sobre juventude no que se refere aos atos de violência nos quais os jovens eram tidos como protagonistas e também os estudos relacionados ao campo da cultura, com ênfase para as manifestações culturais consideradas caracterizadoras dos jovens da periferia urbana: funk, hip-hop, rap, entre outros.

A partir de abordagens que apresentam uma retórica do medo, da violência, do horror diante de uma juventude vista como um problema social, a ideia de juventude se associa à noção de crise, desordem, irresponsabilidade, enfim, problema social a ser resolvido, que merece atenção pública.

Esses discursos acabam de alguma forma incidindo na constituição das políticas públicas. Os jovens pobres se tornam alvo das mesmas, visto que carregam consigo a imagem de uma juventude perigosa, potencialmente violenta, que necessita de uma ampla intervenção da sociedade. Portanto, essas políticas acabam por legitimar estereótipos acerca desses jovens, na medida em que reforçam estigmas e desconsideram as desigualdades sociais que os mesmos vivenciam. Nesse sentido, os jovens pobres ganham visibilidade por diversas razões próprias da sua condição peculiar.

Cassab e Reis (2009) observam que os jovens pobres, no processo de transição para a vida adulta, não encontram espaço para desempenhar os novos papéis socialmente estabelecidos, relacionados à vida produtiva. Para esses jovens, o trabalho além de ser o único caminho para uma vida melhor, tem um sentido existencial quando proporciona perspectiva de futuro. Possuem ainda uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, pois já carregam consigo as marcas de sua condição, cunhadas pela sociedade. Amplamente divulgados pela mídia, esses jovens possuem suas identidades mediadas pela ideia do jovem pobre marginal.

Especialmente, para os jovens pobres, o trabalho pode contribuir para a supressão de certas marcas do não pertencimento. Estar trabalhando é uma forma de “mostrar” para a sociedade que pertence à classe trabalhadora e, não ao mundo do tráfico de drogas, por exemplo. Dessa forma o trabalho para esses jovens pode abrir novas vias de sociabilidade e integração societária.

O mundo do trabalho hoje apresenta aos jovens requisições crescentes que envolvem o binômio trabalho/educação. Nesse sentido, a ideia de empregabilidade como atributo do trabalhador cresce. Além da formação escolar se impõe uma qualificação cada vez mais voltada às necessidades do processo de trabalho redefinido.

A concepção de formação embalada na noção de empregabilidade considera que depende de cada indivíduo o acesso às chances de seu êxito, esse se dá em razão de seus méritos pessoais e do sucesso de suas estratégias individuais de educação e instrução escolar. Essa educação reforça a produção de uma subjetividade fundada na individualidade e competitividade capitalista. Tais princípios revelam o modelo de educação liberal, balizado na dualidade do ensino, comprometido com os interesses do capital e sua lógica produtivista de preparação dos indivíduos para o melhor ingresso na divisão social do trabalho (CASSAB e NEGREIROS, 2010, p. 87).

Segundo Cassab e Negreiros (2010), a escolaridade passa a ser cada vez mais cobrada, considerada como imprescindível para o desenvolvimento econômico. A qualificação para o domínio de novas tecnologias presentes nos processos de trabalho, seja nos serviços ou no fabril, surge como exigência feita pelo capital de uma força de trabalho capacitada a lidar com as inovações tecnológicas já existentes, bem como preparados para implementações constantes de novas tecnologias. A incapacidade de manejo dessas tecnologias é um fator de déficit e de sentido de menos valia na formação do *ethos* do trabalhador.

A partir dessas reflexões e do entendimento de que as diferenças, desigualdades e distinções entre os jovens desenham juventudes, há traços que as unificam e conferem sentidos comuns ao que aparentemente não traz identidades entre si.

Os jovens pobres, pertencentes à classe trabalhadora, compreendidos como um grupo heterogêneo, devido às diferenças de gênero, etnia/raça, local de moradia, escolaridade, podem ser pensados a partir de três destinos, conforme Cassab e Negreiros (2010).

Um primeiro grupo de jovens é aquele que está capturado nas redes ilegais do narcotráfico e do crime organizado. São os “soldados” do tráfico e têm seu modo de vida, mobilidade espacial e tempo cotidiano definidos por essa forma de inserção. Seu horizonte de expectativas está circunscrito ao imediato dentro da imediatividade.

O outro grupo é o dos usuários da política de assistência social. Sua condição de usuários através de programas de transferência de renda, tais como os que distribuem bolsas, e de atendidos na rede de prestação de serviços assistenciais, os definem como pobres. Essa implicação localiza esse indivíduo em sua relação com outros e no universo das relações da política e do pertencimento de classe. Apesar de sujeito de direito não se constitui como sujeito da e na ação política.

No que se refere aos jovens que compõem o terceiro grupo, as autoras observam que é preciso entendê-los em suas aspirações e esforços de diferenciação. Na discussão são introduzidos elementos como a crescente precarização e instabilidade do emprego e a política de sistemática demonização dos jovens e judicialização de seus comportamentos. Essas ações cumprem o papel regulador do mercado de trabalho, acarretando em uma condição de instabilidade e depreciação dos direitos sociais que favorece a aceitação por estes jovens da condição de trabalhadores pobres.

Esse terceiro grupo é o que formará o segmento dos trabalhadores, segundo as autoras. Sobre eles é preciso discutir as possibilidades de tornarem-se sujeitos da ação política em sua inserção, de variadas formas, no mundo do trabalho.

A identidade de trabalhador pobre apresenta no plano do consentimento a ideia de empregabilidade, através da qual os trabalhadores são os próprios responsáveis pela sua entrada e continuidade no mercado de trabalho.

Embora desconheçam a noção de empregabilidade, os jovens sabem que o mercado de trabalho só lhes abrirá uma porta se forem altamente escolarizados e qualificados. Reconhecem que somente a escolarização/qualificação poderá garantir maiores possibilidades de obter uma inserção no mercado de trabalho, qualquer uma.

No conjunto dos jovens que potencialmente compõem a força de trabalho de modo mais permanente pode-se ainda distinguir três experiências diversas; os que estão tentando entrar no mercado de trabalho e ainda não obtiveram êxito, os que já estão no mercado de trabalho em postos precários ou informais e almejam outra inserção menos provisória e por fim, aqueles que estão em postos de trabalho formais, com direitos garantidos e lutam por sua permanência e ascensão. Nas três experiências um denominador comum, a relação entre educação e trabalho (CASSAB e NEGREIROS, 2010, p. 88).

Segundo as autoras, o primeiro segmento refere-se aos jovens que almejam entrar no mercado de trabalho e ainda não conseguiram; são os jovens pobres que não possuem condições materiais e objetivas de atender a exigência da qualificação, mas que mesmo assim sua família e ele próprio arcam com muito sacrifício com essa escolarização. Esse grupo usuário das políticas públicas de formação para o trabalho sofre forte influência das tendências que elas apresentam ao longo do tempo, na alteração de sua ênfase entre o assistencial e o instrumental.

Porém, esse segmento de jovens depara-se com dificuldades inerentes à sua condição de classe, seja em virtude de não possuírem uma rede de vínculos sociais que lhes garanta a possibilidade de obter um emprego de qualidade ou não dispor de um patrimônio de relações de outros trabalhadores que estejam em bons empregos e lhes ofereçam informações e acessos, o que limita suas possibilidades.

O segundo segmento, composto por aqueles que já estão no mercado de trabalho em postos precários e informais e almejam outra inserção é composto por jovens que trabalham, em sua maioria, no setor de serviços, em pequenas e médias indústrias com péssimas condições de trabalho e salários baixos, e os jovens que trabalham na informalidade. Esses jovens desejam ter outra inserção no mercado de trabalho, ou seja, obter um trabalho formal, com direitos garantidos, que lhes possibilitem inclusive melhores condições de vida.

Suas dificuldades derivam da baixa escolaridade, da incompletude do ensino médio e não possuem condições de arcar com a continuidade dos estudos e muitas vezes não têm tempo para isso. Esses jovens permanecem pouco tempo em um mesmo posto de trabalho e vivenciam grande rotatividade de empregos e funções.

Por fim, as autoras destacam aqueles que são a minoria, os quais estão em postos de trabalho formais, com direitos garantidos e que buscam sua permanência. São os jovens inseridos em grandes empresas e nas instituições públicas e que passaram por um processo de formação. Muitos destes tentam conciliar o trabalho com educação em busca de conquistar

outra inserção social. Possuem como horizonte a permanência no posto de trabalho que ocupam, bem como ter a possibilidade de progredir nos quadros da empresa/instituição.

As questões problematizadas no que se referem à inserção dos jovens no mundo do trabalho revelam os desafios apresentados a esses sujeitos nos dias de hoje. Nesse sentido, pensar os jovens como sujeitos coletivos na contemporaneidade demanda abordagens que entrelacem o tempo histórico, a história individual de cada sujeito e as relações intra e extrageracionais estabelecidas, no âmbito da família, da escola e outros espaços de sociabilidade.

Com o objetivo de discutir as experiências da juventude na cidade, no capítulo a seguir, serão desenvolvidas reflexões a partir das influências que os locais de moradia podem estabelecer nas trajetórias de vida desses indivíduos. Na análise, a cidade é compreendida a partir de práticas e conexões que articulam seus espaços e suas variadas dimensões, apresentando-se como território de exercício da vida e por isso aberta às possibilidades de ação política.

2- AS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NA VIDA DOS JOVENS

A discussão a respeito das trajetórias dos jovens no espaço urbano implica na consideração do cotidiano como categoria central. A vida cotidiana, materializada no tempo e espaço, apresenta as circunstâncias a partir das quais é possível identificar os limites e possibilidades de participação na vida social e que incidem diretamente na construção do futuro dos jovens.

Neste capítulo serão trabalhados elementos relacionados às experiências dos jovens no cotidiano mediadas pelo espaço físico, pelo território, a partir de categorias centrais que são pobreza, cidade e cotidiano.

A cidade de Juiz de Fora e os bairros de origem dos jovens são problematizados com o objetivo de caracterizar as dinâmicas sócio-espaciais vivenciadas por esses sujeitos.

2.1 – A cidade na produção de experiências sociais

Rolnik (1989), ao discorrer sobre a cidade, observa que a mesma é fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, constituindo-se como uma obra coletiva que traz indissociável de sua existência material uma existência política.

Centro de expressão de domínio sobre um território a cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação, o que remete à imagem de cidade como centro de produção e consumo que domina a cena urbana. “Nas cidades contemporâneas não há praticamente nenhum espaço que não seja investido pelo mercado (ou pela produção para o mercado)” (ROLNIK, 1989, p. 28).

A cidade é uma das expressões mais acabadas do capitalismo. Ela é uma forma de ordenação do espaço pelo homem que reflete suas formas de organização, tanto em suas relações entre si, como as que estabelece com o mundo da natureza. Desse modo, a ordenação do espaço na cidade, muitas vezes em sua aparente desordem, mostra as características de uma dada sociedade em um tempo histórico determinado (CASSAB, 2001, p. 97).

Na cidade os fluxos de mercadorias, pessoas e capital mostra-se acelerado, rompendo barreiras, subjugando territórios. A regulação de fluxos está presente o tempo todo no

cotidiano das cidades, são regulamentos e organizações que estabelecem uma certa ordem na cidade definindo movimentos permitidos, bloqueando passagens proibidas. Apresenta-se como tipo de espaço que ao concentrar e aglomerar as pessoas intensifica as possibilidades de troca e colaboração entre os homens, potencializando sua capacidade produtiva.

Nesse sentido, Cassab (2001) destaca que a cidade é o lugar que potencializa o consumo e a fragmentação, como também sua apropriação como valor de uso e de troca, com a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso. A cidade é o *lócus* mais complexo, onde se desenvolvem ao máximo a produção e a circulação de bens. Por conseguinte, os acontecimentos no cotidiano de seus habitantes se passam no ritmo das necessidades da produção e do consumo das mercadorias e dos bens simbólicos.

A consideração da ação humana no cotidiano da cidade possibilita visualizá-la como uma espacialidade, em movimento, como um espaço vivido, vinculado à prática social.

Oliveira (1982), ao discorrer sobre as relações capitalistas na cidade, observa que as relações entre o Estado e o urbano podem ser vistas sob vários ângulos, sendo dois deles referentes diretamente às relações de produção: pela divisão social do trabalho (relações de produção) e a relação entre o Estado e o urbano na economia e na sociedade brasileira (regulamentação das relações entre capital e trabalho). Nesse sentido, o Estado intervém regulando as relações entre capital/trabalho, sendo este o aspecto mais crucial da relação entre o Estado e o urbano no Brasil.

Essas relações remetem à forma como se estabelecem vínculos entre morador da cidade e poder urbano, que significa uma maneira de organizar o território e uma relação política. A cidade entendida como espaço social construído, produzido, projetado, portanto, como espaço urbano, entendido a partir da contiguidade na produção, na moradia, a partir de determinado volume de mão-de-obra, de um modo de vida específico e da relação produção/reprodução do modo de produção capitalista. “Assim, ser habitante da cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos” (ROLNIK, 1989, p. 21- 2).

O caráter das atuais transformações sócio-econômicas, decorrentes da revolução técnico-científica e do processo de globalização, impõe um permanente olhar sobre o fenômeno urbano no Brasil e suas implicações na reprodução do espaço geográfico, já que novos significados são produzidos em decorrência das mudanças em curso. A apreensão da cidade assim permite compreender que determinado espaço se circunscreve em um espaço

maior, um espaço internacional dos fluxos de capital, do trabalho, da informação, sendo cada fragmento do espaço dotado de características próprias regionais e locais distintivas.

Segundo Harvey (2004), esse processo assinala o fato pelo qual novas modalidades locais-globais de relação têm sido definidas, com a existência de mudanças nas escalas de apreensão, organização e administração da economia mundial.

Como características mais salientes do espaço mundializado, atravessado por um meio técnico, científico e informacional que caracteriza o tempo presente tem-se: o aprofundamento da especialização produtiva no espaço mundial, a aceleração de todas as formas de circulação e a sua influência nas ações locais, em particular as formas de regulação social do trabalho e a tensão entre local e global, à medida que os processos de mundialização do capital avançam.

No processo de mundialização os lugares se tornam singulares e específicos devido à especialização dos elementos do espaço e à dissociação crescente dos processos e subprocessos necessários a maior acumulação do capital e à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças com diversas direções e complexidades. Cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também explicitamente ligado a todos os demais por um único nexo dado pela racionalidade do modo de produção capitalista. Dessa forma, o lugar se reproduz na articulação contraditória entre escalas diferenciadas, ou seja, o mundial e a especificidade histórica do particular.

A relação global/local apresenta-se nos aglomerados urbanos por meios de interação entre os sujeitos que lhes permitem produzir uma cultura local na qual se reconhecem. Conseqüentemente, os grupos se distinguem por uma afinidade de valores e modos de vida comuns e estratégias de enfrentamento da vida cotidiana semelhantes, que interagem com o ambiente urbano mais geral.

É nesse sentido que a discussão do espaço urbano ganha relevância, tendo que a sociedade urbana configura-se atualmente enquanto expressão das relações intrincadas entre o global e o local ao comportar em si as características do mundo moderno, sendo o nível no qual o cidadão constrói e se apropria do espaço e do mundo.

A reprodução das relações de produção configura o cotidiano, o espaço e o urbano a partir das determinações da valorização do capital e da estratégia estatal de fabricação de uma morfologia hierarquizada que se caracteriza a partir de uma rede de fluxos que interligam os lugares, ao mesmo tempo em que expressa a morfologia social, que hierarquiza os indivíduos na sociedade.

Lefèbvre (2008, p. 40-1) observa que a problemática do espaço vivido é um aspecto importante e essencial de um conhecimento da realidade urbana. “Desse modo, a problemática do espaço pertence à teoria do urbano e à sua ciência e, por conseguinte, a uma problemática ainda mais vasta, a da sociedade global”.

A população se multiplica e empobrece nas cidades experimentando a degradação de suas condições de existência. Nesse processo a cidade se estabelece também como relação social que em sua materialidade é produtora de pobreza, pois faz dos habitantes dos territórios de pobreza, pessoas ainda mais pobres. Com relação a isso destaca Harvey que:

A acumulação do capital fundada no livre mercado, em sua incidência sobre um variegado terreno geográfico de dotações de recursos, histórias culturais, possibilidades de comunicação, quantidades e qualidades de trabalho (terreno geográfico que é cada vez mais um produto diferenciado de investimentos de capital em infraestruturas, “em capital humano” e ambientes construídos), produz ao mesmo tempo a intensificação do desenvolvimento geográfico desigual em termos de padrão e de perspectiva de vida. Regiões ricas tornam-se mais ricas, deixando regiões pobres ainda mais pobres (HARVEY, 2004, p. 233).

Indissociável da dimensão espacial encontra-se a dimensão temporal, tendo em vista que em um mesmo espaço podem coexistir diferentes períodos. O espaço, a partir de sua caracterização como um conjunto de elementos no qual coexistem diferentes épocas, sintetiza a trajetória da sociedade e auxilia na explicação das situações presentes na atualidade. Nesse sentido, o território é composto pelas ações passadas e pelas presentes, dando forma ao território hoje existente.

Uma das características mais salientes da urbanização brasileira é sua forma de incorporação da pobreza urbana. Os pobres estiveram, durante todo esse processo, segregados nas dinâmicas espaciais constituintes do espaço da cidade, expressando-se também nas cidades as características mais marcantes do desenvolvimento do capitalismo no país. A reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, e é nesse âmbito que as políticas ocupam papel de destaque, pois suas ações se voltam para o controle do espaço da cidade, na medida em que incidem diretamente na organização das relações sociais e no ordenamento territorial.

Fraga (2008) observa que o binômio “centro-periferia” se constitui em uma maneira de descrever a realidade social em que a sociedade se encontra envolvida. Sem contestação, a contradição presente nesta expressão é aceita sem maiores interrogações.

O modelo de desenvolvimento global se reproduz internamente: o Brasil, significativa expressão da periferia dos países centrais, possui uma realidade sócio-econômica que permite afirmar uma imensa periferia que sobrevive em função dos interesses de uma minúscula e perversa minoria que detém, para si, a maior parte da riqueza produzida por todos. Uma periferia de natureza urbana, uma vez que mais de 80% da população do país vive apinhada em pouco mais de meia dúzia de centros metropolitanos.

Santos (1993) chama a atenção para o fato de que a rede urbana adquire significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo, havendo num extremo aqueles que podem utilizar todos os recursos aí presentes e na outra extremidade aqueles que nem podem levar ao mercado o que produzem, os que, pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais.

Para o autor, morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este irá determinar quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar.

As desigualdades sociais se concretizam nas condições de vida dos lugares, sendo que para uma leitura da realidade devem ser consideradas as diferenças, desigualdades e discrepâncias existentes entre as condições de vida das populações associadas aos territórios onde vivem.

Moreira (2007) enfatiza que a ação dos organismos que expressam as funções formais do Estado quanto às demandas da sociedade civil fazem do arranjo do espaço um campo de correlação de forças, e do espaço um elemento de caráter essencialmente político em sua determinação sobre a organização global da sociedade.

Nesse sentido, cada recorte territorial, segundo o autor, é um nível escalar de domínio, a espacialidade diferencial expressando o poder plural dos sujeitos em embate dentro do todo da sociedade e do Estado. “O espaço expressa e revela em sua estrutura todo o complexo da assimetria de classes” (MOREIRA, 2007, p. 88).

O acesso aos equipamentos de educação e saúde, aos sistemas públicos de comunicação mais abundantes no núcleo urbano e à maior variedade e acessibilidade aos transportes urbanos estabelece importantes diferenças das condições de vida em comparação àquelas experimentadas pelos moradores das periferias afastadas do núcleo metropolitano.

Como imperativo das transformações societárias nos últimos anos há a necessidade de examinar os impactos dessa nova organização do capital na vida da cidade e os novos recursos que os sujeitos produzem para lidar com eles. Observa-se uma complexificação das

relações entre o espaço, o tempo e os sujeitos sociais. Essa complexidade acentuada é visível, sobretudo, nos modos de vida urbana, ou seja, na cultura da cidade.

A abordagem da cultura urbana implica reconhecer que as cidades são sínteses em sociedades globalizadas, expressando em seus fixos e fluxos a tensão dialética entre o global e o local, que vai estar presente nos modos de inserção dos sujeitos nos vários circuitos de sua vida social. A cidade é o lugar privilegiado da expansão da cultura do consumo como presença significativa no estabelecimento dos desejos e aspirações dos cidadãos.

O domínio da cultura foi uma das áreas que o desenvolvimento da tecnologia integrou às relações mercantis na modernidade. A circulação dos artefatos de cultura, com a expansão das comunicações, criou um mercado de consumidores que rompe com as formas tradicionais do estar na cidade. O próprio espaço da cidade torna-se alvo de intervenções planejadas e passa a ser ele mesmo um dado da cultura.

A inserção do debate da cultura de consumo na contemporaneidade mostra-se importante para essa discussão à medida que o consumo é um fenômeno também propiciado pelo modo de vida urbano e tornou-se hoje um dos eixos fundamentais da expansão do capital. Dessa maneira, o consumo passou a ser elemento organizador central dos referenciais de identidade no supertexto da cultura.

Na contemporaneidade, a cultura vai-se constituindo em uma esfera que atravessa todas as outras instâncias da vida social, tornando-se um elemento central tanto na esfera da produção como na reprodução da vida social.

O traço mais marcante da cultura na nos dias de hoje é seu caráter de consumo. Mudanças ocorrem nas experiências e práticas culturais dos grupos sociais, os quais desenvolvem novas formas de orientação e identificação.

Sobre essas mudanças identitárias, Netto (2001) salienta que a dissolução de antigas identidades sociais (classistas), a atomização e pulverização imediatas da vida social e as novas “sensibilidades” produzidas pelas tecnologias da comunicação, erodiu os sistemas constituídos de vinculação e inserção sociais.

A “cultura global” movimenta-se entre a produção/divulgação/consumo mercantilizados de “artefatos globais” e a incorporação de expressões particularistas. Privilegia-se um individualismo de caráter possessivo, por um lado e o “direito à diferença” de outro, de forma abstrata e arbitrária. As identificações mesclam-se em referências de vários grupos diferentes e combinam identidades diferentes, que extrapolam o pertencimento a um

segmento de classe determinado. Para Netto: “Nessa cultura, parece vigorar a máxima segundo a qual ‘não há sociedade, só indivíduos’” (p. 98).

O consumo como modelo para identificação dos sujeitos tem algumas repercussões na forma de produção da subjetividade que são fundamentais. A primeira é que apenas a dimensão do individual é valorizada, já que o consumo é uma experiência solitária. A segunda é que, sendo estritamente do campo individual, os processos caudatários da produção da subjetividade coletiva tornam-se fluidos, enfraquecendo-se a dimensão da cidadania e solidariedade social, que não está restrita à intersubjetividade (CASSAB, 2001, p. 160).

Impactados pelas novas dinâmicas econômicas e socioculturais, Estado e sociedade civil modificaram-se em suas esferas próprias e em suas relações. Nesta lógica em que o mercado adquire status de modelo de totalidade na vida social ocorrem alterações nos modelos identificatórios oferecidos aos sujeitos.

O enfraquecimento do modelo de Estado como uma rede organizada de serviços e solidariedade, irradiador de uma sociabilidade fundada em princípios de regulação pautados por interesses coletivos e de solidariedade social é um fato importante para se compreender os mecanismos de hegemonização da lógica do mercado também para os sujeitos em sua reprodução social.

Jameson (1997) ao analisar as características da sociedade contemporânea a partir do que denomina de fase do capitalismo tardio, destaca que o capitalismo multinacional marca a apoteose do sistema e a expansão global da mercadoria. A cultura, nesse processo, não é mais tida como expressão relativamente autônoma da organização social, já que nesse novo estágio do capital a lógica do sistema é cultural.

Nessa lógica, a cultura se manifesta à vontade na cotidianidade e sua ressonância desvia a atenção da economia, ao mesmo tempo em que permite que fatores econômicos e inovações recentes se manifestem continuamente.

A tarefa ideológica fundamental do novo conceito, entretanto, deve continuar a ser a de coordenar as formas de prática e de hábitos sociais e mentais (...) e as novas formas de organização e de produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo – a nova divisão global do trabalho – nos últimos anos. Trata-se aqui de uma versão relativamente menor e restrita de algo que já tentei colocar de uma forma mais geral em outro trabalho como sendo uma “revolução cultural” na escala do próprio modo de produção; também aqui a inter-relação do cultural com o econômico não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação (JAMESON, 1997, p. 18).

Ao regular por meio de suas instituições a vida dos sujeitos, o Estado, lança mão de uma ideologia que coincide com a prática: a separação na sociedade burguesa. O imperativo é de aceitar a dissociação e considerá-la real. “Abandona-se, assim, a unidade concreta que constitui a sociedade burguesa e aceita-se a ilusão que ela coloca em seu lugar” (Lefèbvre, 2008, p. 52).

A implicação dessa dissociação no plano da cidade configura-se na caracterização do espaço enquanto desarticulado e de coações e de normas disseminadas.

Lefèbvre observa que dessa forma o espaço é concomitantemente dominado pela técnica e não-apropriado para e pelo uso. Ele é imediato, pertencente a uma ordem próxima, a da vizinhança, e mediato, pertencente a uma ordem distante, a sociedade, o Estado.

Por meio das regulações, baseadas em padrões de relação, os sujeitos encaminham sua vida cotidiana, comportando-se de determinada forma. Esvazia-se o sentido de lugar habitado, de cenário da vida cotidiana, de repositório das memórias espaciais dos sujeitos.

Produz-se neste processo o estranhamento do cidadão à cidade, com a perda das referências conhecidas e a criação de novos padrões estrangeiros às necessidades dos sujeitos, mais consoantes às necessidades da reprodução do capital.

Os sujeitos, porém, podem obter outros sentidos para suas vidas por meio da elaboração de outras ideias, produzindo novos significados. Neste processo é necessário resgatar a tríplice dimensão da vida social: historicidade, espacialidade e ser político.

Assim, é necessária a compreensão de que o processo de reprodução do espaço comporta, em sua dimensão local, a constituição de um processo que se realiza na relação cidadão/cidade baseada na construção da identidade, no sentido do “pertencer ao lugar”, posto que a vida humana se realiza no plano do lugar.

Cassab (2001) destaca que o local como fonte de identificação não está em oposição ao global, ao contrário, encontra-se intimamente articulado a ele, de tal modo que deixa de se apresentar como diversidade cultural, para se mostrar como uma diferença de cenário mundializado. Portanto, na contemporaneidade, os pares dicotômicos, local/global, diferença/homogeneidade têm que ser repensados a partir dos patamares postos pelas formas atualizadas de organização da vida social.

Nesse sentido, destaca-se a importância da categoria *cotidiano* para o entendimento de como as relações desenvolvidas pelos sujeitos podem ser reproduzidas e ao mesmo tempo superadas, no sentido de abertas a novas possibilidades.

Ao trabalhar com a categoria *cotidiano*, Carvalho (1996) observa que a vida cotidiana não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social, todavia é

permeada pela mecanicidade e automatização, sendo que na cotidianidade o homem se põe na superficialidade. São características ainda da vida cotidiana a imediaticidade, o pensamento manipulador e a alienação, sendo seu critério de validade a funcionalidade.

Porém, o cotidiano vai muito além das repetições básicas de sobrevivência e reprodução, do conjunto normatizado das práticas sociais.

Balbin (2003) destaca que o cotidiano na contemporaneidade se complexifica a partir de uma maior fragmentação e diversidade dos contextos espaço-temporais.

O cotidiano é também, ao mesmo tempo, o resultado de todo o conjunto de práticas concretas e virtuais que se dão num lugar específico, comportando certo ritmo de sucessão das ações, encadeadas por rupturas e repetições demarcadoras de múltiplas temporalidades (técnicas, naturais, políticas, normativas, globais, locais, etc.) (BALBIM, 2003, p. 157).

Esse mesmo autor enfatiza, remetendo-se a Milton Santos, que é a relação com o lugar³ que singulariza a abordagem geográfica do cotidiano, a partir da possibilidade do acontecer solidário e da união de uma diversidade enorme de existências. O lugar, assim, pressupõe o futuro como projeto e o passado como herança.

“O lugar, por ser uma fração do espaço geográfico, comporta também uma indissociabilidade entre sistemas de objetos e ações, além de agrupar todas as existências que nele convivem”. (BALBIM, 2003, p. 158).

O cotidiano apresenta ainda a possibilidade para a espontaneidade das ações a partir do lugar, a partir do que dele é específico, de suas qualidades e identidades próprias.

Segundo Carlos (1996), a análise do lugar envolve a idéia de uma construção, envolvendo relações sociais que se realizam no plano do vivido e que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos proporcionados pela história e cultura individual e coletiva que produz a identidade homem-lugar e se vincula ao conhecido-reconhecido.

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença de indivíduos que pelo fato de habitarem o mesmo espaço estabelecem entre si um vínculo que os identifica como portadores das mesmas condições de vida.

A autora observa que o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela relação habitante-identidade-lugar. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, através da fixação de relações e

³ Destaca-se que o conceito de território nesse estudo é utilizado para fazer menção à cidade e lugar para fazer menção ao bairro ou região de moradia.

práticas sociais. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo, enquanto uma territorialidade imediata.

A referência ao corpo, ou ao indivíduo, é relevante na medida em que permite a compreensão de que os indivíduos em questão são sujeitos sociais que vivenciam as contradições e privações comuns a todos aqueles que ocupam determinado lugar social. Nessa perspectiva surge a possibilidade de um novo entendimento para as demandas sociais apresentadas, a partir da defesa dos direitos de cidadania. Além disso, as ações desenvolvidas a partir dessa compreensão poderão significar uma incidência no território de impactos reais em sua organização espacial e ampliação de acesso aos bens socialmente produzidos.

É a partir do reconhecimento “do outro”, da identificação de experiências comuns de privação, humilhação, exploração e ressentimento, que é possível a constituição de uma identidade forjada e criada no plano da vida num determinado lugar da cidade. A identificação assim concebida cria o sentido de “pertencer a um lugar e a um grupo”, além de produzir laços de solidariedades.

O contato cotidiano evidencia modos de vida, de problemas e perspectivas comuns. Por outro lado, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana. Os movimentos sociais nascem da consciência das condições de vida das diversas classes, surgindo para o indivíduo como direito de participar das decisões [...] podem ser entendidos enquanto superação das particularidades na formação da consciência do coletivo, na liberdade do particular a partir do genérico (CARLOS, 1996, p. 73).

O território pode ser compreendido assim como espaço de exercício da vida, onde a sociedade revela sua natureza em materiais simbólicos e históricos, sendo a discussão política sobre o direito à cidade intimamente relacionada a esses aspectos. Deve-se levar em conta ainda a interdependência e inseparabilidade entre sua materialidade, que inclui a natureza e o seu uso e a ação humana por meio dos usos, do trabalho e da política.

Nessa perspectiva, a noção de local implica não somente a discussão física, mas as relações construídas pelos homens que nele vivem, considerando-se a dimensão cultural das populações, suas particularidades, seus anseios e não somente suas necessidades. Paralelamente, tal perspectiva proporciona o fomento da discussão sobre o fato do território contemplar possibilidades de inclusão social, efetivação da cidadania e democratização de informações, com a conseqüente participação dos indivíduos na vida da cidade.

É necessário o entendimento de que aliado à condição do habitar, inerente a continuidade da vida no tempo e no espaço, seja estabelecida a locomoção como garantia dessa continuidade, a partir dos deslocamentos que extrapolam o espaço do bairro ou da vizinhança. O que se coloca em questão é o direito de ir e vir e circular livremente nos diferentes espaços da cidade, o direito ao espaço público, ao seu uso e apropriação e o direito aos serviços e equipamentos públicos.

(...) a cidade é a estrutura espacial e social em que historicamente se consubstancia a idéia de *direitos do homem*, visto que a vida urbana insere o indivíduo numa “rede de práticas contratuais e relações formais”. Ter direito à cidade significa, portanto, a reivindicação do “direito” ao direito, o acesso e a participação a uma sociedade contratual e a tudo que ela possa possibilitar na vida urbana (OLIVEIRA, 2006, p. 65).

Destaca-se a ruptura e o excepcional, que já fazem parte do cotidiano, como formas de garantir ao homem a idéia da transformação da vida e de seu espaço de vida.

A participação política e o olhar para o futuro como intrínsecos à condição humana, vislumbrando-se a busca da transformação, daquilo que não faz, no presente, parte do cotidiano, mas que se coloca no cotidiano como possibilidade ou utopia.

E nesse sentido, articular a prática cotidiana a uma práxis social⁴ que manifesta sua importância no fato dela ser expressão do sujeito coletivo, transindividual, cuja ação é pertinente nas transformações históricas, grupos cuja práxis e consciência são orientadas para o conjunto das relações inter-humanas.

A questão que aqui se coloca é a necessidade de suspender o cotidiano, de passagem do singular ao genérico por meio da ação coletiva, da práxis libertadora e transformação dos explorados em sujeitos históricos conscientes.

2.2 - A experiência dos jovens pobres na cidade

⁴ O conceito de práxis representa um dos elementos centrais do marxismo. Marx, na primeira das teses sobre Feuerbach, define a práxis como atividade prático-crítica, como atividade humana perceptível em que se resolve o real concebido subjetivamente. O conceito de práxis exprime precisamente o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, tanto natural como social; é por isso que Marx concebe o real como atividade sensível subjetiva (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2007).

A juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra. Essa constatação remete à importância da apreensão do território em suas particularidades/heterogeneidades, o qual torna-se categoria fundamental de análise quando se põe em questão as condições de vida em geral da população e especialmente dos jovens pobres e os processos a que estão submetidos.

Essa abordagem adquire especial importância quando remetida à realidade dos jovens pobres no espaço urbano. Dados apresentados pelo IPEA (2010) demonstram que 33,6% dos jovens urbanos vivem em moradias inadequadas fisicamente - 2 milhões moram em favelas, sendo que 70,5% dos jovens pobres vivem em áreas urbanas e enfrentam questões como o desemprego, a violência, a exclusão do acesso à educação, ao mercado de trabalho, o veto à participação e o isolamento espacial.

A vivência da juventude pelos jovens pobres é demarcada ainda por um outro critério de diferenciação que possui grande relevância para este estudo: o local de moradia. Hoje, o endereço não é apenas um indicador de subalternidade econômica ou de diferenciação de classe social. Certos endereços trazem consigo a marca de áreas urbanas subjugadas pela criminalidade e negatividades.

Ao preconceito e discriminação de classe, gênero e cor, adiciona-se o preconceito e “a discriminação por endereço”. (...) Conscientes da existência da “discriminação por endereço” presente no mercado de trabalho, muitos jovens encontram estratégias para ocultar o lugar onde vivem e lançam mão de endereços de parentes, de bairros próximos ou caixas postais (NOVAES, 2008, p. 122-3).

Cassab (2009) observa que os jovens pobres, devido às relações que estabelecem no cotidiano, em virtude de sua inserção de classe, vivem a cidade de forma restrita e desigual, sendo suas chances de realizar ou influenciar a ação, o público e a própria política, ínfimas.

Nesse sentido, são trabalhados aqui os conceitos de pobreza e desigualdade, conforme abordagem desenvolvida por Marques (2005), objetivando apresentar elementos que permitam entender a vivência da juventude no que se refere às relações estabelecidas na cidade.

A partir do caráter sociológico da concepção de pobreza, entende-se que os jovens pobres não conseguem sobreviver acima do mínimo, não têm acesso ou possuem acesso precário aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas, como educação,

saúde e cultura em virtude dos diferenciais de acesso a políticas e serviços públicos nas áreas periféricas. Tais questões influenciam na complexidade da organização espacial.

A restrição de acesso a que os jovens são submetidos deriva dos mecanismos de desigualdade social e de distinção territorial, tendo em vista que é justamente na área pauperizada do espaço urbano que se encontram os maiores índices de repetência escolar, gravidez na adolescência e criminalidade, como os diferentes tipos de violências vividas pelas crianças e jovens em experiências de isolamento social e dificuldades de acesso à renda e aos benefícios da cidade.

A desigualdade social manifesta-se na cidade por meio das distinções de oportunidades, das desigualdades de acesso aos bens públicos, na falta de infraestrutura urbana de determinadas localidades. Nesse sentido, o território pode cumprir importante papel de produção e reprodução das desigualdades, reforçando circuitos e cristalizando situações de pobreza.

Os diferenciais de acesso tendem a crescer à medida que aumenta a homogeneidade das diversas regiões da cidade, acompanhando as distâncias entre as oportunidades em geral e os grupos sociais mais pobres e mais mal posicionados na estrutura social. Dois conjuntos principais de acesso estão aqui presentes – acesso ao mercado de trabalho (que gera oportunidades diferenciadas) e acesso às políticas públicas (que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida urbana) (MARQUES, 2005, p. 42).

Os jovens da periferia vivenciam a pobreza, a privação (ausência de renda e precário acesso aos serviços públicos) e a fragilização dos vínculos afetivos e de pertencimento social. Nessas localidades, os jovens estão expostos a riscos provenientes da violência e violação de direitos vivenciados cotidianamente, tornando mais remotas suas possibilidades de participação política.

O controle dos jovens e de sua circulação na cidade são pautas importantes para os responsáveis pela segurança pública. A produção de territórios para os jovens das periferias urbanas produz impactos na vida destes sujeitos. Esses territórios, marcados por suas desvantagens em relação aos recursos e equipamentos coletivos, pelo ambiente construído degradado, os marca de forma sensível em suas possibilidades de acesso aos bens da cultura e ao trabalho, condenando-os a uma experiência de fracasso e menos valia. Sua presença na cidade é pouco tolerada. A eles são reservados fragmentos da cidade, o que dificulta a possibilidade da apropriação não apenas dos bens materiais como também dos investimentos simbólicos do próprio espaço.

Nesse sentido, os jovens, à medida que se afastam de seus locais de moradia, marcados pelas negatividades, pelo ambiente desvalorizado, passam a ser visíveis justamente por suas desvantagens, profundamente marcadas por sua origem.

(...) Esses jovens experimentam pouco a cidade e não vivem as inúmeras possibilidades que ela abre. Seu território usado é restrito, pequeno e significativamente localizado no entorno de seus bairros. Confinados em seus bairros ou em bairros de características semelhantes, esses jovens internalizam e naturalizam sua condição de jovens pobres, inclusive reproduzindo em seus discursos e práticas os mecanismos de desigualdade, distinção e diferenciação a que são submetidos (...) (CASSAB, 2009, p. 171).

As ações juvenis, identificadas como “perigosas”, “pertubadoras da ordem”, forçam a intervenção estatal a partir da necessidade de controle do espaço urbano. Os arranjos espaciais são reestruturados, as regras e normas alteradas e recriadas, como formas da regulação e do controle.

A principal preocupação que alimenta as políticas públicas destinadas à juventude é prevenir e eliminar a violência, mas sempre segundo a perspectiva da segurança pública, como se a única questão de direitos humanos tivesse de passar pelo crivo da prestação de segurança. Essa atitude governamental também inspira uma série de organizações não-governamentais, muitas vezes centradas apenas na ideia da profissionalização, e não na perspectiva de promover novos espaços de sociabilidade e de convívio entre os jovens (FRAGA e IULIANELLI, 2003, p. 9).

As relações entre cultura, política e território no mundo contemporâneo e suas incidências na trajetória de vida dos jovens pobres ganham importância nesse estudo por meio da crítica do consumo como elemento básico na definição das identificações possíveis e relações sociais.

Fraga e Iulianelli (2003) observam que as mudanças sociais das últimas décadas colocaram em voga a juventude. O recolhimento na esfera privada e o individualismo ao produzirem uma depreciação da experiência, do conhecimento acumulado e da sabedoria dos mais velhos impõem a valorização da juventude e dos atributos a ela vinculados. Os autores tecem uma crítica a essa situação na medida em que os jovens são integrados à cultura de massa de forma dúbia: “integram-se a ela, mas consomem determinados produtos em função dos quais lhes possa ser atribuída uma singularidade. Os jovens, contudo, somente são convidados ao consumo em torno de um modelo” (FRAGA e IULIANELLI, 2003, p. 9).

Os autores ao desenvolverem a crítica destacam que assim como toda a sociedade, os jovens sofreram com os processos que privilegiaram a acumulação do capital em detrimento dos investimentos sociais. Nesse sentido, o elevado índice de mortes violentas entre os jovens, sobretudo os mais pobres, apontam para a configuração de uma sociedade que elimina os “indesejáveis”, principalmente os que estão apartados do consumo.

A apreensão dos jovens pobres como interlocutores nas arenas de disputas deve recuperar as especificidades vivenciadas por esses sujeitos no interior do mundo contemporâneo e globalizado, como experiência sócio-cultural particular, marcada pelo não-trabalho, pela pobreza e pelos seus locais de origem na dinâmica da cidade.

O modelo econômico de caráter neoliberal redefine, de modo global, o campo político-institucional produzindo importantes impactos nas formas de pertencimento e ação política dos jovens.

A cultura, assumida como um fenômeno circunscrito na cidade a regiões específicas, de pouca ou nenhuma comunicação com a cultura do centro, e caracterizar-se por ser o eixo da sociabilidade juvenil, pode mais isolar do que incluir, ao não permitir demandas legítimas de um lugar na vida social.

Na ação política pode estar a compreensão necessária ao rompimento do perverso ciclo de auto-submissão, ou submetimento, em que vivem os jovens. A ação política que incide sobre a legitimidade do conflito e na construção do espaço público pode produzir práticas sociais e discursos referenciados em valores e juízos que ultrapassam os imediatismos e possibilitam novas sociabilidades.

Nesse sentido, Ribeiro e Lourenço (2003) destacam que as novas sociabilidades ao realçarem a efemeridade e a fragmentação de condições sociais e institucionais impossibilitam a política como prática social e humana e levam à anulação do outro. Nessa conjuntura, a afirmação da qualidade de sujeito da juventude é obscurecida, já que somente poderia consolidar-se pelo respeito à sua condição e ampliação de sua experiência social.

Segundo Cassab e Portella (2006), ao se falar do lugar e das expectativas em relação aos jovens implica em considerar que não é claro hoje o futuro das relações sociais e culturais, já que grande parte das soluções e formas de vida herdadas do passado foram destruídas pelo dinamismo das mudanças introduzidas pelas novas formas de produzir a vida material.

Nesse sentido, o entendimento das razões da não participação dos jovens no espaço da política deve levar em consideração o contexto de desigualdade social vivenciado por esses sujeitos, tendo em vista as dificuldades de inserção social que encontram na cotidianidade. Por pertencerem à determinada classe, a qual historicamente tem ausente o poder de mando,

de decisão, de criação e de direção, os jovens pobres encontram-se numa subalternidade que faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos. Por outro lado, deve ser levada em consideração a forma como se reconhecem como membro da sociedade e de determinada classe, ou seja, as condições subjetivas que os identificam a uma coletividade.

Embora as complexidades presentes nas condições de vida da contemporaneidade, nos programas voltados aos jovens prevalecem alternativas que reiteram certas práticas de formação, fixação na escola e formação para o trabalho que não respondem mais nem ao interesse dos jovens, nem têm efetividade em termos de impactos concretos em seus destinos.

Para que possam ser reconhecidos neste jogo das relações sociais é preciso que em primeiro lugar os jovens sejam valorizados como interlocutores válidos nas arenas de disputa dos conflitos sociais. Seu não reconhecimento condena-os a uma convivência atravessada pelas formas de controle de massas e desqualificação de seu modo de vida e importante presença na produção societária (CASSAB, MATTOSO, REIS, 2009).

Nesse sentido, devem ser potencializadas ações que possibilitem produzir nos jovens a crítica ao consumismo, ao individualismo e ao imediatismo, o resgate da afetividade, a potencialização da linguagem e das expressões subjetivas.

É preciso que o jovem tenha instrumentos para a compreensão de um mundo desigual que produz mais sofrimento para uns do que para outros. Ao mesmo tempo em que se estabelece este princípio de realidade também se constrói a idéia de que é possível produzirem-se práticas coletivas que extravasam as margens definidas, rompem com os esquemas de controle-captura-fragilização-criminalização-repressão que cercam os jovens pobres no mundo e no Brasil de forma muito aguda (CASSAB e PORTELLA, 2006, p. 41).

2.3 – O território como elemento desencadeador da ação política juvenil

Hanna Arendt (1999), em sua obra, observa que em toda parte em que os homens se agrupam – seja na vida privada, na social ou na público-política -, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros. Cada um desses espaços tem sua própria estruturação que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções e na pública em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes. Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos.

Ao caracterizar o espaço público a autora observa que este só se torna político quando assegurado numa cidade, quando ligado a um lugar palpável que possa sobreviver aos feitos memoráveis e possa ser transmitido à posteridade na seqüência das gerações.

Essa cidade a oferecer aos homens mortais e a seus feitos e palavras passageiros um lugar duradouro constitui a *polis* – que é política e desse modo, diferente de outros povoamentos (para os quais os gregos tinham uma palavra específica), porque originalmente só foi construída em torno do espaço público, em torno da praça do mercado, na qual os livres e iguais podiam encontrar-se a qualquer hora (ARENDETT, 1999, p. 54).

Na natureza do espaço público, constituído pela reunião de muitos, está o fato do mesmo estabelecer-se como espaço de aparição. A política, ao longo dos tempos, vincula-se às necessidades da vida resultantes do convívio dos homens.

Ribeiro (2003) observa que o território, como fato e condição, manifesta e condiciona o exercício do poder. Remete-se a Gramsci para fazer menção à ação política, que envolve o conhecimento histórico e o conhecimento geográfico, como uma das dimensões do território. Já em Milton Santos (1996), a ação, na plenitude da sua afirmação como práxis, inscreve-se na ontologia do espaço. A ação é portadora do tempo na própria espacialidade das técnicas, na medida em que se manifesta, no mesmo movimento prático e político, as condições historicamente herdadas e o projeto de sua transformação.

E, ainda mais, a ação propriamente política é portadora de uma dupla exigência. A primeira corresponde à necessária sagacidade e à velocidade na definição do projeto e em sua defesa. A segunda expressa-se na duração, no enraizamento de práticas e normas sociais, na territorialização de objetivos/metastas que, nas esferas da política e da cultura, surgem como aquele “senso de realidade” que viabiliza alcance do convencimento e, portanto, o exercício (legitimado) do poder político (RIBEIRO, 2003, p. 33).

O território pode assim ser caracterizado como condição da ação tática e estratégica ao manifestar outras dimensões da experiência humana envolvidas no propósito teórico-político de apreensão da totalidade concreta. É o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos, visto como um campo de forças, como lugar do exercício, de dialética e contradições entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.

Moreira (2007) observa que em qualquer sociedade, a coabitação é o conteúdo necessário da convivência espacial dos homens. Essa coabitação pode ser do consenso ou da coerção de classe; da relação de sociedade comunitária ou sociedade classista.

A regulação é a prescrição do controle da forma de coabitação através da regra e da norma do ordenamento. A regra e a norma diferem em sua natureza. A regra diz o que deve e não deve ser feito, define e qualifica os valores mediante os quais se orientam a distribuição e o movimento dos lugares no espaço. A norma diz o que deve ser, reafirmando e consolidando o que diz a regra com o estatuto de normalidade. A regra age pela sanção e o interdito, a norma pelo discurso. Se a regra proíbe ou permite, a norma legitima e naturaliza. A regra normatiza (sanciona ou interdita), enquanto a norma normaliza (define o normal e o anormal) (MOREIRA, 2007, p. 75-6).

A característica tensional do espaço faz com que a coabitação seja uma relação de convivência tensa. O ordenamento territorial tem por propósito administrar a base contraditória do espaço que a sociedade tem no alicerce da sua organização geográfica. Expressa-se por um conjunto de regras e normas do arranjo espacial da coabitação, administrando geograficamente a sociedade por meio de uma “*tecnologia do arranjo*”.

O ordenamento territorial tem como finalidade o controle regulatório através dos efeitos da contradição da base espacial sobre os movimentos globais da sociedade e de manter esta funcionando nos parâmetros com que foi organizada. É a forma como a estrutura espacial territorialmente se auto-regula no todo das contradições da sociedade, de modo a manter a sociedade funcionando, segundo sua realidade societária.

São duas as formas do ordenamento territorial: a da sociedade organizada numa estrutura de espaço e contra-espaço e outra a da sociedade organizada numa estrutura de pluralidade espacial de equivalência. A primeira reflete uma base espacial de centralidade e a segunda de alteridade.

Na base da configuração do arranjo está o jogo de correlação de forças que confere hegemonia ao dominante. O arranjo espacial pode ser concebido ainda como um complexo de territorialidades (complexo de recortamento, de áreas tensas e densas de conflitos). O arranjo consiste, portanto, num todo diferenciado que arruma a sociedade como um campo de correlação de forças marcado e atravessado pelo tenso embate da busca de hegemonia.

A ordem espontânea dá lugar à ordem explícita dos domínios, e a forma concreta do ordenamento assim se firma. O fato de tudo mover-se como

uma espacialidade diferencial garante o caráter plural dos sujeitos, pluralidade que se abre para uma história definida em seus caminhos como um plano de mil possibilidades. Não há, portanto, só um ordenamento territorial possível dentro de cada forma de sociedade. (...) O trânsito da ordem espontânea para a ordem da intencionalidade explícita é que faz do arranjo do território um ordenamento para... E a hegemonia de classe é quem o qualifica (MOREIRA, 2007, p. 86).

Moreira observa que “multiplicam-se os movimentos de responder ao espaço do dominante num contra-espaço da afirmação do outro” (p. 103). O contra-espaço, para o autor, é o modo espacial por meio do qual pertencentes às classes não-hegemônicas põem em questão a ordem espacial instituída, podendo ser contra-espaço um movimento de confronto, de resistência ou de simples questionamento da ordem espacial existente, configurando-se, em suma, por uma luta por novas e democráticas formas de espaço.

A ação dos organismos que expressam as funções do Estado e as demandas da sociedade civil faz do arranjo do espaço um campo de correlação de forças, do espaço um elemento de caráter essencialmente político em sua determinação sobre a organização global da sociedade.

O autor observa que uma sociedade de contra-espaços, no sentido de uma estrutura societária em que o conflito já se instituiu desde a base espacial e em que a regulação territorial visa normatizar e circunscrever, possui o objetivo de manter o conflito no horizonte do controle de classe possível. A forma desse modelo societário é a sociedade burguesa: uma forma de sociedade marcada historicamente pelos conflitos de territorialidades.

Os que não se identificam com a ordem instituída respondem com o contra-espaço, multiplicando-se os movimentos de responder ao espaço do dominante num contra-espaço da afirmação do outro, o qual se encontra em condição desfavorável no período histórico em questão.

O contra-espaço é a expressão dialética do privado e do público, num plano micro, e da sociedade civil e sociedade política, no plano macro da organização societária. Cada contra-espaço é um recorte que a contradição privado-público e sociedade-Estado coloca no espaço instituído como espaço da ordem. Espaço e contra-espaço constituem assim uma relação da trama estrutural da sociedade em sua relação com o espaço em um dado tempo.

Balbin (2003), ao empreender suas reflexões sobre o conceito de cotidiano afirma a relevância da análise do mesmo no atual período histórico, em que as relações público/privado, local/global e sociedade civil/Estado são reformuladas.

As ciências sociais abordam que a noção de cotidiano foi valorizada a partir do surgimento dos objetos eletrônicos que facilitaram a vida doméstica, neste âmbito usa-se frequentemente a ideia de que o homem se liberta do trabalho em decorrência do desenvolvimento técnico. No entanto, o autor cita Lefèbvre, para quem esta modernização acentua o enclausuramento do homem, à medida que reforça a cotidianidade repetitiva.

Balbin ainda menciona Milton Santos (1996), que mostra que o lugar é o espaço do acontecer solidário, sendo que é através da relação com o lugar que ocorre a particularidade da abordagem geográfica do cotidiano, onde ocorre a união da diversidade, em harmonia, mas não necessariamente harmoniosa. Por meio dessa abordagem, há ainda a afirmação da possibilidade de trabalho das três dimensões do homem: a corporeidade (dimensão objetiva), a individualidade (dimensão subjetiva) e a sociabilidade. Todas estão em relação mútua e remetem à transindividualidade, isto é, às relações entre indivíduos, que fazem parte das condições de produção da sociabilidade.

O lugar diz respeito ao conjunto de objetos e recipientes de diversas determinações (econômicos, sociais, culturais e políticos), incluindo as emoções e pressupondo o futuro como projeto e o passado como herança; portanto o valor dos indivíduos depende do lugar que eles ocupam. Aqui observa-se a ideia arendtiana do espaço público que só se torna político quando assegurado numa cidade, quando ligado a um lugar palpável que possa sobreviver aos feitos memoráveis e possa ser transmitido à posteridade na seqüência das gerações.

A mobilidade refere-se à acessibilidade aos lugares e a criação de redes de relações, que determina a reprodução da existência.

O lugar na visão de Balbin se define como o espaço de permanência e o espaço de mobilidade. O lugar de permanência, habitar, é necessário para a continuidade da vida, mas a mobilidade é a garantia de que a continuidade não se torne imutável e angustiante. O deslocamento de pessoas, por exemplo, a partir da inserção social e do uso do espaço é criador de solidariedades, de redes de relações e torna-se uma das mais importantes partes constituintes do cotidiano, onde ocorre o funcionamento dos desiguais e torna-se o espaço de conflito, negociação, de inter-relações.

O ideal de ruptura com o *status quo* é o que move por muitas vezes as relações cotidianas, à medida que permite ao indivíduo sair do imutável e do angustiante e reavivar o ideário de transformação, que é inerente à condição humana.

O autor diz que atualmente o que existe é o desaparecimento do cidadão e o surgimento do usuário, que apenas reivindica o bom funcionamento dos serviços e esquece

que é membro de uma comunidade política. Ao passo que o indivíduo passa a ter seu cotidiano controlado, devido à produção do meio técnico, científico e informacional e à lógica da sociedade do consumo, fato que minimiza as possibilidades de transformação. O usuário não cria o novo, apenas aperfeiçoa, o que acaba acarretando na reprodução da vida.

Portanto, para o autor, na atual conjuntura torna-se necessária a socialização das informações com o objetivo de possibilitar a interação das pessoas, permitindo que se reconheçam como sujeitos das ações individuais e coletivas.

Santos (1996) afirma que o cotidiano é produtor do fenômeno político, ao passo que os acordos acontecem levando em conta o destino do coletivo e as diferenças se estabelecem sugerindo a tomada de posições. O cotidiano passa então a conter a dimensão do novo, visto que até então era entendido como repetições, ações monótonas.

A ruptura e o excepcional fazem parte do cotidiano, pois a mudança só irá acontecer a partir de uma transformação das repetições. Este anseio ao futuro, a busca pela transformação é inerente à condição humana.

Nesse sentido, é necessário recuperar o sentido da política vivenciado na *polis* grega, como aponta Arendt (1999), a fim de que a política recupere sua dimensão livre e humana.

A história não é apenas individual e por isso não se reduz ao indivíduo, pois enquanto ser social nunca estamos sós, nos constituímos nas relações que estabelecemos com a sociedade. Nossa memória também é coletiva já que muitas vezes recorremos a testemunhos para reforçar, enfraquecer ou completar nossas impressões sobre os acontecimentos (MENDES, 2008, p. 46).

A partir das considerações realizadas, com o intuito de apreender de que forma os jovens deste estudo estabelecem suas relações e dão significado a suas experiências cotidianas, a seguir será apresentado o território onde vivem, criam suas estratégias, experimentam o diverso, convivem com as diferenças, percebem as contradições e vislumbram e realizam as suas ações.

2.4 – A cidade desigual: Juiz de Fora e os bairros de origem dos jovens pesquisados

Juiz de Fora⁵, cidade de porte médio, localizada na mesoregião da Zona da Mata Mineira⁶, no sudeste de Minas Gerais, possui uma área total de 1.429,8 Km² dividida em quatro distritos (o Distrito Sede, o Distrito de Torreões, o Distrito de Rosário de Minas e o Distrito de Sarandira), com uma população estimada pelo IBGE para 2009 de 526.706 habitantes. Esta população se distribui em 99% na zona urbana e 1% na zona rural, sendo a composição por sexo caracterizada por uma tendência das populações eminentemente urbanas, qual seja o contingente feminino (52%), maior que o masculino (48%).

Segundo o Plano Estratégico de Juiz de Fora (2000), o crescimento migratório foi o impulsionador do crescimento populacional da cidade. Em 1980, 42% da população total não eram naturais do município, mantendo ainda hoje sua forte atração sobre os migrantes do estado de Minas Gerais e de áreas próximas do estado do Rio de Janeiro.

A centralidade da cidade na mesoregião da Zona da Mata alicerça-se na infraestrutura viária e nos equipamentos urbanos de comércio e serviços. Juiz de Fora insere-se em uma rede de rodovias de elevada densidade, garantindo o acesso a todos os núcleos economicamente relevantes do país.

No que diz respeito à importância econômica, Juiz de Fora tem suas principais atividades distribuídas da seguinte forma: 1) Comércio; 2) Indústria de transformação; e 3) Serviços (IBGE, 2000).

O comércio, principalmente varejista, e um setor de serviços abrangente (hospitais, clínicas, universidades, rede escolar, outros serviços especializados) constituem-se em forte elemento de atração para populações de outros municípios.

A polarização exercida passa pela localização de departamentos regionais de órgãos públicos, de instâncias do judiciário e de empresas estatais da área de infraestrutura econômica (energia, telecomunicações).

⁵ Segundo STEHLING (1979), Juiz de Fora começa sua história quando o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld fixa-se no “Distrito de Santo Antônio da Boiada”, que na época pertencia ao município de Barbacena. Ele estava construindo a “estrada provincial” entre Ouro Preto e a divisa da Província, na localidade de Paraibuna, nos anos de 1838 e 1839. Quando a estrada atingiu a várzea pantanosa, nela traçou uma reta norte-sul e, mais tarde, várias ruas na direção leste-oeste, orientadas na trajetória do sol, dando origem ao nascimento de Juiz de Fora. Foi decretada a elevação à categoria de cidade no dia 2 de maio de 1856, sendo que somente no dia 7 de setembro desse mesmo ano é que ela foi instalada.

⁶ Dados referentes ao município extraídos do Plano Estratégico de Juiz de Fora - Plano JF - Relatório Final/Documento de Trabalho, 2000 e do Atlas Social de Juiz de Fora, 2006.

No conjunto de relações de Juiz de Fora com sua área de influência e com os centros urbanos de maior hierarquia é visível o seu papel como pólo regional, ligando-se às localidades menores e extrapolando sua área de influência para além da divisa estadual.

Mapa 1 – Juiz de Fora: sede e distritos⁷



Seguindo o modelo de outras cidades⁸, Juiz de Fora adotou o planejamento estratégico para si, já que:

[...] vivencia na atualidade, de forma direta, os efeitos das transformações da dinâmica do processo econômico. Recebendo investimentos diretos de

⁷ Extraído do mapa “Cidade de Juiz de Fora – divisão dos centros regionais”, disponível em www.pjf.mg.gov.br/download/mapa_jf.pdf, acesso em 16/05/2010.

⁸ No final dos anos 1980, nos Estados Unidos e na Europa, a abordagem estratégica começou a ser incorporada ao planejamento urbano. A complexidade dos problemas que afetam as cidades e as incertezas pela rápida transformação que ocorre no mundo evidenciaram as limitações das formas tradicionais de planejamento. O Planejamento Estratégico é uma ação intencional e organizada que visa dar continuidade às ações públicas e privadas de transformação da cidade (Plano Estratégico de Juiz de Fora, 2000).

forma contínua nos últimos anos. [...] amplia sua rede de serviços e abriga empreendimentos com maior densidade tecnológica, mostrando de forma clara, que sofrerá alterações profundas a curto prazo. A cidade precisa planejar seu futuro e estabelecer horizontes desejáveis e alcançáveis (Plano Estratégico de Juiz de Fora, 2000).

A metodologia deste tipo de planejamento defende decisões que poderão ser tanto dos governos, quanto do setor privado ou das organizações da sociedade, tendo em vista a necessidade de ações concretas de mudança para tornar as cidades mais capazes de acolher pessoas e atrair atividades econômicas que lhes garantam competitividade e auto-sustentação.

Nesse sentido, a publicidade governamental destaca o perfil empreendedor do município ao publicizar que Juiz de Fora ocupa lugar de destaque em Minas Gerais em investimentos, fato este proporcionado por sua localização estratégica que possibilita um contato com os maiores mercados consumidores do país e pela infraestrutura de que dispõe, responsável pelos modernos empreendimentos. Observa ainda que os esforços do governo municipal buscam maximizar as potencialidades e recursos⁹.

A seguir, a caracterização dos bairros onde os jovens pesquisados residem a partir da inserção desses bairros em suas respectivas regiões e das relações que estabelecem com a totalidade do município.

2. 4.1 – O bairro Dom Bosco no município de Juiz de Fora

O bairro Dom Bosco, localizado na região central da cidade, faz divisa com os bairros São Mateus, Cascatinha e com a UFJF e possui aproximadamente 5.000 habitantes, de acordo com o Anuário Estatístico de Juiz de Fora, 2009.

Embora localizado na região Centro¹⁰ do município, o bairro Dom Bosco juntamente com o Santa Cecília, Mundo Novo e Vila Ozanan constituem um grupo diferenciado dos demais bairros desta região. Eles destacam-se por possuírem um padrão de ocupação inferior aos bairros vizinhos, porém com uma tendência de melhoria verificada principalmente nas partes baixas. Apresentam predominância de uso residencial e padrão sócio-econômico baixo a médio; o sistema viário é insuficiente, com vias estreitas de declividades acentuadas; há

⁹ Informações obtidas em www.pjf.mg.gov.br/cidade/apresentacao.php e no conteúdo publicitário do Programa Nova Juiz de Fora, disponível em www.novajuizdefora.pjf.mg.gov.br/novasempresas.htm; acesso em 16/05/2010.

¹⁰ O Centro possui população estimada em 100 mil hab. distribuídos em 19 bairros e área de 8,20 Km²; possui características predominantemente comerciais, no núcleo, e residenciais nos bairros do entorno. Abriga a maioria das atividades urbanas, além de constituir importante área residencial.

ocorrência de ocupações em encostas muito íngremes, que se constituem em áreas de risco. Articulam-se com os bairros vizinhos, tanto em termos de ligação viária para o centro, como para atendimento das necessidades básicas de seus moradores, já que sofrem com problemas de infraestrutura básica.

O bairro Dom Bosco possui problemas de iluminação, captação de água pluvial, contenções de encostas, ruas estreitas e íngremes e carentes de asfalto. Na parte baixa do bairro encontram-se as construções mais sólidas, que entram em contraste com as obras em locais de risco. Segundo o Atlas Social de Juiz de Fora (2006), das quatro microáreas de exclusão social existentes na região centro, duas encontram-se no bairro Dom Bosco.

Observa-se com isso uma desresponsabilização do poder público no que diz respeito ao atendimento das demandas mais essenciais dos moradores desse bairro, sendo o mesmo portador de fortes “externalidades negativas” que no dizer de Marques e Torres (2004), estão relacionadas à residência em bairros com alta concentração de pobres.

Nestes locais, o desempenho escolar tende a ser pior, por exemplo, simplesmente porque os jovens estudam numa escola onde o nível socioeconômico é baixo. Além disto, a probabilidade de se conseguir um emprego formal é menor, porque existe uma baixa proporção de pessoas empregadas no setor formal, reduzindo as possibilidades de alguém conseguir trabalho através das suas relações sociais. Finalmente, em muitos casos a população destes locais tende a estar mais exposta a outros riscos relacionados ao saneamento precário, à instabilidade na propriedade da terra e à violência (MARQUES e TORRES, 2004, p. 1).

O que os autores afirmam pode ser constatado pelos preconceitos existentes em relação à população do bairro, seja por meio do noticiário, que recorrentemente destaca informações relacionadas à criminalidade, seja pela fala dos agentes de segurança pública, que reforçam o caráter violento da comunidade, seja pelo medo dos estudantes da UFJF de passarem próximo ao bairro devido a assaltos.

A origem do bairro Dom Bosco data da década de 1920, quando segundo Borges (2000), a cafeicultura, importante atividade econômica da região na época, começou a dar sinais de esgotamento.

Nesse momento ocorreu uma maior afluência de negros na área urbana em busca de emprego e moradia em virtude da decadência da economia cafeeira. Sem condições de fixação no centro urbano, já que este não oferecia mais espaço para sua intrusão e devido ao alto custo imobiliário nessa região, os negros foram fixados na periferia.

A autora destaca que dessa forma foram constituídos bairros inteiramente negros, como verdadeiras ilhas em torno da área central. Um desses bairros é o Dom Bosco, antigo Serrinha, que sem nenhuma infraestrutura urbana, foi habitado por parcela dessa população. “A marginalização do negro nas áreas de periferia urbana ou em zonas de interstícios no centro da cidade viabilizava a prática social e concreta da segmentação racial, baseada na evitação de sua explicitação pública e formal” (BORGES, 2000, p. 66).

Essas características o distinguem do seu entorno, que nos últimos anos vem sofrendo um processo de expansão comercial a partir de investimentos privados de grandes proporções¹¹, fruto do Planejamento Estratégico de Juiz de Fora, e que vem alterando significativamente o cotidiano da população do bairro em seus hábitos, costumes e vivências.

Dessa forma, visualiza-se um quadro que se repete em outras localidades do município, no qual se tem uma contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias relacionadas a todas as formas de desigualdade. Essa condição, segundo Rolnik (2002), é muito mais do que expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: é agente de reprodução da desigualdade.

Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infraestrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura ou lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena (ROLNIK, 2002, p. 54-5).

Em relação aos equipamentos sociais, o bairro possui uma escola municipal com oferta de ensino fundamental e EJA; como espaço alternativo possui o salão da igreja católica e não conta com espaços de lazer e recreação públicos.

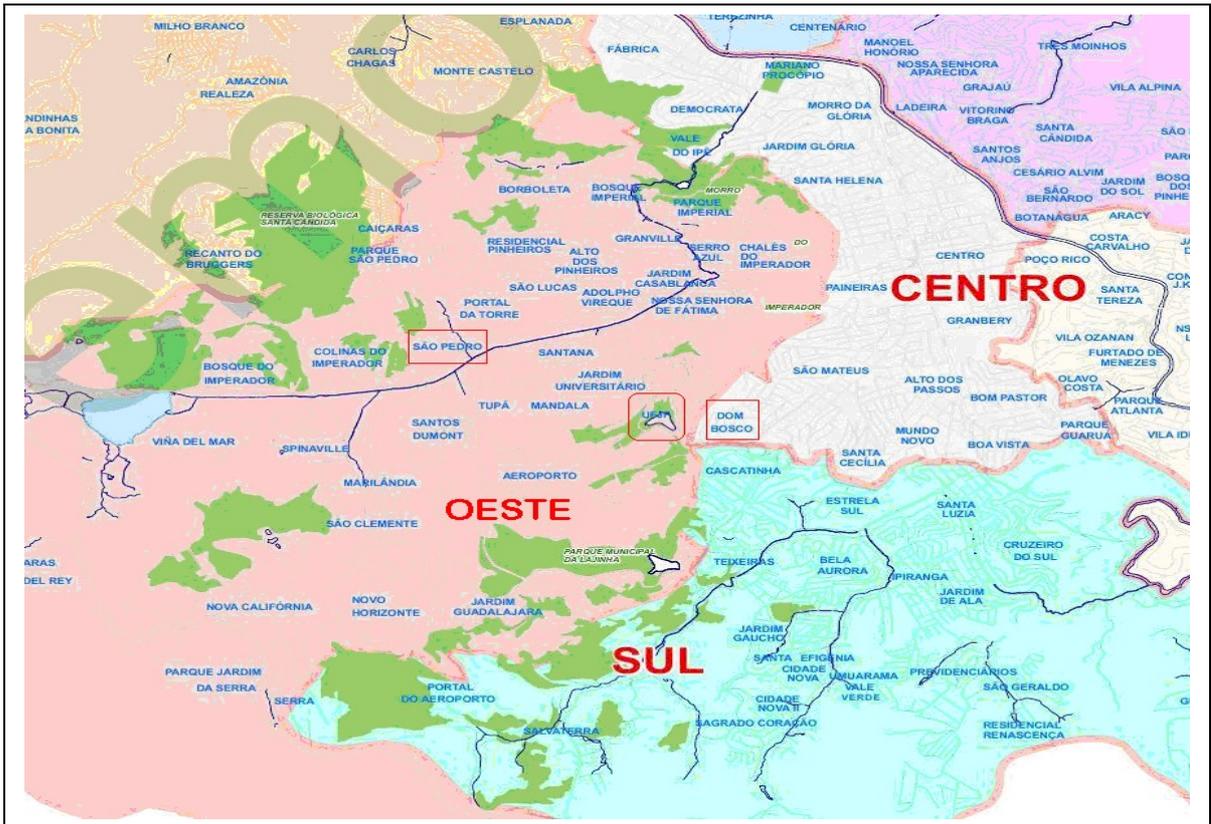
Em relação aos equipamentos de saúde, no bairro existe uma UAP (Unidade de Atendimento Primário à Saúde), um hospital privado, e o Centro de Atenção à Saúde (CAS/Hospital Universitário da UFJF).

No bairro há ainda a presença de entidades assistenciais e voluntários que desenvolvem ações na comunidade, os quais realizam projetos com crianças, adolescentes e idosos e um grupo de religiosos que administram um conjunto habitacional onde moram em pequenos domicílios aproximadamente vinte famílias que não possuem moradia própria e que

¹¹ Dentre estes destaca-se o Shopping Independência, a ampliação do Hospital Monte Sinai e construção do seu Centro Médico, a construção de grandes condomínios e instalação de novas redes de serviços, o que consequentemente acarreta um processo de valorização da região.

são assistidas com cestas básicas. Como ações locais desenvolvidas por lideranças jovens o Atlas Social (2006) destaca somente o grupo de capoeira, mas existem ainda outras manifestações nas quais há a inserção de jovens como o grupo Folia de Reis existente no bairro e a escola de samba mirim.

Mapa 2 – Regiões Centro e Oeste de Juiz de Fora¹²



2.4.2 – O bairro São Pedro a partir de sua centralidade na região Oeste de Juiz de Fora

A região Oeste da cidade, composta por 37 bairros e conhecida como Cidade Alta¹³, é hoje a principal área de expansão da cidade e tem como um de seus representantes mais expressivos o bairro São Pedro.

O bairro São Pedro, faz divisa com vários bairros, dentre eles Nossa Senhora de Fátima, Adolfo Vireque, Cruzeiro Santo Antônio, Tupã e Santana; possui aproximadamente 12.000 habitantes.

¹² Extraído do mapa “Cidade de Juiz de Fora – divisão dos centros regionais”, disponível em www.pjf.mg.gov.br/download/mapa_jf.pdf, acesso em 16/05/2010.

¹³ Conforme informações apresentadas no Plano de Desenvolvimento Local de Juiz de Fora, 2007.

A história do bairro São Pedro está intrinsecamente ligada à história de Juiz de Fora, com a sua data de surgimento a partir de 1858, quando imigrantes alemães chegaram à cidade e se concentraram na região, atraídos pelo clima ameno da Cidade Alta¹⁴.

Nas décadas de 1960 e 1970, novas ligações ao campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela Avenida Independência¹⁵, e à BR-040, proporcionaram intensificação da ocupação, fazendo com que a região fosse apontada entre os maiores responsáveis pela expansão da cidade.

A UFJF exerce essa influência por sua importância como universidade pública do país, sendo forte atrativo para estudantes de diversas regiões do Brasil. Além das suas funções específicas, representa ainda importante equipamento de recreação e lazer para a cidade e principalmente para seu entorno. “O Campus é um espaço, que em termos urbanísticos, diferencia-se de seu entorno imediato pela excelência de sua infraestrutura e paisagismo” (CASSAB e PORTELLA, 2006, p. 2).

Com a chegada crescente de novos moradores, o comércio foi incrementado e a área, valorizada. Hoje a região liderada pelo bairro São Pedro apresenta-se como área de investimentos pela boa rede de infraestrutura estabelecida no local, por sua localização estratégica e pelos novos empreendimentos em curso.

A posição estratégica da região, dada a facilidade de acesso à BR-040 e ao centro de Juiz de Fora, aliada à presença de amenidades como áreas de mata ainda preservadas, soma-se à existência em suas proximidades de um Aeroporto, do Estádio Municipal, da Embrapa, do SESIMINAS, do SESC Campestre e do Mirante do Cristo. Nesta região também se encontram instaladas indústrias, além de restaurantes, boates e bares que atraem grande contingente de pessoas durante as noites.

Apresenta-se, dessa forma, por sua posição geográfica, aliada à presença de áreas de grande beleza natural, como as matas situadas ao longo da margem esquerda da Represa de São Pedro e algumas áreas verdes no bairro Borboleta, como região de grande potencial para o crescimento da cidade.

¹⁴ Segundo STEHLING (1979), os alemães que chegaram na cidade em 1858 foram contratados para trabalhar na construção da primeira estrada pavimentada do Brasil, a União-Indústria, ligando Juiz de Fora a Petrópolis. Os alemães se concentraram na Colônia D. Pedro II ou Colônia de Cima (bairro São Pedro), na Colônia do Meio (bairro Borboleta) ou na Colônia de Baixo (bairro Fábrica).

¹⁵ Uma das principais avenidas do município que desempenha importante papel rodoviário ao ligar o centro à Cidade Alta e permitir acesso à saída de Juiz de Fora pela BR-040.

A região Oeste abriga cerca de 25.500 residentes¹⁶, em uma área de 45,26 km². Possui uma ocupação urbana com contrastes significativos, e uma população que apresenta disparidades de renda significativas, já que as faixas salariais médias variam entre um e dez salários mínimos. Predominam na região as atividades ligadas ao comércio, seguida das atividades de serviços e industriais.

Nota-se relativo isolamento do bairro Borboleta com os demais da região, principalmente em função da sua posição geográfica e da diferença de altitude. A região Oeste possui baixa densidade demográfica comparativamente a outras áreas da cidade. Caracteriza-se por uma ocupação horizontalizada, alastrada pela totalidade de sua área, com predominância residencial, porém com uma ampla rede de serviços.

As atividades econômicas são heterogêneas. Há uma concentração maior nos principais corredores dos bairros São Pedro, Nossa Senhora de Fátima, Santos Dumont e Marilândia, e na parte central do Borboleta. Predominam as atividades de comércio (supermercados, açougues, lojas de materiais de construção, de roupas, farmácias, padarias) e ainda, as de prestação de serviços, como escolas privadas que oferecem educação infantil e ensino fundamental, consultórios dentários, clínicas médicas, postos de combustíveis, serralherias, oficinas mecânicas, bares, restaurantes, casas noturnas, *lan houses*, centros esportivos, entre outros.

Na região há ainda uma grande diferenciação entre os tipos de lotes e moradias, já que coexistem lotes de reduzido tamanho, destinados aos moradores de baixa renda, com condomínios fechados voltados para uma população de renda mais elevada, até granjeamentos e microáreas de exclusão social¹⁷.

As diferenciações internas são verificadas também pelos índices de rendimento médio dos chefes de família, que vai da faixa de menos de dois salários mínimos no bairro Nossa Senhora de Fátima até os mais de dez salários mínimos no Imperador (Plano de Desenvolvimento Local de Juiz de Fora, 2007).

Em relação aos equipamentos sociais, a região possui duas escolas estaduais (localizadas nos bairros Borboleta e São Pedro), oito escolas municipais, sendo três localizadas no bairro São Pedro, as quais oferecem educação a nível infantil, de ensino

¹⁶ Segundo dados disponibilizados pelo Anuário Estatístico de Juiz de Fora, 2009.

2

¹⁷ De acordo com o Atlas Social 2006 existem 17 microáreas de exclusão social na região, caracterizadas por ocupação irregular, habitações precárias, pouca ou nenhuma infraestrutura urbana e condição socioeconômica baixa. Essas localidades, somadas a outras que se destacam pelas condições precárias de vida de seus habitantes e por índices relativamente altos de ações violentas (Jardim Casablanca, Caiçaras) se comparados com os demais bairros, são alvos de preconceitos por parte dos demais habitantes da região.

fundamental e EJA; uma creche municipal, um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Oeste) e um curumim, ambos localizados no bairro São Pedro. A região conta ainda com o Centro Regional Oeste, localizado no bairro São Pedro, que oferece de forma descentralizada alguns serviços da administração municipal.

Em relação aos equipamentos de saúde, constata-se que a região conta com três UAP's, localizadas nos bairros Borboleta, Santos Dumont e São Pedro. A UAP São Pedro trabalha com o PACS nos bairros Adolfo Vireque, Parque São Pedro e Jardim Casablanca e oferece atendimento no modelo tradicional para o restante da população adscrita; possui um Conselho Local de Saúde e participa do Conselho Regional de Saúde, sendo ambos considerados bem atuantes no município. Existe ainda o Centro de Especialidades Odontológicas Oeste, situado no bairro São Pedro e recentemente foi inaugurada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) São Pedro, com atendimento de urgências, emergências e especialidades com consultas agendadas, sendo referência para toda a região.

O bairro São Pedro possui ainda uma praça com quadra e parque infantil; como espaços alternativos, os salões da Paróquia São Pedro, que desenvolve várias atividades e projetos comunitários; igrejas evangélicas, além de uma Casa de Cultura, sede da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro São Pedro, construída com o apoio da Funalfa, de arquitetura alemã, situada na praça. Segundo o Atlas Social (2006), como ações locais identificadas com lideranças jovens há os grupos de artes marciais, de pagode e de capoeira.

Os bairros Dom Bosco e São Pedro caracterizam-se como bairros essencialmente diferentes. O bairro Dom Bosco é majoritariamente habitado por afro-brasileiros. A presença e expansão do hospital privado e a inauguração do shopping trouxeram mudanças significativas para o bairro, de forma que este passou a ser visto como uma região indesejada devido aos contrastes visual, social, cultural e econômico em relação à região na qual se situa.

O bairro São Pedro apresenta melhor infraestrutura urbana se comparado ao Dom Bosco e devido sua localização há dificuldades em delimitar claramente os limites do bairro, uma vez que a comunidade residente na região se organiza a partir de subdivisões territoriais.

Os processos pelos quais passam ambos os bairros corroboram o que Barbosa (2007) observa sobre as cidades na contemporaneidade.

Embora as cidades sejam apresentadas como espaço da desintegração de laços sociais e da degradação mais profunda da civilidade, por trás desse processo tem-se a configuração de táticas difusas e descontínuas que radicalizam desigualdades socioeconômicas e revelam, em seu percurso de afirmação, o propósito nada oculto de promover o mercado global de estilos de vida, serviços e imagens.

Um conjunto de práticas é investido na construção de novas centralidades urbanas, a partir de novas hierarquias sócioespaciais. A paisagem é convertida, sob o primado da circulação de imagens, em um capital móvel do consumo seletivo e de massa.

O consumo visual do espaço como instrumento de realização do capital faz das paisagens um novo valor de troca. É nesse sentido que as corporações empresariais tornam as cidades um grandioso acúmulo de espetáculos publicitários, e que a produção intensiva de imagens é um veículo indispensável ao sucesso dos negócios.

Paralelamente, a estetização da paisagem combina-se ao controle e à normatização dos corpos estranhos e rebeldes, com o objetivo de figurar uma cidade da ordem em oposição à desordem.

A cidade é socialmente instrumentalizada para responder à nova disciplinarização dos corpos, constituída pelo jogo catódico de imagens simulacionais e pelo aprofundamento de fragmentação social do/no espaço. (...) Formas homogêneas começam a definir a organização material e estética do espaço, reprimindo e condenando as diferenças para estabelecer um processo estandardizado de consumo como modo de vida. Trata-se de um movimento que imprime uma perda progressiva de nossas pequenas histórias e, com elas, perdemos também nossas vinculações com a vida na/da cidade (BARBOSA, 2007, p. 131).

A estetização da forma urbana sinaliza o reforço do tratamento estratégico do espaço como reprodução de hegemonias sociais. Estas se impõem como demarcação social de territórios exclusivistas de bem-estar e segurança, a exemplo dos condomínios fechados. Registra-se a reiteração da segregação social urbana, alimentada por radicais contradições sociais que, na atualidade, o autor afirma que assumem a expressão suprema da *gentryfication* da cidade diante do crescente empobrecimento econômico de imensas parcelas da população. Esse movimento é definido por um conjunto de práticas sociais.

A normatização da cidade diante da desordem resulta na produção /organização de estratégias locais de afastamento dos indesejáveis – migrantes pobres, população de rua, deserdados do mundo do trabalho -, como também de estratégias de isolamento e de contenção de territórios considerados perigosos; constitui-se, sobretudo, como negação às reivindicações e exigências sociais dos pobres em relação aos seus direitos à cidade.

Por outro lado, o autor destaca que a atual busca da “vida comunitária” recria um ordenamento territorial urbano que reparte as populações e reforça a segregação de convivências, anula possibilidades e cria novos sentidos para a vida na cidade.

A imagem da desordem urbana naturaliza a hierarquia social e sua morfologia espacial, mascarando as desigualdades sociais ao banalizar a decomposição da civilidade diante da hegemonização econômica do território urbano e seus efeitos limitadores do uso da cidade fora da esfera da produção/consumo urbano dominante.

Sob a égide de uma identidade abstrata e efêmera edificada pela cultura narcísica, o ato de viver na cidade torna-se cada vez mais mecânico e programado, promovendo um processo inaudito de reificação das relações sociais. Estas conformam a profunda crise da esfera pública, cujo significado mais explícito pode ser observado no desapego e na ausência dos atos e comportamentos de caráter mais coletivo no espaço urbano (BARBOSA, 2007, p. 137).

Os critérios de produtividade e competitividade passam a ser um atributo dos lugares, a partir de suas infraestruturas urbanas; nesse sentido, observa-se na escala dos lugares uma competição que aprofunda a concorrência no interior das redes urbanas, a qual é realizada de modo cada vez mais coercitivo, fragmentário e pouco previsível.

A cidade é uma escrita de práticas socioespaciais diferenciadas que exprimem e renovam a radicalidade do conflito entre a apropriação social e a propriedade privada. A cidade também demonstra as condições de reprodução do capitalismo e as resistências às mudanças impostas ao espaço pelo regime burguês de acumulação de riqueza e poder. Por outro lado, a transgressão e a dominação social radicalizam-se, representados no *apartheid* territorial das comunidades citadinas.

No que se refere aos bairros abordados neste estudo, remete-se aqui às considerações desenvolvidas por Marques (2005) a respeito de categorias como periferia, segregação, processos heterogêneos e homogeneidades.

Ao remeter-se ao bairro Dom Bosco, a partir dos processos de segregação vivenciados pelo mesmo nos dias de hoje, entendido como bairro periférico a partir de sua localização na região na qual se insere, busca-se em Marques a conceituação de periferia, que tende a caracterizar o local onde “as rendas diferenciais tendem a zero” e como o espaço onde são registradas inúmeras extorsões produzidas pelo capitalismo periférico, sendo caracterizadas como locais homogêneos em que se acumulam problemas, com a superposição de características negativas de ações do Estado e do ambiente urbano, assim como do mercado de trabalho.

A partir desse entendimento, é possível inserir a abordagem dos heterogêneos processos que produzem separação e concentração de grupos sociais, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais. No caso do bairro mencionado, destacam-se os processos de isolamento e

apartação social, as desigualdades de acesso às políticas públicas e condições de vida de uma forma geral e com especial enfoque a separação no sentido de uma homogeneidade interna e uma heterogeneidade externa na distribuição dos grupos no espaço. Esses processos se constroem e reconstroem mutuamente, manifestando-se de forma combinada.

No que se refere ao bairro São Pedro é possível afirmar que há diferentemente uma heterogeneidade interna de distribuição dos grupos no espaço, o que proporciona formas de sociabilidades diferenciadas e conseqüentemente uma experiência urbana demarcada por perspectivas de mobilidades.

Os percursos e circuitos construídos pelos indivíduos e famílias permitem traçar territórios que não são entendidos como dimensão natural, mas construídos a partir de práticas e conexões que articulam os espaços e as dimensões variadas da cidade, mobilizadas nos agenciamentos cotidianos da vida, e que por isso não têm fronteiras fixas definidas a partir de uma relação de proximidade (CASSAB, et al; 2005).

Essa diferenciação territorial, demarcada por processos homogêneos e heterogêneos, repercutem significativamente nas experiências sociais dos jovens moradores dos bairros em questão e produzem perspectivas de futuro diferenciadas para cada grupo juvenil. No próximo capítulo essa discussão será recuperada com o objetivo de analisar as percepções dos jovens no que se refere às suas vivências cotidianas e identificar como são estabelecidas essas diferenças.

3 – OS JOVENS EM SUAS DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS: AS EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS PESQUISADOS

A discussão sobre cidade e especificamente sobre a cidade de Juiz de Fora no capítulo anterior objetivou apresentar o território onde os jovens pesquisados estabelecem suas relações cotidianas e no qual se apresentam os elementos que interferem em suas sociabilidades. Nesse sentido, neste capítulo é descrito o processo de apropriação das condições de vida dos jovens a partir das atividades desenvolvidas no projeto de extensão do qual participaram com vistas a analisar suas perspectivas de participação e de futuro.

3.1 – Aspectos metodológicos do estudo: o processo de apropriação das condições de vida, experiências e percepções dos jovens pesquisados

As atividades desenvolvidas com os jovens foram realizadas por meio do projeto “ConViver: formação para a cidadania e a construção de espaços democráticos” e compreenderam a realização de entrevistas individuais com os participantes objetivando traçar o perfil sócio-econômico do grupo de cada bairro; a realização das oficinas sócio-educativas semanais por meio de temáticas específicas; visitas a pontos diferenciados de Juiz de Fora e a realização de *grupos de discussão* ao término das atividades do projeto com o intuito de avaliar as ações desenvolvidas e identificar como os jovens apreenderam os conteúdos trabalhados e de que forma estes repercutiram em suas opiniões.

Optou-se aqui pela descrição dessas atividades visando destacar a importância que as mesmas tiveram para o desenvolvimento do estudo, porém o foco de análise recai sobre os *grupos de discussão* realizados ao término do projeto. A opção por esses grupos deriva das possibilidades que os mesmos apresentam no sentido de identificar as percepções dos jovens sobre diferentes assuntos e de que forma as dinâmicas sócio-espaciais vivenciadas por eles interferem em suas perspectivas de participação e de futuro a partir das diferenças entre seus bairros de moradia.

Com vistas a atingir os objetivos do estudo, na escolha dos métodos utilizados optou-se pelas abordagens qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa caracteriza-se, principalmente, pela ausência de conceitos numéricos e análises estatísticas, incorporando aspectos mais profundos e subjetivos do objeto em estudo. A pesquisa quantitativa

normalmente se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras.

A pesquisa qualitativa se mostrou mais apropriada para realização deste estudo na medida em que a mesma privilegia vários aspectos necessários para o desenvolvimento deste trabalho. De modo geral, os métodos qualitativos propiciam o contato direto e interpretativo do pesquisador com seu objeto de estudo, possibilitando assim informações mais amplas e com maior riqueza de detalhes.

Os métodos qualitativos permitem o aprendizado real das interações entre pessoas ao passo que trabalham com motivações e valores, os quais, segundo Minayo (1996) não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, porque estão muito mais relacionados a pontos particulares. De acordo com a autora, a abordagem qualitativa é apreendida como uma representação abstrata dos fenômenos, uma argumentação explicativa incapaz de reproduzi-los, mas que busca representá-los. Não tem, portanto, como pretensão a compreensão total e completa sobre a realidade, mas uma aproximação desse real.

Partiu-se do princípio de que era necessário ajustar métodos quantitativos com os qualitativos para a coleta de dados, visto que tais procedimentos não se excluem, mas se complementam no âmbito de uma pesquisa.

Dessa forma, a coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semi-estruturadas, a partir de formulários individuais, com questões objetivas versando sobre dados pessoais, familiares e socioeconômicos dos jovens. Já a entrevista em grupo, denominada aqui de “grupos de discussão”, abordou questões subjetivas de ordem estrutural, relacionadas às vivências e experiências juvenis.

As entrevistas individualizadas são concebidas como uma técnica caracterizada por uma comunicação verbal que ressalta a importância da linguagem e do significado da fala, com o propósito de coletar dados objetivos e subjetivos dos sujeitos da pesquisa que vivenciam a realidade a ser estudada.

Já a utilização da técnica de entrevistas em grupo foi utilizada a partir da percepção de uma abordagem mais aprofundada sobre determinados assuntos e teve seu desenvolvimento por meio da apresentação gradativa das temáticas.

As questões foram apresentadas ao grupo de modo a permitir aos integrantes um pensar sobre a realidade, vislumbrando possibilidades de sua transformação, o que imprimiu à técnica um caráter reflexivo, educativo, crítico, criativo e politizador.

Nesse sentido, foi possível possibilitar aos jovens que a partir do cotidiano fosse realizado um movimento de desvendamento, explicação e interpretação de processos

presentes em suas vidas, podendo estes verbalizarem experiências pessoais, elementos históricos, sociais, como também suas perspectivas de futuro, dentre outros.

Superar a cotidianidade e ascender ao plano reflexivo que é o plano próprio da atitude filosófica, é o grande desafio que permeia a relação de homens que lutam pela instauração de processos democráticos que têm na liberdade, na igualdade e na justiça pressupostos e base fundamental para a auto-construção de sujeitos que constroem a história da humanidade e, assim sendo, de profissionais que comungam dos mesmos valores e que estão no contato cotidiano com esse homem comum. O homem comum, se não se apropria das categorias de análise do patrimônio intelectual, fica impossibilitado de desvendar a realidade e conseqüentemente não tem condições de participar do processo de sua transformação enquanto ser histórico (VASCONCELOS, 1997, p. 138).

A entrevista em grupo, ou *grupo de discussão* (Weller, 2006), mostrou-se um método importante por oportunizar a troca de conhecimentos entre os jovens, o aprofundamento dos conceitos em debate, como também permitiu o confronto entre as opiniões, as quais muitas vezes tornam-se ausentes nos ambientes individuais. Esse método pode proporcionar uma oportunidade para as pessoas revelarem seus sentimentos. Muitas vezes, o modo como falam sobre suas vidas; a linguagem usada e as conexões realizadas revelam como as coisas são percebidas por aquele sujeito. Além disso, as entrevistas em grupo suscitam aspectos diversos que favorecem novas visões sobre um mesmo assunto e possibilitam a diminuição do sentimento de isolamento.

No decorrer da atividade foi possível identificar que, muitas vezes, os jovens se identificaram com o que o outro dizia e assim acrescentaram algo a mais com suas palavras. Mediante a conversa e o diálogo, os jovens podem encontrar a sua compreensão sobre determinado conceito. Por isso, a necessidade do contato entre os jovens, para que eles mesmos (re) construam suas concepções sobre as categorias abordadas.

Destaca-se ainda que por meio dos *grupos de discussão* a opinião do grupo não é a soma de opiniões individuais, mas o produto de interações coletivas. A participação de cada membro dá-se de forma distinta, mas as falas individuais são produtos da interação mútua. Dessa forma as opiniões de grupo cristalizam-se como totalidade das posições verbais e não-verbais. Os entrevistados passaram a ser vistos, a partir de então, como representantes do meio social em que vivem e não apenas como detentores de opiniões.

Weller (2006), ao apresentar aspectos referentes aos *grupos de discussão*, observa a necessidade dos processos interativos, discursivos e coletivos que estão por detrás das opiniões, das representações e dos significados elaborados pelos sujeitos, sejam

metodologicamente reconhecidos e analisados à luz de um modelo teórico; ou seja, interpretados com base em categorias metateóricas relacionadas a uma determinada tradição teórica e histórica.

Os *grupos de discussão*, como método de pesquisa, passaram a ser utilizados a partir da década de 1980, sobretudo nas pesquisas sobre juventude. Estudos clássicos da sociologia da juventude bem como da psicologia do desenvolvimento definem o *peer group* como sendo o espaço de maior influência na formação e articulação de experiências típicas da fase juvenil.

A autora enfatiza que é principalmente no grupo que o jovem trabalhará, entre outras, as experiências vividas no meio social, as experiências de inserção e desintegração social, assim como as inseguranças geradas a partir dessas situações.

Os *grupos de discussão* têm contribuído na análise de fenômenos típicos dessa fase do desenvolvimento, permitindo a elaboração de diferentes *tipologias*, tais como:

- de *desenvolvimento* – voltada para a análise das mudanças biográficas relacionadas às experiências adquiridas na fase de transição entre a adolescência e a vida adulta;
- *geracional* – das características comuns de um mesmo grupo etário, muitas vezes, em contraposição às gerações mais velhas;
- do *meio social* – das relações entre origem social e orientação biográfico-profissional;
- de *formação educacional* – relacionada às diferenças entre os tipos de escola (por exemplo: escolas públicas x escolas particulares);
- de *gênero* – voltada, por exemplo, para a análise das diferenças biográficas e das escolhas profissionais de jovens de ambos os sexos. (Weller, 2006).

Segundo ainda a autora, os *grupos de discussão* representam um instrumento por meio do qual o pesquisador estabelece uma via de acesso que permite a reconstrução dos diferentes meios sociais e do *habitus* coletivo do grupo. Seu objetivo principal é a análise dos fenômenos relacionados ao meio social, ao contexto geracional, entre outros. A análise do discurso dos sujeitos é fundamental e auxiliará na identificação da importância coletiva de um determinado tema.

3.2 – Projeto “ConViver”: em busca de espaços democráticos

As atividades realizadas pelo Pólo de Suporte às Políticas de Proteção à Família, Infância e Juventude da UFJF com os jovens¹⁸ foram desenvolvidas por meio do subprojeto “ConViver: formação para a cidadania e a construção de espaços democráticos”, concretizado pelas oficinas sócio-educativas e por outras ações complementares desenvolvidas no ano de 2009 e que compuseram o projeto “Educação e Cultura Geracional”.

O “Educação e Cultura Geracional” foi realizado pela Casa de Cultura da UFJF, espaço acadêmico coordenado pela Faculdade de Serviço Social desde 2006, a partir de financiamento do Ministério da Cultura (MinC) e envolveu os três núcleos que compõem a instituição, quais sejam Núcleo de Extensão Geracional, Núcleo de Extensão Trabalho e Cultura e Núcleo de Extensão Território e Cidade.

O Núcleo Geracional da Casa de Cultura é responsável por produzir e difundir novos conhecimentos e metodologias de trabalho na área sócio-educativa e sócio-cultural através de ações experimentais e fomentar uma rede de pesquisadores em estudos sócio-geracionais. O Núcleo desenvolve dois Programas de Pesquisa e Extensão sobre Gerações: o Pólo de Suporte às Políticas de Proteção à Família, Infância e Juventude e o Pólo Interdisciplinar na Área do Envelhecimento, os quais se caracterizam como programas de extensão em suas respectivas áreas de atuação vinculados à PROEXC da UFJF.

O Núcleo de Extensão sobre Trabalho e Cultura se estrutura como um espaço aberto e plural, vocacionado a possibilitar o encontro e a confluência das diversas manifestações sócio-culturais e artísticas, o diálogo entre o acervo cultural nacional e transnacional das culturas e a diversidade da produção artística local e regional.

O Núcleo de Extensão Território e Cidade tem como objetivo articular a discussão sobre as gerações e sobre o trabalho e cultura, procurando identificar os fatores que interferem nas diferentes dimensões do ser humano, desde o corpo até o meio-ambiente.

O projeto “Educação e Cultura Geracional” é uma proposta de ensino, pesquisa e extensão voltada para a articulação das temáticas do trabalho, das gerações e da cultura por meio de atividades sócio-educativas e sócio-culturais junto a jovens, idosos, famílias e escolas públicas dos bairros Dom Bosco e São Pedro.

A seguir, a descrição das atividades desenvolvidas com os trinta e um jovens contemplados pelo projeto que são o objeto de estudo do trabalho aqui apresentado.

¹⁸ Destaca-se que paralelamente às atividades com os jovens foram desenvolvidas ações com seus familiares, por meio do projeto “Trabalho com Famílias”, e com as escolas de ambos os bairros, por meio do projeto “ECA nas Escolas”.

Inicialmente, no primeiro semestre de 2009, foi realizada pesquisa de campo nos dois bairros contemplados pelo projeto visando o desenvolvimento do diagnóstico sócio-cultural das comunidades, conhecer a realidade das localidades, mapear os equipamentos públicos, conhecer as lideranças locais e estabelecer parcerias. Foi realizada ainda a divulgação da proposta de trabalho e buscado o envolvimento das comunidades nas atividades a serem desenvolvidas. O processo de seleção dos jovens para participação no projeto ocorreu posteriormente à realização do diagnóstico sócio-cultural dos bairros.

Para a seleção dos jovens foi estabelecido contato com os estabelecimentos da rede estadual de ensino objetivando a divulgação da proposta junto aos diretores das escolas e a permissão de acesso aos jovens com faixa etária entre 15 e 18 anos incompletos.

Previamente foi definido pela equipe do projeto que os jovens a serem convidados deveriam estar cursando o 1º ano do ensino médio; porém, após o primeiro contato com os diretores das escolas obteve-se a informação de que a participação dos alunos do 1º ano seria inviabilizada devido à inserção garantida de todos no programa do governo estadual “Poupança Jovem”¹⁹; dessa forma, ficou acordado que os alunos a serem convidados seriam aqueles que cursavam o 2º ano do ensino médio, devendo ser ao todo trinta jovens, quinze residentes no bairro Dom Bosco e quinze no bairro São Pedro.

As etapas seguintes compreenderam: divulgação do projeto e do dia de seleção junto aos jovens; realização da seleção com os jovens interessados e devidamente autorizados pelos responsáveis para participarem da seleção na escola; divulgação dos aprovados e orientações para início das atividades na Casa de Cultura.

Essas etapas foram devidamente cumpridas na escola estadual do bairro São Pedro, o que não ocorreu no bairro Dom Bosco devido à situação em que se encontrava a escola estadual do bairro (número reduzido de alunos, precária infraestrutura, previsão de paralisação definitiva das atividades) por não possuir alunos suficientes para preencher as vagas ofertadas pelo projeto. Nessas circunstâncias, foi necessário contactar duas instituições não-governamentais situadas no bairro para o preenchimento das vagas restantes.

Esse fato, por si só, já aponta para a distinção existente entre os dois bairros no que se refere às condições de vida da população de cada localidade, tendo em vista que embora a escola da rede pública estadual do bairro São Pedro tivesse sido recém inaugurada, foi possível o acesso aos jovens nela inseridos de forma a facilitar o processo de seleção, o que

¹⁹ Programa sócio-educativo e de transferência de renda desenvolvido pelo governo do estado de Minas Gerais em todas as escolas públicas da rede estadual de ensino com alunos que cursam o 1º ano do ensino médio. O programa prevê atividades educativas e profissionalizantes e ao término do ensino médio a destinação de uma poupança de R\$ 3.000,00 para cada aluno participante.

não ocorreu no Dom Bosco. Neste bairro, a escola funcionava em situação tão precária que possuía apenas dez alunos matriculados no 2º ano do ensino médio e dentre estes, parte não se interessou pelo projeto e outros estavam com idade superior à estabelecida para participação. Nessa escola foram selecionados apenas quatro jovens. Os demais jovens foram selecionados por meio das instituições citadas. Destaca-se ainda que devido à forma como o processo de seleção ocorreu foi incluído um jovem a mais do que o previsto e ao todo o bairro Dom Bosco foi representado por dezesseis jovens no projeto, enquanto São Pedro permaneceu com quinze jovens.

As atividades com os selecionados foram realizadas por meio de oficinas na Casa de Cultura no período de junho a dezembro de 2009, de forma ininterrupta, durante três dias na semana. As oficinas eram desenvolvidas por meio dos projetos “ConViver”, sob responsabilidade do Pólo SIJ – Núcleo Gerações, do projeto “Comunicação para a cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária”– Núcleo Território e Cidade, além de oficinas de Teatro.

O projeto “Comunicação para a cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária” é um trabalho de extensão e pesquisa desenvolvido por professores e alunos de graduação e pós-graduação da faculdade de Comunicação Social da UFJF, financiado pela FAPEMIG. Por meio dele foram oferecidas oficinas de “Jornal Impresso”, “Rádio”, “Fotografia”, “Vídeo”, “Cultura Política” e “Novas Tecnologias e Ação Comunitária”. Este projeto se propunha a contribuir para a democratização da comunicação e para o exercício da cidadania de jovens da periferia de Juiz de Fora, a partir da realização de ações que articulavam a pesquisa e a extensão em comunicação.

Os jovens foram divididos em duas turmas com representantes de ambos os bairros (uma com quinze e uma com dezesseis) com o objetivo de facilitar o processo pedagógico, propiciar maior qualidade nas discussões e otimizar o tempo por meio da realização das oficinas de forma alternada. Os jovens receberam uma bolsa mensal, lanche e vales-transportes para participarem das atividades.

3.2.1 - O universo pesquisado: condições sócio-econômicas dos jovens

Por meio de um formulário previamente desenvolvido pela equipe do Pólo, foram realizadas entrevistas individuais com cada jovem participante do projeto no início das atividades. As informações coletadas serviram para estruturar um banco de dados que passou a ser referência para a equipe no que se refere ao planejamento das oficinas e outras ações. Nas entrevistas os jovens foram abordados sobre diversos aspectos como dados pessoais, familiares, socioeconômicos e expectativas em relação ao projeto. Os dados foram agrupados e são apresentados a seguir.

3.2.1.1 – Os jovens do bairro Dom Bosco

Os dezesseis jovens residentes no bairro Dom Bosco estavam na faixa etária entre 14 e 18 anos. Desses, dois possuíam 14 anos, um possuía 15 anos, cinco estavam com 16 anos, cinco com 17 e três já haviam completado 18 anos. Seis jovens são do sexo masculino e dez do sexo feminino. Todos se autodeclararam afro-descendentes (quatorze negros e dois pardos).

Todos os jovens cursavam o ensino médio em escola pública: cinco cursavam o 1º ano do ensino médio, nove o 2º ano e dois se encontravam no 3º ano. Desses, somente cinco estavam matriculados na escola estadual localizada no bairro, os quais foram transferidos para outras escolas da rede estadual logo após o fechamento da instituição. Os demais alunos estudavam em escolas localizadas em bairros da região Centro.

A maioria dos jovens declarou residir com a família composta por mãe, pai ou padrasto e irmãos, sendo que apenas uma jovem relatou residir somente com a avó, embora considere como sua família o grupo composto por sua mãe, pai, irmã e a avó. Todos os jovens consideraram a figura da mãe como parte da composição familiar. Por outro lado, no que se refere à figura paterna, apenas onze jovens fizeram menção a pais ou padrastos como membros da família. Todos os jovens declararam que não possuíam filhos e os que afirmaram possuir irmãos observaram que os mesmos tinham idade variando entre 0 e 27 anos.

Em média, as famílias dos jovens eram compostas por quatro a seis membros e a maioria dessas famílias possuía renda entre dois e quatro salários mínimos; doze jovens afirmaram morar em casa própria, três em imóvel cedido por parentes e apenas uma jovem declarou residir em casa alugada. Os imóveis possuíam água tratada, energia elétrica e rede de esgoto, sendo que apenas uma jovem relatou que sua casa não possuía esgoto. Dessas

famílias, quatro eram beneficiárias do programa Bolsa-Família e apenas duas eram contempladas por plano de saúde privado.

No que se refere à escolaridade dos pais dos jovens do Dom Bosco tem-se que no universo de dezesseis mães quatro possuíam ensino fundamental incompleto, três o ensino fundamental completo, uma possuía o ensino médio incompleto e seis haviam concluído o ensino médio, enquanto apenas uma tinha o ensino superior completo. Já em relação aos pais/padrastos, observa-se que quatro possuíam o ensino fundamental incompleto, dois o ensino fundamental completo, três o ensino médio completo e um o superior completo. Um dos jovens relatou que não sabia a escolaridade de seus pais.

Em relação à ocupação tem-se que no caso das mães destacou-se a atividade de doméstica ou diarista, desenvolvida por seis mães; as atividades de auxiliar de serviços gerais, costureira, auxiliar de laboratório, auxiliar administrativo e abordagem de população em situação de rua compunham as demais ocupações; duas mães encontravam-se em situação “do lar” e duas desempregadas. Das mães ocupadas, sete possuíam o vínculo formal de trabalho. Dentre os pais ou padrastos destacou-se o vínculo formal de trabalho, com as seguintes ocupações observadas: pedreiro (três pais), auxiliar de serviços gerais (dois pais), mecânico (dois pais), manobrista (um), motorista (um) e um pai na condição de aposentado.

Quando questionados se possuíam religião, a maioria dos jovens relatou ser católica (dez), dois afirmaram ser evangélicos e quatro observaram que não possuíam religião. Nove jovens relataram possuir alguma habilidade artística, intelectual ou cultural, quais sejam: dança (*reggae*), música, percussão, futebol, informática e bordado, entre outras ligadas às atividades religiosas. Dentre as habilidades que gostariam de desenvolver, destacaram a informática, línguas estrangeiras (inglês e espanhol), teatro, esportes (futebol, vôlei, natação), a música, o desenho e outras no campo da comunicação (rádio).

Como principais motivos de interesse pelo projeto os jovens relataram a oportunidade de obter novos conhecimentos, a ocupação do tempo livre e o fato de receber a bolsa mensal. Paralelamente, esperavam que o projeto os proporcionasse ampliação de conhecimentos e das relações pessoais. Apenas dois jovens pontuaram a possibilidade de ampliar a participação na sociedade como uma expectativa em relação ao projeto.

No que se refere à relação que estabeleciam com a cidade, ao serem questionados sobre os lugares que tinham costume de frequentar, enfatizaram que estavam acostumados a ficar mais no próprio bairro e/ou se deslocavam até bairros vizinhos e frequentavam festas ou pagodes no Centro. Observaram ainda que quando possuíam tempo livre desenvolviam atividades como assistir televisão, acessar a internet, dormir, namorar, ouvir música, jogar

futebol e vídeo game. Quatro jovens tinham inserção em outros programas ou projetos sociais como o “Poupança Jovem” e projetos desenvolvidos por uma ONG local.

3.2.1.2 – Os jovens do bairro São Pedro

Os quinze jovens residentes no bairro São Pedro e adjacências estavam na faixa etária entre 15 e 19 anos (a maioria, nove, possuía 16 anos). Desses, cinco são do sexo masculino e dez do sexo feminino. Seis jovens se declararam brancos, seis pardos e três negros. Todos cursavam o 2º ano do ensino médio na escola estadual do bairro São Pedro.

Os jovens em sua totalidade residiam com a família, composta em sua maioria por mãe, pai ou padrasto, irmãos e outros membros, sendo expressivo o número de famílias monoparentais, com a presença apenas da mãe, as quais contabilizaram cinco. Todos os jovens consideraram a figura da mãe como parte da sua composição familiar, mas apenas dez pais/padrastos foram elencados como tal.

Nenhum dos jovens possuía filhos e a faixa etária dos irmãos variava de 0 a 23 anos. Dez famílias possuíam renda entre um e três salários mínimos, quatro entre três e quatro salários e uma possuía renda acima de quatro salários.

Quanto às condições de moradia, onze jovens afirmaram morar em casa própria, dois em imóvel cedido por parentes e dois em casa alugada. Os imóveis possuíam água tratada, energia elétrica e rede de esgoto (apenas uma jovem relatou que sua casa não possuía esgoto). Dessas famílias, três eram beneficiárias do programa Bolsa-Família e apenas duas possuíam plano de saúde privado.

No que se refere à escolaridade, do total de mães, seis tinham o ensino fundamental incompleto, uma o ensino fundamental completo, duas o ensino médio incompleto, quatro possuíam o médio completo, uma o superior incompleto e uma o superior completo. Já no universo de dez pais/padrastos, cinco possuíam o ensino fundamental incompleto, dois o ensino fundamental completo, um o médio incompleto, um o médio completo e um o superior incompleto.

Em relação à ocupação profissional, no caso das mães, destacou-se a atividade de doméstica ou diarista (cinco mães), seguida de copeira (duas), auxiliar de serviços gerais (uma); três mães eram “do lar”, uma farmacêutica e outra comerciante. O vínculo predominante de trabalho era o formal. No caso dos pais ou padrastos, destacaram-se as seguintes ocupações: pedreiro (três), servente de obras, marceneiro, vidraceiro e mecânico

(um representante para cada); um pai encontrava-se desempregado; um na ocupação de comerciante e outro aposentado como policial.

Quando questionados se possuíam religião, a maioria dos jovens (onze) relatou possuir a religião católica, três afirmaram ser evangélicos e um observou que não tinha religião. Dez jovens relataram possuir alguma habilidade artística, intelectual ou cultural, quais sejam: dança, canto, artesanato, pintura, crochê, tricô, capoeira, informática, violão, teatro e outras atividades culturais promovidas pela escola. Dentre as habilidades que gostariam de desenvolver apontaram principalmente as atividades relacionadas ao projeto como as oficinas na área de comunicação, além de cursos profissionalizantes.

Todos os jovens destacaram como principal motivo de interesse pelo projeto a obtenção de novos conhecimentos, além do interesse pelas oficinas a serem oferecidas. Como expectativas apontaram a ampliação de conhecimentos, opção esta elencada por todos os jovens, e, de forma mais expressiva do que a constatada no bairro Dom Bosco, a possibilidade de ampliar a participação na sociedade, opção esta elencada por seis jovens.

No que se refere à relação que estabeleciam com a cidade, assim como os jovens do bairro Dom Bosco, os jovens do bairro São Pedro em sua maioria ficavam restritos ao próprio bairro e adjacências. Quando se deslocavam até outros bairros (Santa Rita, Santa Luzia, Jóquei Clube) era para visitar parentes. Poucos foram os que relataram que iam a shoppings e frequentavam casas de shows e festas (apenas quatro jovens ao todo).

Em relação ao tempo livre, observaram que o mesmo era destinado a atividades rotineiras como namorar, assistir TV e filmes, estudar, ler, ficar na rua, escutar rádio, acessar internet e jogar futebol.

Os dados apresentados demonstram que, em virtude do processo de seleção para participação no projeto, os jovens residentes no bairro Dom Bosco se diferenciavam entre si em virtude da escola e série a que se vinculavam, ao passo que os jovens de São Pedro estavam todos matriculados na mesma escola e série, sendo inclusive da mesma turma. Nesse sentido, os três anos do ensino médio estavam representados pelos jovens de Dom Bosco, enquanto somente o 2º ano apresentou-se no que se refere aos jovens de São Pedro. Além disso, os dados demonstram que há uma pequena defasagem entre idade e ano escolar no tocante aos jovens de ambos os bairros.

Tabela 1 – Idade e Escolaridade dos jovens

Número de Jovens/ bairros	Idade						Ano do Ensino Médio		
	14	15	16	17	18	19	1º	2º	3º
Dom Bosco	2	1	5	5	3	-	5	9	2
São Pedro	-	1	10	2	1	1	-	15	-
Total	2	2	15	7	4	1	5	24	2

Fonte: Projeto “ConViver”

No que se refere ao sexo dos jovens participantes, identifica-se uma expressiva diferença na medida em que as jovens eram quase o dobro dos jovens.

Esse fato pode ser explicado não somente pelas características demográficas do município, em que o contingente feminino é maior do que o masculino, como também segue uma tendência nacional no que se refere à escolarização.

Dados do IBGE de 2008 apontam que as mulheres, em média, possuem um ano a mais de estudo que os homens, e tendem a possuir níveis mais elevados de escolaridade. Ainda segundo esses dados, as mulheres dominam os cursos universitários do país. Em 2007, 57,1% dos estudantes no nível superior eram do sexo feminino, contra 42,9% do sexo masculino.

Tabela 2 – Distribuição dos jovens por sexo, cor e religião

Número de Jovens/ bairros	Sexo		Cor			Religião		
	Fem.	Masc.	Branca	Preta	Parda	Católica	Evangélica	Não possui
Dom Bosco	10	6	-	14	2	10	2	4
São Pedro	10	5	6	3	6	11	3	1
Total	20	11	6	17	8	21	5	5

Fonte: Projeto “ConViver”

Quanto à religião, tem-se que a maioria dos jovens de ambos os bairros declarou-se católica, o que pode ter relação com a grande influência que essa religião possui em suas comunidades.

No que se refere ao quesito cor, destaca-se a homogeneidade existente entre os jovens do bairro Dom Bosco, à medida que todos se declararam afro-descendentes, e a heterogeneidade entre os de São Pedro, já que seis jovens se declararam brancos e os demais afirmaram ser pretos ou pardos.

No que se refere às condições familiares, não são identificadas grandes diferenças entre os jovens de ambos os bairros. Quanto à renda familiar, há uma concentração no bairro Dom Bosco nas faixas entre dois e três salários mínimos e acima de quatro salários, o que pode ser explicado pelo número maior de membros nessas famílias, as quais possuem na maioria dos casos entre cinco e seis membros. Já em relação à renda *per capita* observa-se que em ambos os bairros a maioria das famílias apresentava-se na faixa que compreende entre meio e um salário mínimo.

Tabela 3 – Distribuição dos jovens por nº. de membros familiares

Jovens por bairros	Nº. membros familiares						
	2	3	4	5	6	9	10
Dom Bosco	-	2	2	8	3	-	1
São Pedro	2	3	4	3	2	1	-
Total	2	5	6	11	5	1	1

Fonte: Projeto “ConViver”

Tabela 4 – Distribuição das famílias por renda

Jovens por bairros	Renda <i>per capita</i> em SM				Renda familiar em SM			
	1/2	< 1/2 e > 1	> 1	1	< 1 e > 2	< 2 e > 3	< 3 e > 4	> 4
Dom Bosco	6	10	-	-	1	6	4	5
São Pedro	6	7	1	1	6	4	4	1
Total	12	17	1	1	7	10	8	6

Fonte: Projeto “ConViver”

Quanto ao nível de escolaridade e condições de inserção no mercado de trabalho dos pais dos jovens também não são identificadas expressivas diferenças entre os bairros. O que

se observa é uma diferença entre os sexos, em que as mães são mais escolarizadas do que os pais nos dois bairros.

Tabela 5 – Jovens distribuídos pelo nível de escolaridade de seus pais

Número de jovens/bairros	Escolaridade mãe			Escolaridade pai/padrasto		
	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Superior	Ensino Fund.	Ensino Médio	Ensino Superior
Dom Bosco	7	7	1	6	3	1
São Pedro	7	6	2	7	2	1
Total	14	13	3	13	5	2

Fonte: Projeto “ConViver”

As mães dos jovens dos dois bairros estavam inseridas no mercado de trabalho sem grandes distinções quanto à forma como se dá essa inserção e o tipo de ocupação desenvolvida, como são as atividades de doméstica, diarista e auxiliar de serviços gerais. Essas ocupações não exigem qualificações específicas e níveis mais elevados de escolaridade, e conseqüentemente oferecem baixa remuneração. Porém, prevalecia o vínculo formal de trabalho, o que minimamente possibilitava uma proteção social quanto aos direitos trabalhistas, com exceção das que se inseriam em ocupações domésticas, que mesmo possuindo vínculo formal tinham alguns direitos não extensíveis.

Quanto aos pais ou padrastos dos jovens também não foram verificadas diferenças substantivas quanto ao tipo de inserção no mercado de trabalho, com destaque em ambos os bairros para as atividades de pedreiro, mecânico, auxiliar de serviços gerais e o vínculo formal de trabalho.

Tabela 6 - Tipo de ocupação das mães por bairro

Ocupação	Dom Bosco	São Pedro	Total
Doméstica/diarista/acompanhante/aux. de serv. gerais/costureira/copeira	4/2-/1/1/-	4/1/1/1/-/2	8/3/1/2/1/2
Abordagem pop. de rua	1	-	1
Aux. de laboratório/aux. administrativo/técnica de enfermagem	1/1/1	-	1/1/1
Farmacêutica	-	1	1
Comerciante	-	1	1
“do lar”	2	4	6
Desempregadas	2	-	2

Fonte: Projeto “ConViver”

Tabela 7 - Tipo de ocupação dos pais por bairro

Ocupação	Dom Bosco	São Pedro	Total
Pedreiro/servente de obras/vidraceiro/marceneiro/mecânico	3/-/-/-/2	2/1/1/1/1	5/1/1/1/3
Aux. de serviços gerais/manobrista/motorista	2/1/1	-	2/1/1
Enfermeiro	1	-	1
Comerciante	-	1	1
Aposentado	1	2	3
Desempregado	-	1	1

Fonte: Projeto “ConViver”

Tabela 8 - Tipo de vínculo de trabalho das mães por bairro

Vínculo de Trabalho	Dom Bosco	São Pedro	Total
Formal	9	7	16
Informal	2	4	6
Autônomo	-	1	1
Não soube	1	-	1

Fonte: Projeto “ConViver”

Tabela 9 - Tipo de vínculo de trabalho dos pais por bairro

Vínculo de Trabalho	Dom Bosco	São Pedro	Total
Formal	8	3	11
Informal	2	1	3
Autônomo	-	2	2
Não soube	-	1	1

Fonte: Projeto “ConViver”

3.2.2 - As oficinas do projeto: trabalho com jovens na perspectiva sócio-educativa

As oficinas sócio-educativas desenvolvidas durante o período de execução do projeto ficaram sob a coordenação da equipe do Pólo. Ao todo ocorreram vinte e quatro oficinas sócio-educativas com duração de uma hora e trinta minutos com cada turma.

Dada a perspectiva pedagógica do projeto de promover reflexões e práticas participativas, o total de jovens foi dividido em duas turmas (A e B), uma de dezesseis e outra de quinze jovens, sendo que estas eram compostas por jovens de ambos os bairros. As oficinas aconteciam separadamente com cada turma em períodos alternados, uma vez por semana.

As temáticas definidas para serem trabalhadas eram abordadas concomitantemente pelas outras oficinas do projeto “Comunicação para a Cidadania: tecnologias, identidade e ação comunitária”, o que possibilitou a articulação de todas as atividades desenvolvidas com os jovens.

O conteúdo de cada oficina era pensado e discutido previamente pela equipe, levando em consideração as demandas apresentadas pelos jovens, suas vivências nas diferentes atividades, as relações estabelecidas entre eles e a equipe, com o intuito de envolvimento dos mesmos nas discussões e ações propostas. A partir da temática a ser trabalhada eram ainda buscadas mediações, através de dinâmicas, para introdução e discussão do tema. A dinamicidade das oficinas mostrou-se como fator importante devido à necessidade de motivação para adesão e real participação dos jovens durante as atividades.

A partir de eixos temáticos pré-estabelecidos, quais sejam Juventude, Território e Ação Política, eram realizadas problematizações sugeridas pelos jovens ou discussões que se faziam necessárias. As manifestações apresentadas nos processos grupais também se apresentaram como demandas que deveriam ser apreendidas e trabalhadas. Os jovens não eram entendidos como meros depositários de informações, pois são sujeitos de direitos ativos, e assim deviam construir com a equipe o conhecimento produzido nas oficinas.

A proposta de trabalho sócio-educativo com jovens possui sua importância devido à constituição de um espaço dedicado a conversas, reflexões e troca de vivências, o que possibilita aos jovens a construção de novos valores e posicionamentos frente à sociedade.

Dessa forma, nos espaços das oficinas buscou-se a reflexão crítica dos jovens acerca da sua realidade, o oferecimento de informações acerca dos direitos e deveres de cidadania na perspectiva da ação transformadora por parte desses sujeitos. Assim, através das questões vivenciadas por eles no bairro, na escola e nos demais espaços, questões eram apresentadas no sentido de oportunizar a formação e preparação desses indivíduos para o convívio democrático e o protagonismo político na sociedade.

Pretendia-se ainda proporcionar aos adolescentes informações e conhecimentos complementares aos obtidos no espaço escolar, visando o desenvolvimento de habilidades intelectuais e acesso ao conhecimento produzido na universidade pública.

Destaca-se o fato de que frente à complexidade presente nas condições de vida atuais, as alternativas que reiteram certas práticas de formação, fixação na escola e formação para o trabalho tendem a não responder aos interesses dos jovens e nem têm efetividade em termos de impactos concretos em seus destinos.

O caráter específico da perspectiva sócio-educativa cria condições para abordagens amplas, que visam contribuir para uma reflexão crítica acerca de determinadas temáticas ou situações.

A forma de educação que norteia o trabalho sócio-educativo parte do pressuposto de que ela não se reduz à mera transmissão e acúmulo de conteúdos, mas diz respeito às experiências sociais, em que cada um vai se construindo e sendo construído como ser humano. Com isso, o olhar sobre os jovens supera a noção de aluno do sistema escolar tradicional, como mero depositário de informações. Freire (1983, p. 27) mostra que o conhecimento:

(...) exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o 'como' de se conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

A opção pelos eixos temáticos Juventude, Território e Ação Política deriva do acúmulo de experiências passadas de trabalho com jovens e devido à importância destas temáticas para as vivências desse público.

O trabalho com jovens urbanos pressupõe a apropriação da cidade como uma arena de construção de novos espaços coletivos numa dimensão política e ainda deve possibilitar a crítica sobre a lógica do consumo na sociedade contemporânea.

Quando se remete aos limites impostos à mobilidade urbana dos jovens pobres, faz-se referência à ausência de outras condições que atingem a grande maioria dos moradores da cidade. Jovens que conhecem só uma parte da cidade possuem dificuldades de entender os processos de precarização de suas condições de vida e da sua comunidade. Nesse sentido, devem ser valorizadas as possibilidades reais de estranhamento das configurações territoriais, articuladas através de um movimento de desnaturalização da desigualdade, a partir da

reconstrução de escalas de entendimento e apreensão do mundo, medindo distâncias sociais e produzindo aproximações na luta contra a subalternidade.

Os temas Juventude, Território e Ação Política foram trabalhados separadamente em períodos delimitados, de forma que as discussões desenvolvidas em cada eixo temático foram articuladas entre si, numa perspectiva de totalidade do conjunto das ações desenvolvidas.

O primeiro eixo, Juventude, foi trabalhado em quatorze oficinas e possibilitou a abordagem de temáticas como a própria juventude, a partir do entendimento dos jovens sobre o que significa essa fase da vida, o que é ser jovem nos dias de hoje, as diferenças e diversidades que demarcam esta etapa da vida; o Estatuto da Criança e Adolescentes - ECA, a política de atendimento aos jovens e acesso aos serviços; sexualidade; geração; preconceito, etnia/raça e identidade; cultura; perspectivas de futuro em relação ao estudo, trabalho, família e ação política.

As oficinas sobre preconceito, etnia/raça e identidade, geração e cultura trabalharam aspectos relacionados às percepções dos jovens e suas vivências no que se refere aos preconceitos sofridos, suas relações grupais, familiares, escolares, manifestações culturais das quais participavam e os bens culturais socialmente produzidos.

No que se refere às perspectivas de futuro, os jovens foram convidados a pensar sobre o que almejavam em suas vidas, seus projetos profissionais, suas vocações, anseios em relação a cursos profissionalizantes ou superiores e foram levados ainda a debater sobre o mercado de trabalho na atualidade.

No segundo eixo, Território, trabalhado em oito oficinas e por meio de visitas às comunidades e pontos turísticos de Juiz de Fora, foram abordadas a história do município e dos bairros de origem dos jovens, as questões vivenciadas cotidianamente em suas comunidades e em diferentes localidades, a partir de problematizações em torno das rivalidades entre bairros e gangues e a relação que seus bairros estabelecem com o restante da cidade.

Segundo Carlos (1996), a análise do lugar envolve a idéia de uma construção, envolvendo relações sociais que se realizam no plano do vivido e que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos proporcionados pela história e cultura individuais e coletivas que produz a identidade homem-lugar e se vincula ao conhecido-reconhecido.

Para a autora, a natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados

pela presença de indivíduos que pelo fato de habitarem o mesmo espaço estabelecem entre si um vínculo que os identifica como portadores das mesmas condições de vida.

Ela ainda observa que o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela relação habitante-identidade-lugar. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, através da fixação de relações e práticas sociais. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo, como uma territorialidade imediata.

Como forma de possibilitar o acesso aos bens históricos e culturais e favorecer uma apreensão da cidade de forma diferenciada, os jovens foram convidados a participarem de atividades em importantes espaços turísticos de Juiz de Fora em diferentes momentos.

As diferenças de acessos e oportunidades dos jovens participantes do projeto ficaram explicitadas no processo de seleção e em todas as atividades. Em suas falas, reflexões, posicionamentos e ações, as distinções territoriais apresentaram-se como elemento fundamental para a compreensão das relações que estabeleceram entre eles, com a equipe e com outros atores externos a quem tiveram acesso.

A partir dessa discussão é possível afirmar que as representações sobre a juventude modificam-se em relação ao tempo e espaço vivido e de acordo com a sociedade onde esta se insere. Assim, não há uniformidade quando se fala em juventude, já que há interferências históricas, culturais e sociais em sua configuração.

O eixo Ação Política foi o menos trabalhado no espaço das oficinas sócio-educativas, não porque se constituiu em temática menos importante, mas pelo fato de existir dentre as oficinas do projeto uma específica para trabalhar o assunto, qual seja, a de Cultura Política. Nesse sentido, foi estabelecida uma maior aproximação e interlocução entre a equipe responsável pelas oficinas sócio-educativas e o professor coordenador dessa oficina e seus respectivos bolsistas com o intuito de estabelecer trocas na condução das atividades.

No espaço das oficinas sócio-educativas este eixo foi trabalhado especificamente por meio de dois encontros e foram problematizados os direitos de cidadania, a participação e organização política, os movimentos sociais, como o MST, e a discussão de espaços públicos e privados.

Por meio desse eixo, os jovens do projeto – após o debate em oficinas – participaram da Pré-Conferência de Comunicação e da Conferência Municipal de Comunicação de Juiz de Fora. Além disso, foram motivados a planejar ações para a organização do grêmio estudantil em suas escolas e a inserirem-se no movimento de estudantes secundaristas da cidade, com o apoio de alunas da UFJF que são do DCE e da UNE.

A afirmação e constituição da identidade juvenil demandam permanentemente a interlocução com o outro. Nesse sentido, a participação da juventude em espaços e canais de participação deve permitir o diálogo, a troca e a presença de atores diversificados. Reconhecer que existe diversidade na juventude é fundamental para que a participação se efetive, o que demanda diversos instrumentos para que ela ocorra.

Pontual (2008) observa que há reducionismo quando se pensa apenas em participação na relação da juventude com o poder público, apenas nos canais mais formalizados, mais institucionalizados, como são os conselhos, as assessorias ou coordenadorias. Para o autor, esses são apenas partes das possibilidades dos canais de diálogo e de participação.

“A política de diálogo e participação tem que ser a mais ampla para chegar no cotidiano da relação do jovem com o poder público e com a cidade, o que, muitas vezes, não se expressa nos canais mais formatados e mais institucionalizados” (PONTUAL, 2008, p.117). Os canais têm que ser mais aperfeiçoados para que a representatividade dê conta da diversidade juvenil, levando em conta que a questão do diálogo e participação da juventude, assim como para outros segmentos, é um desafio.

Para o autor, no caso da juventude, é fundamental abrir muitas formas possíveis de linguagem e de expressão para que os espaços de participação não se constituam apenas em espaços de conquistas de direitos, mas também em espaços em que legitimamente se dê o ato de participar, o qual deve ser prazeroso, e nesse sentido, a questão da linguagem é fundamental.

As ações desenvolvidas pelos jovens, muitas vezes reivindicando identidades e reconhecimento no espaço público, precisam ser valorizadas e potencializadas no sentido da publicização de suas demandas de acesso a políticas públicas que garantam seus direitos. Além disso, devem ser conjugadas com outras formas de participação existentes, com as lutas de outros segmentos, no sentido da articulação de forças que possibilitem ganhos para o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, no item a seguir são apresentados os conteúdos dos *grupos de discussão* realizados com os jovens de ambos os bairros, ao término do projeto, com o objetivo de identificar suas percepções em relação aos diferentes assuntos trabalhados pelas oficinas sócio-educativas.

3.3 – Os grupos de discussão com os jovens de ambos os bairros: o que pensam os jovens

Na realização dos grupos buscou-se a problematização das questões trabalhadas ao longo do projeto, não só no âmbito pessoal, mas principalmente no âmbito grupal, a partir da perspectiva de interferências do projeto nos valores, percepções e perspectivas de futuro dos jovens. Primeiro foi realizado o grupo com os jovens de São Pedro e depois com os de Dom Bosco.

A dinâmica de realização do *grupo de discussão* consistiu na apresentação da equipe, na explicitação dos propósitos da pesquisa, assim como da importância de participação dos jovens por meio das respostas às questões apresentadas coletivamente. Posteriormente, os jovens eram indagados se concordavam em participar e era esclarecido o caráter do trabalho, assegurando o sigilo da identidade dos participantes. As falas dos jovens foram gravadas para posterior transcrição. Após esse momento inicial, os temas a serem debatidos eram apresentados.

Para a realização das discussões foi utilizado um roteiro referenciado pelas categorias elencadas para o estudo, quais sejam, juventude, família, trabalho, educação, cidade, meios e sociabilidades, participação política e expectativas de vida. Todas as temáticas desdobravam-se em questões norteadoras do debate.

Em relação à temática juventude buscou-se conhecer o que é ser jovem para os entrevistados, se eles achavam que a juventude é vivida da mesma forma por todos os jovens, se existiam diferenças e se sim, quais eram; como os entrevistados visualizavam os jovens na sociedade contemporânea; o que para eles marcava a passagem da juventude para a vida adulta e quais eram as perspectivas de vida para os jovens na atualidade.

Na temática da família buscou-se o entendimento que possuíam das relações familiares e à medida que discutiam as questões apreender como eles se relacionavam com os pais, a posição que ocupavam no interior da família por meio da participação na renda familiar, compromissos, entre outros.

Em relação ao trabalho, foram questionados sobre as experiências que possuíam no mercado de trabalho e se essa tinha sido ou era positiva ou negativa; outra indagação era se

achavam que o trabalho pode proporcionar melhores condições de vida. Buscou-se ainda suas avaliações sobre as relações de trabalho atuais, por meio de comparações entre o que pensavam sobre as relações trabalhistas à época de seus pais, por meio de elementos que permitissem uma avaliação do ponto de vista geracional. Por fim, foram questionados se achavam que há trabalho para todos na sociedade.

No que se refere à educação, os jovens foram indagados sobre a importância da educação formal para a vida do sujeito, como eles avaliavam a educação que recebem ou receberam no decorrer da trajetória escolar e se pretendiam continuar os estudos.

No que tange à cidade, buscou-se identificar os locais que frequentavam, bem como as atividades realizadas nesses espaços. Quanto ao uso dos serviços públicos, foram questionados sobre a utilização que possuíam dos disponíveis na cidade; foram valorizadas ainda informações sobre suas experiências de circulação pela cidade e como eles a ocupam. Foram feitas indagações que permitiram identificar com avaliavam seus locais de moradia e o que era necessário para que Juiz de Fora oferecesse melhores condições de vida para sua população.

Quanto à participação política, os jovens foram levados a discutir sobre a participação em movimentos sociais, associações e grupos religiosos, como também foram questionados se eram participativos nesses tipos de formas associativas e de que forma participavam, e se não, por qual motivo.

Na temática meios e sociabilidades foram indagados sobre o individualismo nos dias de hoje, as formas de consumo, o que consomem e onde consomem, sobre a violência, as relações de gênero e a situação da mulher na contemporaneidade.

Quanto às expectativas em relação ao futuro, os jovens foram levados a pensar e publicizar suas ideias sobre o que vislumbram no tocante ao trabalho, família, situação financeira, dentre outros; e a nível coletivo, o que identificavam como possibilidades para o país oferecer melhores condições de vida para seu povo.

O que pensam os jovens...

Juventude

Quando questionados sobre o que é “ser jovem”, os participantes do projeto remeteram-se a representações como “curtir a vida, aproveitar, namorar, sair, estudar, praticar

esportes”, conteúdo este apresentado por ambos os grupos e que remete a juventude a uma fase boa.

Os jovens do bairro Dom Bosco mencionaram que as restrições quanto à ida a determinados lugares devido ao fator idade e ter que trabalhar aparecem como coisas ruins, já que são fatores que podem cercear a diversão, a curtição e outras atividades.

Já os jovens de São Pedro apresentaram ainda a compreensão de que *“Não é uma questão de idade. Se ela é feliz, ela sempre vai ser jovem. Por mais que ela tenha 80 anos, ela vai permanecer jovem”*.

Nessa perspectiva, “ser jovem” é uma questão de espírito, um valor que não deve ser perdido, estando a juventude ligada ao comportamento, a uma vida ativa e produtiva.

Ao serem interrogados se a juventude é vivida da mesma forma por todos, os jovens de ambos os bairros foram unânimes em afirmar que não.

Em suas falas apareceram conteúdos comuns como saber aproveitar as oportunidades de estudo, de trabalho, a interferência das drogas, das relações familiares, das ruas. Ambos os grupos fizeram menção à oportunidade de participar “do curso”, citando o projeto.

Jovens do São Pedro destacaram ainda que a diferença presente na juventude é algo intrínseco porque os indivíduos são diferentes e dessa forma, cada um pensa de uma forma e vivencia a juventude à sua maneira. Problematizaram bastante a questão da falta de oportunidades para os jovens no mercado de trabalho devido à exigência de experiência.

“Tem jovens que não estudam. Então, acho que cada um segue a maneira que aprendeu em casa, com o aprendizado da família”. “Ou que aprendeu na rua...”.

“A gente... a gente tá fazendo um curso, fez um curso e outros não fizeram nenhum curso”.
(Jovens São Pedro)

“Também tem aqueles que não têm oportunidades de estudo... A gente teve oportunidade do curso e tem aqueles que nem sabem o que é isso. Não tem oportunidades para fazer um curso... Muita gente não tem condição de pagar cursinho para fazer vestibular, para fazer PISM; a família não tem condições... o pobre entra nesse caminho porque não tem mesmo”.
(Jovem Dom Bosco)

No que se refere à pergunta “Como vocês vêem os jovens hoje na sociedade? Como os jovens são vistos?”, destaca-se que os jovens do bairro Dom Bosco não conseguiram responder à questão da forma como foi proposta, embora ela tenha sido explicada e repetida algumas vezes. Isso remete à compreensão de que os jovens do Dom Bosco têm dificuldades

em visualizar os jovens a partir de uma abordagem coletiva e a partir das relações que são estabelecidas por estes sujeitos na sociedade; dificuldade ainda de desenvolver reflexões e críticas sobre os conteúdos veiculados nos diferentes meios de comunicação sobre a juventude e ainda desenvolverem reflexões sobre as relações que eles e seus pares estabelecem com outras gerações.

Diferentemente, os jovens de São Pedro teceram observações sobre as percepções que possuem e sobre como entendem as mensagens que são veiculadas pela sociedade.

“Pela gente acho que tem muitos jovens responsáveis que tem capacidade de ter uma vida melhor, entendeu? Mas pela mídia não. Acho que pela mídia os jovens sempre são vistos como...” “Baderneiros”. “Inconseqüentes”. “Acho que a mídia é muito preconceituosa com o jovem”. “Ainda mais se o jovem for de uma classe mais baixa, menos favorecida. Se acontecer algum fato envolvendo algum jovem que... é... é de baixa renda, ele é tratado como um menor. E se for um que é filho de... advogado, delegado, policial é tratado como jovem. Então acho que tem aí uma diferença entre as classes sociais que não deveria acontecer”. “E outra coisa, quando tem algum caso de violência ou alguma coisa que aconteceu, quando é um jovem de classe mais alta, dá mais ibope”; “Também há a questão do preconceito como você falou. Há a questão de ter jovens brancos e ter jovens negros. Se tiver um grupo de jovem negro na rua, a polícia simplesmente pára e começa a fazer gracinha. Agora se for todo mundo de olhos azuis... Bem arrumados...”.

(Diálogo entre os jovens de São Pedro)

Destaca-se que em suas falas os jovens fizeram menção a diferentes aspectos trabalhados por meio das oficinas, desde a conotação do uso de termos como “menor”, a aspectos relacionados a diferenciações de classe, raça/etnia, gênero e perspectiva da mídia na veiculação de notícias.

No tocante a esse conteúdo explicitado pelos jovens de São Pedro, ratifica-se a constatação de que a discussão sobre juventude torna-se mais complexa quando são introduzidos no debate quesitos como classe, gênero e raça, os quais interferem nas trajetórias individuais e grupais. Moças pobres têm inserção diferenciada das moças de classe média, as quais por sua vez, ganham menos que os rapazes quando ocupam os mesmos postos de trabalho. E se os jovens são negros, as possibilidades de inserção tornam-se ainda mais remotas. Ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e negro, faz a diferença.

Ainda na temática juventude, ao serem perguntados sobre o que marca a passagem da juventude para a vida adulta, os jovens de ambos os bairros explicitaram elementos como a responsabilidade, a maturidade e o trabalho.

“Ter mais responsabilidade; acho que não tem idade, a partir do momento que você tem responsabilidade e maturidade você já é adulto. Acho que já sou adulto porque eu já trabalho”.

(Jovem de Dom Bosco)

Os jovens de São Pedro observaram ainda que a ausência da diversão, a constituição de família e a independência também são fatores que demarcam essa passagem: *“As pessoas não te repreendem mais, muito. Quando é jovem, a gente brinca, sai, se diverte. Ai depois tem que trabalhar, casar, cuidar das coisas”*.

E por fim, em relação à temática juventude, quando foi realizada a pergunta “E quais são as perspectivas para o jovem de hoje?”, novamente os jovens de Dom Bosco tiveram dificuldades para problematizarem a questão e somente uma jovem relatou sua opinião:

“Eu acho que não, um monte de gente não pensa no futuro, só pensa na hora. Por isso tem um monte de menina nova grávida aí, só pensa no sexo na hora e não pensa no amanhã. Eu penso no futuro, quando tiver trabalhando, com minha casa e bem de vida, poder ter um filho, uma família”.

(Jovem Dom Bosco)

Destaca-se um conteúdo conservador e individualizado na fala da jovem, porém que não deixa de ter relação com as experiências cotidianas dos jovens no que se refere ao processo de responsabilização a que são submetidos por instituições como a família e a escola no que se refere ao futuro. Esse conteúdo se repete também em relação aos jovens de São Pedro, porém com um diferencial ao fazer menção à responsabilidade do Estado no que concerne à questão:

“Há, mas poucas. Acho que se a gente não correr atrás, a gente só vai ficando para trás. E vai só... acho que a gente tem que ser esperto também”.

“A gente está numa competição. A gente compete entre a gente e entre outras pessoas para a gente conseguir uma coisa melhor. Porque há poucas oportunidades e poderia haver mais. Mas se o Estado desse mais suporte. A gente tem uma educação que não é boa”.

(Jovens de São Pedro)

Família

Iamamoto (2004) remete o entendimento de família ao grupo em torno do qual as pessoas se unem por razões afetivas, dentro de um projeto de vida comum, em que compartilham um cotidiano e a partir das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, acolhem-se e planejam o futuro.

A partir desse entendimento é possível compreender o significado que a família possui para os jovens participantes do projeto, que em suas falas apresentam os elementos mencionados pela autora.

Em relação ao tema, quando questionados sobre o significado da família em suas vidas, observaram que família significa apoio, união e que deve estar sempre em primeiro lugar, além de ser responsável pela “estrutura do jovem”.

Mencionam a família de forma afetiva, embora não deixem de fazer menção aos conflitos existentes, às desavenças cotidianas e à solidariedade necessária:

“Sabe porque, lá em casa tem muita briga, briga com minhas irmãs, irmãs pequenas, as duas pequenas. Elas não vêem muito a minha mãe. Ela não fica muito em casa. Aí eu que tenho que acordar elas pra ir pra escola. Arrumar comida para elas irem para escola, jantar, dar banho, mandar escovar os dentes”.
(Jovem do bairro São Pedro)

“Minha irmã é muito chata, quebrou um prato no meu ombro”.
(Jovem bairro Dom Bosco)

Esteves e Abramovay (2007) destacam que nos dias de hoje os jovens depositam em suas famílias expectativas que deveriam ser respondidas por outras instâncias sociais, a partir da retração do público e um reforço do privado. Ocorre um processo de “privatização da vida” que faz com que repousem no sujeito e no núcleo familiar as expectativas de suporte e apoio.

Meios e Sociabilidades

Por meio dessa temática foram trabalhadas questões como os diferentes preconceitos existentes na sociedade, principalmente no que se refere a cor/raça, gênero e as relações estabelecidas na sociedade a partir das diferenciações.

Os jovens de São Pedro ao serem perguntados se achavam que na sociedade há condições iguais para todos observaram que não.

Os jovens destacaram os processos diferenciados a que os sujeitos são submetidos como as cotas para acesso à educação superior e a remuneração diferenciada entre homens e mulheres. Observaram que não concordam com o sistema de cotas raciais e que em seu lugar deveriam existir cotas para alunos oriundos de escolas públicas.

“Se um homem e uma mulher tiverem no mesmo emprego, na mesma função, o homem ganha mais”.

“Se a mulher for negra, aí ganha menos ainda. Há um preconceito sim”.

“Qual a diferença de um negro de escola pública da escola particular?”

“Agora, uma pessoa que é negra falando das cotas, defende com todas as forças. Uma pessoa que é branca, na maioria das vezes, acha um absurdo. Então pode ser porque ajuda essa pessoa negra a entrar ou pode ser também que defende só por defender. Porque eu acho um absurdo”.

“Ontem eu vi uma mulher motorista de ônibus. Já tá quebrando o preconceito”.

“Uma vez a mulher do meu tio bateu nele e não aconteceu nada. Quando ele bateu nela, coitado”.
(Jovens de São Pedro)

Os jovens de Dom Bosco, ao serem indagados sobre a mesma questão, remeteram-se novamente às suas experiências para explicitarem suas opiniões.

Sobre a existência de diferenças de gênero observaram: *“Acho que tem, mas não igual era antes, hoje tem mulher taxista, caminhoneira”*. *“Mas no bilhete de casa vai escrito: Senhores pais. Porque não vai escrito senhora mãe?”*. Quanto à questão racial, afirmaram:

“Pô, o Obama é presidente, mas no Opção só tem eu de negro. Só eu: juro”
(fala de um jovem que saiu da escola pública e foi para a particular).

“Mas dias atrás fui com uma colega na W100, não paguei nada, entrei de graça e não me senti bem; ficaram me olhando... Na W100 eu me senti mal, só eu de negra, mas se fosse em outro lugar em que os brancos me tratassem bem eu me sentiria bem” (fala de uma jovem que foi em uma casa noturna e sofreu preconceito).

“Já fiz teatro, na Estação Palco: um ano fiquei lá, só eu de negro; só eu de preto, ficava até sem graça... No clube quando eu cheguei pararam de jogar futebol; sério; fui lá com o pai de um amigo e quando cheguei só eu de negro, pararam de jogar futebol; tudo me olhando, êê...”
(Jovens do bairro Dom Bosco)

Todos os jovens de Dom Bosco participantes do projeto são afro-descendentes. Explicitaram por meio de suas falas vivências cotidianas que os identificam em certos lugares e os diferenciam dos demais.

Novaes (2008) destaca que por meio da pesquisa *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* (2006), realizada com jovens, entre 15 e 29 anos, identificou-se que no espaço público, 7,8% dos jovens afirmaram ter sofrido discriminação, sendo a cor/raça (24,3%), a aparência (27%) e a condição financeira (13%) os motivos mais citados. Já na escola a

discriminação foi percebida por 8,7% dos jovens, destacando-se os motivos relacionados à aparência (24,4%), a cor/raça (22,7%) e a condição financeira (12,8%). Por fim, é na procura de emprego que os jovens mais vivenciam a discriminação (10,6%), destacando-se a aparência (21,9%), a escolaridade (17%) e a falta de experiência (14,7%).

No caso das discriminações relacionadas à cor/raça, destaca a autora que esse tipo de situação deriva do peso que ainda representa ser negro na sociedade brasileira.

Educação

A primeira questão referente ao tema educação objetivou identificar a percepção dos jovens sobre a importância da escola em suas vidas e nesse sentido foi feita a pergunta “Vocês acham que a educação da escola é importante?”. Ao responderem à questão todos observaram que sim, porém começaram a problematizar questões referentes às outras perguntas, quais sejam “A escola que vocês estudam/estudaram é boa?” e “Quais suas perspectivas em relação ao estudo?”.

Quando indagados sobre a qualidade da escola em que estudam, os jovens de São Pedro, todos matriculados na escola estadual do bairro e pertencentes ao mesmo ano do ensino médio, observaram aspectos referentes à qualidade da escola pública e da escola privada e só fizeram menção às suas experiências ao serem novamente questionados.

O principal elemento de preocupação destes jovens é a inferioridade da escola pública em relação à particular e as desvantagens provenientes de ser oriundo de escola pública na hora de concorrer a uma vaga no vestibular.

“Porque você estuda numa escola pública e vai tentar vestibular na federal... a maioria das pessoas não conseguem passar”. “E as que passam nos cursos mais elevados são alunos de escolas particulares.” “Ou quem fez cursinho”. “A diferença da escola privada é que eles têm mais material didático, mais horários para estudar, mais aulas divididas. A gente é prejudicado em algumas aulas que a gente tem duas vezes por semana. Uma matéria que...” “Eles tem mais aulas que a gente” . “Bem mais”. “Se você for ver numa universidade privada hoje, tem mais ex-alunos de escolas públicas. Por quê? Porque eles trabalham para pagar a universidade”.

(Diálogo entre jovens de São Pedro)

Ao não expressarem outra coisa que a comparação entre a escola pública e a privada, os jovens demonstraram a preocupação que possuem quanto ao fato de não conseguir passar no vestibular de uma universidade pública e as consequências daí advindas. Expressaram ainda essa preocupação de forma generalizada por ser este um tema recorrente no cotidiano da

escola, por serem alunos que já estão em processo de seleção por meio do PISM ou porque irão se deparar com o vestibular tradicional ao fim do ensino médio. Dessa forma, explicitaram as preocupações que possuem em virtude da qualidade do ensino que recebem e que os diferenciam grandemente dos demais jovens que podem estudar em escolas particulares.

Em suas falas também não deixam de mencionar, embora secundariamente, a responsabilidade individual de cada um quanto ao empenho para obter sucesso nos processos de seleção.

Os jovens, ao emitirem seus pensamentos, reafirmaram o problema da qualidade do ensino público em um contexto de reorganização da educação em que há a abertura de vagas e até mesmo a universalização do ensino a nível fundamental, porém essa expansão não é acompanhada da qualidade necessária.

Fraga (2008) afirma que nas periferias e no interior do Brasil, observa-se o quão a universalização do acesso à escola não significou a democratização do ensino. Novas hierarquizações foram construídas e os alunos com sua capacidade reflexiva sabem que as escolas destinadas a eles não vão lhe proporcionar o futuro prometido a partir da distinção de uma boa escola de uma escola desvalorizada.

Quanto à escola em que estudam, os jovens pesquisados observaram que a mesma é de boa qualidade se comparada às demais escolas da rede pública e que o ensino estadual é melhor que o municipal. Destacaram que seus professores se esforçam para dar o conteúdo do PISM, mas que há falta de investimento do Estado: *“Então, tipo assim, ali os professores se esforçam para dar um ensino de qualidade, mas se não tiver equipamento, material didático para eles passarem esse ensino de qualidade a gente não vai...”*. Enfatizaram ainda a necessidade de boa remuneração para os professores e melhores condições de trabalho. A responsabilização do Estado pela qualidade da educação ainda se fez presente nas seguintes falas:

“Olha lá na escola: todo bimestre tem recuperação bimestral. No terceiro e no quarto tem a semestral. Se não passar tem a anual e se não passar tem a dependência. Eles dão um jeito de te passar. Eles dão um jeito de te passar do mesmo jeito. Ou seja, vocês acham que são aprovados... Todo mundo. Todo mundo”.

“O que eles te prepararam para o vestibular? Aí não tem como. Aí depois fala que o jovem que não quer saber de estudar. Mas você já não tem, há muito tempo atrás, uma base para a hora em que você precisar mesmo”.
(Jovens de São Pedro)

Já os jovens do bairro Dom Bosco, quando questionados sobre o assunto, não apresentaram o mesmo discurso dos jovens de São Pedro, sendo que suas falas se restringiram ao momento atual e não teceram uma preocupação coletiva em relação à inserção na universidade.

Observaram que *“agora tá bom, tá ótima. Estudo no Fernando Lobo”*, na fala de um jovem que estudava na escola Dom Orione, fechada no meio do ano de 2009 e por isso transferido para outra escola estadual, localizada em bairro próximo e reconhecida como *“o melhor lugar para se estudar”* pelos jovens do Dom Bosco, em se tratando de escola pública.

Foi ainda motivo de discussão entre os jovens presentes o comportamento dos alunos e a qualificação dos professores: *“O problema não são os professores, são os alunos; os professores são qualificados; em colégio estadual os alunos brincam demais. Do colégio particular é obrigado a calar a boca”*. Uma jovem, assim como os jovens de São Pedro, fez menção à universidade e à responsabilidade do aluno quanto ao empenho: *“Tá bom, mas ainda não é o bastante pra entrar na universidade. Mas depende do aluno querer estudar, se esforçar, e também do professor”*.

Quando questionados sobre as perspectivas em relação aos estudos, novamente as respostas foram direcionadas para a preocupação com a inserção na universidade por parte dos jovens de São Pedro: *“Eu acho que para você entrar na faculdade tinha que ser menos disputado, menos concorrido. Não menos concorrido, mas que fosse menos difícil, sabe? E não que as pessoas tivessem que quase fechar a prova para passar”*. Outro jovem remete à necessidade de mais cursos profissionalizantes: *“Acho que tinha que ter mais oportunidade de cursos. Mais cursos profissionalizantes”*.

Destacaram ainda que pretendem continuar os estudos porque não tem outro jeito: *“Ou a gente estuda, ou a gente trabalha e ganha muito pouco”*; *“Ou a gente estuda, ou a gente vai ter um futuro normal... Escravizado”*. *“A gente não quer um futuro normal. A gente quer uma coisa com sucesso”*.

Esses jovens também possuem um sentimento de que podem fazer algo diferenciado: *“A gente tem que mostrar que tá se esforçando por conta própria, não porque eles estão dando oportunidade ou não. A gente tem capacidade para melhorar o mundo”*.

Já os jovens de Dom Bosco foram mais objetivos e diretos: *“Não gosto de estudar, nunca gostei.”* *“Às vezes desanimo de estudar, porque tomei pau”*, na fala de jovens do sexo masculino que diferenciaram-se das perspectivas das jovens: *“Quero fazer prova para Marinha, depois do ensino médio.”* *“Também quero”* (com menção a uma colega que fez a

prova e passou). Outra jovem já problematizou questões relacionadas às dificuldades que terá que enfrentar para continuar os estudos:

"Pretendo sim, mas depende do andar da carruagem, porque quero trabalhar, mas sei que vou ficar muito cansada pra estudar, mas queria tentar o vestibular pelo menos mais uma vez. Minha mãe falou que vai pagar cursinho para mim, mas é meio a meio; vou ter que trabalhar para pagar. Tentei esse ano para Comunicação, mas não deu...".
(Jovem de Dom Bosco)

Andrade e Neto (2007) destacam que a escolaridade, relacionada com a faixa etária, opera importantes diferenciações juvenis, especialmente se cotejada com a situação de vida das famílias dos jovens – determinada, principalmente, pelo status socioeconômico –, com sexo, cor, local de moradia, clivagens intergeracionais etc.

Nesse sentido, pensar em processo de juventude e em condição social juvenil significa, necessariamente, pensar em um conjunto de processos de diferenciação sendo que a situação dos jovens perante o sistema de ensino é um deles por explicitar as desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros.

Trabalho

No conjunto das preocupações juvenis, o ingresso no mercado de trabalho sempre ocupou lugar de destaque e neste estudo as falas dos jovens corroboram a centralidade que o trabalho ocupa em suas vidas. As oportunidades de acesso e obtenção do primeiro emprego figuram como a principal demanda dos jovens do projeto.

Cara e Gauto (2007), afirmam que amplamente debatidas, resultado da implementação do novo modelo econômico brasileiro, as taxas de desemprego acumuladas nas últimas três décadas são as maiores desde a transição do regime escravista para o assalariado, no final do século XIX. Diferentemente de outros momentos históricos, a peculiaridade do atual fenômeno do desemprego é a sua heterogeneidade. Em tempos passados, os desempregados caracterizavam-se pela baixa escolaridade e pouca experiência profissional. Hoje, a condição de sem-emprego atinge os diversos segmentos da força de trabalho, sendo mais dramático entre os jovens, comprovando a dificuldade de acesso destes ao mercado de trabalho.

Quando indagados sobre suas percepções em relação ao trabalho na atualidade, a partir da pergunta “Existe trabalho para todos?”, os jovens pesquisados dividiram-se em suas respostas.

Os que afirmaram que não, e os jovens do Dom Bosco se enquadram neste tipo de resposta, observaram que *“não há, por falta de estudo”* ou devido à exigência de experiência: *“Eu nunca trabalhei em lugar nenhum; já passei por cinco entrevistas no mês que passou: ‘Você tem experiência? Não. Quem nunca trabalhou nunca vai ter oportunidade de ter experiência’”*.

Já para alguns jovens de São Pedro a responsabilidade é do indivíduo: “Eu acho que tem gente que não está afim”. “Também acho.” “Se a gente ficar aqui, o emprego não vai vim...” “De ‘mão beijada’”. “Tem que procurar.”

Poucos foram os que emitiram opinião contrária: “Mas só que... sei lá. Eu insisto na falta de oportunidade”. Estes foram prontamente rebatidos pelos que responsabilizaram o indivíduo pela situação: “Falta sim, mas não pode ficar sentado pensando: ‘Ah, não tem’.” “Não tem e eu não vou fazer nada”.

A abordagem que privilegia a responsabilidade do indivíduo foi reforçada pela defesa da falta de qualificação:

“Eu acho também que quem não quer estudar tem que contentar com o emprego que tiver e... Tem muita gente que pára de estudar à toa...”.

“À toa. À toa e prefere trabalhar, entendeu? Não quer estudar, então tem que se contentar com o que tiver. Porque o pessoal tá querendo qualificação, então você tem que se qualificar para você poder ocupar o cargo que você deseja”.

(Jovens de São Pedro)

Os jovens moradores do bairro São Pedro incorporaram o discurso da responsabilidade única e exclusiva do indivíduo em relação ao seu sucesso ou fracasso e enfatizaram a importância do estudo para a inserção no mercado de trabalho devido à competição. Reproduzem dessa forma os valores que regem a complexa sociedade em que vivem. Se, por um lado, a escolaridade não garante hoje a inserção no mercado de trabalho, por outro, ela impõe situações mais fortes de privação para quem não consegue o mínimo, como o ensino fundamental.

Possuem ainda essa percepção em virtude das comparações que realizam entre os diferentes segmentos com os quais convivem, seja no âmbito da família, na região de moradia, no espaço escolar e em outras relações estabelecidas.

Nesse sentido é que quando perguntados se as relações de trabalho atuais são diferentes das vivenciadas por seus pais observaram que sim:

“Com certeza, tanto no trabalho quanto na escola, né? Que meu pai, por exemplo, não teve oportunidade. Parou na 3ª série. Hoje em dia, ele é um profissional, excelente, mas só que minha mãe tem sempre que ajudar porque ele não sabe ler direito. Quer dizer, ele é analfabeto, mas... Já minha mãe, não. Ela correu atrás e conseguiu estudar, mas meu pai não. Ele não teve a mesma oportunidade. Então, a gente com certeza tem muito mais oportunidade que eles tinham”.

(Jovem de São Pedro)

Os jovens de São Pedro foram unânimes em afirmar que seus pais e outros familiares enfrentaram muitas dificuldades em relação ao estudo e com isso, novamente, apresentaram a importância que o estudo tem para uma boa inserção no mercado de trabalho. Por não terem tido oportunidades de estudo, condições de frequentar a escola por vários motivos (casar cedo, escola longe, falta de transporte), conseqüentemente não conseguiram boa inserção no mercado de trabalho: *“Então, hoje, por exemplo, é aniversário da minha mãe e ela tem que trabalhar. Não vou estar perto dela. Ela não pode nem sair, fazer alguma coisa porque ela tem que trabalhar”*.

Os jovens de Dom Bosco também fizeram menções às dificuldades vivenciadas pelos pais em relação ao trabalho, mas em um tom menos contestador que os jovens de São Pedro: *“Diferente, muito diferente, pelo que meu pai fala, agora tá muito melhor. Bem melhor”*; *“Minha mãe parou de estudar para trabalhar, eu não preciso parar de estudar, para trabalhar; dá para conciliar, igual a Guarda-Mirim”*.

Em relação à pergunta “O trabalho pode trazer melhores condições de vida?”, os jovens de Dom Bosco observaram que sim, sendo responsável inclusive pela mobilidade pela cidade:

“Eu acho que sim, porque depois que eu passei a trabalhar foi que eu passei a ir em lugares diferentes como cinema, pizzeria”.

“Aí é que eu acho que entra a família também, porque minha mãe sempre me dá dinheiro. Eu nunca deixei de sair por causa de dinheiro. Mas agora eu quero ter um serviço, ser mais independente...”.

“Eu saía porque eu tocava pagode, mas tinha vez que tinha que ir até a pé pros lugar aí...”.

(Jovens de Dom Bosco)

Os jovens de São Pedro apresentaram um discurso mais problematizado ao emitirem suas opiniões: *“Acho que depende do trabalho também”*. *“Tem que ter conhecimento”*. *“Tem que gostar do que faz também”*.

Demonstraram preocupações com o futuro profissional e novamente reforçaram a importância da escola:

“Ah, porque você pode ser promovido no seu trabalho, você pode progredir naquilo se você tiver uma boa preparação, uma boa cabeça”.

“É fácil você crescer financeiramente, mas se você não tiver uma consciência do que está fazendo, de como você vai gastar aquele dinheiro você volta à ‘estaca zero’ rapidinho”.

“Oportunidade. Então acho que antes da gente querer crescer profissionalmente, a gente tem que estudar senão não adianta”.
(Jovens de São Pedro)

Em relação às experiências de trabalho, os jovens que já a tiveram observaram que é uma experiência boa, mas que é difícil conciliar trabalho e estudo:

“Eu já trabalhei, só que igual ele falou mesmo. Eu parei de trabalhar porque não tava conseguindo conciliar o serviço com a escola. Então eu preferi a escola, claro. Aí, eu tive que parar de trabalhar, mas fora isso era bom trabalhar. Muito bom ter no final do mês um dinheiro pra gente comprar nossas coisas, poder ajudar nossa mãe nas coisas de casa, entendeu? Sempre bom, mas eu prefiro o estudo porque eu ainda tô nova e minha fase ainda é para estudar, mas tarde eu vou trabalhar. Mas eu prefiro terminar os estudos agora.”

“Eu comecei a trabalhar com 13 anos e meio como guarda mirim. (...) ainda dava para conciliar estudo e trabalho que era mais uma fase de aprendizagem que eu tive. Aí eu fiz 18, a guarda me chamou como funcionário e mudou completamente. Então, eu já trabalhava 8 horas por dia, mas trabalhava bem mais, de segunda a segunda, inclusive feriado e sábado e domingo e acabou que me atrasou. Eu não consegui conciliar estudos com o trabalho e me prejudicou um ano porque tinha dia que eu saía meia-noite para voltar sete horas da manhã e não tinha como ir à escola. Trocavam meu horário sem me avisar. Isso me prejudicou muito.”
(Jovens de São Pedro)

“Já trabalhei de servente. Meu padrasto é muito chato. Não lembra que eu dormia lá no curso de cansaço?”;

“É bom... Estou trabalhando como recepcionista numa empresa no Park Sul”.
(Jovens de Dom Bosco)

Os jovens pobres são forçados a ingressar precocemente no mercado de trabalho, diante de circunstâncias que os impedem de continuar os estudos, como a necessidade de incrementar a renda familiar e a impossibilidade de os pais continuarem investindo na sua educação, dentre tantas outras. Nesse sentido, um conjunto de barreiras que dificultam o acesso e a permanência dos jovens na escola, incluindo a necessidade imperiosa pelo trabalho.

O ingresso prematuro e precário dos jovens pobres na condição de atividade econômica, com o conseqüente abandono dos bancos escolares acaba por comprometer o

desenvolvimento de suas capacidades para toda vida, perpetuando e ampliando o ciclo de pobreza em que grande parte de suas famílias encontra-se imerso.

Registra-se que em relação aos jovens do projeto dois deles, ambos do sexo masculino, residentes no bairro Dom Bosco, não conseguiram chegar até o final das atividades, já que tiveram que optar pela inserção no mercado de trabalho a continuar participando das oficinas.

Cidade

No tocante à discussão sobre a cidade, destaca-se inicialmente que a mesma é entendida a partir das relações tecidas na ordem do capital, ao mesmo tempo em que nela estão os sinais visíveis da cultura de um povo, local onde os sujeitos experimentam em sua própria pele a concretude das relações. “A cidade, desse ponto de vista, é síntese de tempo e espaço, é visibilidade do entrelaçamento entre estes e os sujeitos” (CASSAB, 2001, p. 129).

Quando questionados sobre a relação que estabelecem com a cidade, a partir dos lugares que têm costume de frequentar, os jovens de São Pedro observaram que no bairro há um “*Point (uma lanchonete)*” que a maioria dos jovens frequentam. Observaram ainda que tem “*o Parque Halfeld*”. “*Tem o shopping. Gente, sinceramente eu gosto de funk. Eu vou muito em baile*”. “*Tem pagode*”. “*Show, a gente gosta de frequentar show. E também a gente gosta de reunir os amigos e ir para uma lanchonete lanchar e conversar. Ver um filme no cinema*”. “*Até mesmo ficar na rua é bom. É bom também ficar em casa vendo televisão*”.

Os jovens de Dom Bosco não diferiram muito dos de São Pedro: “*Show, Cinema*”. Mas há aqueles que em virtude de outras atividades frequentam “*Vários bairros no campeonato de futebol: São Benedito, Santos Dumont, Cerâmica*”; “*Vários lugares. Não frequento festa aqui no bairro não*”; “*Carnaval, bateria; toco pagode em vários lugares*”.

Os jovens em nenhum momento fazem menção ao espaço da escola e a outras atividades do cotidiano que poderiam ser significativas em suas vivências. A reunião com os amigos é a atividade preferida. Os locais destinados ao lazer, às horas livres, são os mais representativos, já que não aparecem em suas falas de forma expressiva o espaço da escola e as experiências nos ambientes de trabalho, quando já a possuem, ou ainda o acesso a equipamentos públicos. Suas representações estão baseadas em suas experiências de vida concretizadas no cotidiano e que interferem diretamente em suas ações e discursos.

Martins e Souza (2007), nesse sentido, destacam que

O mundo da cultura aparece como espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais nos quais os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Se a dimensão cultural é significativa na vida dos jovens a ponto de ajudar a definir identidades e estilos, é no âmbito do lazer e do tempo livre que as práticas culturais irão se apresentar em suas muitas facetas (MARTINS e SOUZA, 2007, p.119).

Os autores ainda observam que a esfera das escolhas muitas vezes está condicionada a condições materiais para torná-las práticas concretas e incorporadas na vida do jovem para além do desejo. Os gostos também são produzidos e conformados a partir de um campo de possibilidades que se impõe ao jovem a partir de seu universo sócio-cultural, não estando, essa dimensão, restrita a características puramente individuais, livres de qualquer influência do meio ou das condições sociais e econômicas nas quais se insere o jovem. “São os diferentes modos de estar no universo social e possíveis recortes analíticos – como, por exemplo, a raça, classe social e a região de moradia – que apontam os limites de acesso ao lazer” (MARTINS e SOUZA, 2007, p. 120).

Em relação ao uso que fazem dos equipamentos públicos, os jovens foram indagados se fazem uso da unidade de saúde do bairro, do transporte urbano e de outros serviços.

Os jovens de ambos os bairros ao responderem a questão problematizaram principalmente a qualidade dos serviços de saúde e se remeteram às suas vivências pessoais para exemplificarem suas opiniões:

“Se for uma emergência, aqui no posto de saúde a gente não tem base nenhuma. E mesmo porque tem vez que a gente chega ali seis horas da manhã para marcar e a fila tá lotada. Só tem oito vagas, então a gente não consegue vaga. A saúde é precária”.

“E a gente tem uma policlínica que agora já falaram que vai virar tipo um hospital de emergência. Esqueci o nome do hospital... mas que não virou nem policlínica, nem hospital. Eu vi no MGTV, que eles falaram que não vai ser mais policlínica, ai vai se chamar UPA – Unidade de Pronto Atendimento de Emergência, tipo um hospital: tem internação. Mas não abriu nem a policlínica, vai abrir a UPA?”

“Pra você ver que essa parte é o ponto fraco, toda vez que um político vai fazer campanha, a primeira coisa que ele faz é ‘Ah, eu vou cuidar da saúde, educação, esporte’. Isso porque eles sabem nosso ponto fraco, entendeu?”

“É, e equipamentos para fazer exames nunca tem. Qualquer coisa que você vai no médico é virose. Tudo é virose”.

(Jovens de São Pedro)

“Ih, aquele posto, fecha às três horas da tarde e todo mundo vai embora; é uma vergonha. Cheguei lá perguntando como fazia para pegar camisinha, aí o fulano falou: ‘não tem não’, vê se pode; minha mãe que arrumou para mim uma caixa”.

“Tem médico que entra de férias e eles não colocam outro no lugar, e quando atende nem olha na sua cara”.

“Aquele posto é uma vergonha”.

“Minha irmã, com 6 anos, passando mal, foi lá e a médica tava de férias...”.
(Jovens de Dom Bosco)

Quanto às melhorias necessárias para Juiz de Fora tornar-se uma cidade melhor, os jovens de São Pedro elencaram o transporte público, a partir da insatisfação com os horários, com a superlotação, a falta de auxílio-transporte para os alunos de escolas estaduais, a saúde e segurança pública:

“E o Estado não dá um suporte para você. Igual, a gente não tinha escola estadual aqui, então tinha que ir pro centro. Ou a gente pagava passagem, ou a gente não estudava. Então a gente não tinha o apoio do Estado ali com pelo menos meio passe. Você tinha que pagar ou não. Ou você estudava ou não”.

“Tem vez que vou pegar ônibus lá embaixo para entrar no ônibus pelo menos. Não é nem para ir sentado, para entrar no ônibus”.

“Quando eu tenho que chegar mais cedo, minha mãe me liga e fala: ‘Quer que vou te buscar no ponto?’, aí ela vem no ponto aqui em cima e me busca. Sabe por quê? Porque senão não dá. A gente descer do ônibus e ser assaltado, entendeu? Quer dizer, a gente não tem segurança mesmo. Ou a gente chega cego em casa, ou a gente corre perigo o tempo todo”.
(Jovens de São Pedro)

Destaca-se a assimilação que os jovens fazem das informações veiculadas nos meios de comunicação, o que aponta para a interferência destes no cotidiano desses sujeitos, seja via reprodução de discursos ou críticas em torno das mensagens transmitidas.

Indagados sobre a mesma questão “O que precisa mudar aqui em Juiz de Fora?”, os jovens de Dom Bosco mais uma vez recorreram ao universo cultural que possuem para responder à questão proposta e observaram que “*Precisa mudar nada não, aqui é bom. Ah, podia ter mais show de graça na praça, essas praças ficam todas vazias. Show de graça, tem que pagar...*”; “*Acho que a saúde agora vai melhorar por causa de Santa Luzia (UPA), vai abrir uma na Zona Norte*”. “*Até o show que você paga dá briga*”.

Questionados ainda se “Todos têm acesso à cidade?”, um dos jovens de Dom Bosco respondeu que “*Tem gente aqui em Juiz de Fora que até hoje não foi no shopping*”; outro

complementou dizendo *“Tem gente que fala que este shopping aqui é pra rico e o lá de baixo pra pobre”*. E então perguntados se têm o costume de ir ao shopping Independência observaram que: *“Vou lá hoje”*. *“Vou lá hoje. O Santa Cruz é mais para gente de periferia, de bairro, o shopping daqui é mais pras pessoas do centro. Lá da gente do Dom Bosco, do Centro, Cascatinha, São Mateus. Lá dá rico”*. *“Eu fui lá na inauguração, hoje é difícil eu ir lá. O segurança fica de olho na gente”*. *“Só vou na C&A”*. *“Eu também”*.

Participação Política

Castro e Vasconcelos (2007) ao discutirem participação política dos jovens na contemporaneidade observam que a ideia de participação está diretamente relacionada à possibilidade de constituição de um processo político que permita a uma sociedade evoluir no manejo de seus instrumentos democráticos, bem como propiciar que os diversos interesses conflitantes sejam trazidos à tona para a arena pública.

A apreensão dos jovens pobres como interlocutores nas arenas de disputas deve recuperar as especificidades vivenciadas por esses sujeitos no interior do mundo contemporâneo e globalizado, como experiência sócio-cultural particular, marcada pelo não-trabalho, pela pobreza e pelos seus territórios de origem na dinâmica da cidade.

A compreensão da participação dos jovens demanda a análise do contexto de desigualdade social e a forma como se reconhecem como parte da sociedade, ou seja, o pertencimento a uma coletividade está intrinsecamente relacionado às condições subjetivas que dão forma a essa identificação.

Na ação política pode estar a compreensão necessária ao rompimento do perverso ciclo de auto-submissão, ou submetimento, em que vivem os jovens. A ação política que incide sobre a legitimidade do conflito e na construção do espaço público pode produzir práticas sociais e discursos referenciados em valores e juízos que ultrapassam os imediatismos e possibilitam novas sociabilidades.

Os jovens pobres com acesso restrito à cidade possuem dificuldades de pensar e formular criticamente seus projetos de vida. Nesse sentido, limites estruturais para ampliação da participação política dos jovens, considerando sua inserção de classe, devem constituir pautas em torno da teoria democrática do Estado quando se tematiza a participação dos jovens e o controle social das políticas públicas.

Quando questionados sobre a importância da participação em movimentos sociais, associações e participação política ativa, os jovens de São Pedro observaram que a política está presente o tempo todo nas relações:

“Igual assim, a gente aprendeu no curso, política não é só política que você vê na televisão. Todo momento você está envolvido com a política. Na escola que tem um movimento cultural, nessas organizações de bairro, tudo tá envolvido política. Eu acho importante”.

“Tem muita coisa que a gente não tá satisfeito. Então se a gente que não tá satisfeito simplesmente ficar sentado em casa, acomodados com braços cruzados, nunca vai mudar. Agora se tem vários jovens engajados, sei lá, em ONG’s, movimentos sociais, acho que pode ajudar bastante, sabe? Até para mudar esta imagem que jovem tem de que nunca faz nada”.
(Jovens de São Pedro)

Os jovens de Dom Bosco, em relação à questão, mais uma vez se posicionaram de forma direta e objetiva: “*Acho que sim*”. “*Sim, pra quem gosta, eu não tenho interesse*”.

Quanto à participação em algum movimento, os jovens de São Pedro dividiram-se em suas respostas: “*Não*”; “*Não, eu participo*”. “*Eu também*”. “*A gente participa da comissão cultural do colégio e do movimento estudantil*”.

Motivados a problematizarem a questão, os jovens estabeleceram o seguinte diálogo:

“O resultado não é imediato. Você sempre tem que estar ali reivindicando seus direitos. Você sempre tem que estar ali presente, porque senão... Não adianta você chegar lá e falar ‘Vou reivindicar por isso hoje’ e isso vai acontecer hoje porque não vai”.

“Porque se você não fizer nada, ou você fica sentado esperando mudar, ou você faz”.

“E ficar sentado esperando mudar...”.

“Não vai adiantar nada”.

“Vai demorar muito tempo para mudar”;

“A gente não tem que se acomodar. A gente tem que estar sempre lutando e puxando...”.

(Diálogo entre jovens do bairro São Pedro)

Por terem demonstrado desinteresse em relação ao assunto, os jovens de Dom Bosco foram incitados a falar sobre o assunto por meio de uma pergunta que fazia menção a um fato que lhes dizia respeito, o fechamento da escola do bairro.

Nesse sentido, foi feita a seguinte pergunta: “Vocês participaram da manifestação do fechamento da escola Dom Orione?” e as respostas foram as seguintes: “*Sim, porque a gente era do ‘Reggae Bem’*”; “*Sim. Uma vez também fiquei de bandeira lá em baixo para um deputado aí*”; “*Por causa do campinho também (campo em frente ao shopping)*”. Relataram então a experiência da manifestação dos moradores do bairro para a reabertura da escola Dom Orione, observando que a participação de alguns jovens do projeto foi via grupo de percussão do qual faziam parte.

No tocante à participação política existem diferenças significativas de percepção e entendimento do assunto quando são realizadas comparações dos conteúdos das falas dos jovens. Observa-se que os jovens do bairro São Pedro apreenderam os conteúdos discutidos nas oficinas, sobretudo de Cultura Política, e fizeram uso de termos e reflexões desenvolvidas nesses espaços com clareza e desprendimento. Já os jovens de Dom Bosco mostraram-se resistentes à discussão referente ao assunto e só se sentiram motivados a falar quando lembrados de experiências recentes de mobilização no bairro em virtude dos problemas vivenciados pela comunidade. Fizeram questão ainda de frisar que participaram via manifestação cultural: “*Sim, porque a gente era do ‘Reggae Bem’*”, e não porque o assunto os interessava.

Ainda quanto ao tema participação política, os jovens de São Pedro observaram que o jovem é mostrado pela mídia de forma negativa e a participação seria uma forma de possibilitar uma outra visão sobre os jovens: “*Então, a gente tem que mostrar pra eles, fazer com que tenham uma outra visão do jovem*”. “*Eles não mostram quando os jovens estão praticando uma ação solidária ou alguma coisa que preste. Isso eles não estão interessados. Estão interessados em mostrar o quê? O lado ruim, que é a minoria. O lado bom, eles esquecem*”.

As falas dos jovens sobre assuntos como democracia, política e poderes de Estado, reforçam as diferenças no tocante às percepções relacionadas ao assunto, o que pode ser constatado nas falas que seguem. No que diz respeito à política e democracia os jovens de São Pedro observaram:

“Pra mim, política é a junção de tudo isso que a gente tá vendo, sabe? Um pequeno movimento que a gente quer alguma coisa melhor pra gente já é política. Política para mim não distingue o tamanho do movimento, se ele é grande ou pequeno. O importante é a ação dele. A atitude que a gente tá tendo, acho que é o mais importante”.

“É a opinião da maioria, sabe? Igual a gente fala que vive em uma democracia, mas nem sempre é isso que acontece”.

“Às vezes, a gente não tem direito à palavra”.

“Acho que, às vezes, a gente luta, luta, luta e não consegue o que a gente quer. A gente para, a gente protesta e mesmo assim não adianta. Acho que o poder hoje em dia, o nome do poder é o dinheiro. Então, o dinheiro hoje em dia manda em tudo...”.

“Só existe democracia em época de eleição. Ai, existe democracia porque eles te procuram para votar, fazem mil promessas... Depois de eleito... aí esquecem”.

“Igual essa obra aqui em São Pedro mesmo, do córrego. Há quanto tempo está esta placa? Desde 1996 a Via São Pedro vai sair. Ano que vem é ano do quê? De eleições presidenciais. A obra começou do nada. E tá uma correria pra quê? Para até no meio do ano estar pronta e inaugurada pra quê? Para o governador de Minas fazer campanha em cima da hora”.

“Oh, vou te dar um exemplo de que não existe democracia no Brasil. Eles estão fazendo aquilo ali, mas eles não querem nem saber das pessoas que estão perdendo as casas. Quer dizer, eles passam por cima das pessoas para fazerem aquilo que eles querem. Eles não querem saber a nossa opinião, entendeu? Tudo bem que aquilo ali é bom sim. Mas só que vai... claro que eles vão indenizar um monte de gente ali, mas tem gente ali que ficou a vida inteira construindo a casa e agora vai ter que sair obrigado. Eles derrubam a casa e dão quinze mil achando que uma pessoa vai comprar uma casa com quinze mil”.

“O que é mais fácil: despoluir um rio ou jogar cimento em cima e construir uma rodovia? Mais fácil fazer a rodovia que vai garantir muito mais votos”.

“E outra coisa também. Agora, começou a fazer este condomínio aqui no São Pedro, aquele posto de gasolina vai abrir porque vai ter a BR ali perto. Eles já vão programando tudo. ‘Vai passar muito carro aqui, então vamos abrir um posto’. Aí em cima eles vão abrindo lojas... eles vão pensando em tudo aqui”.

“Igual aqui, cidade alta, por quê? Tudo bem que São Pedro melhorou, mas eles estão chamando de Cidade Alta porque muito rico estão fazendo casa neste condomínio. Tudo mudando, mas a pobreza continua a mesma. Gente passando dificuldade é do mesmo jeito, não diminuiu nada”.

“Sabe o que eles vão acabar fazendo? Vão pegar esses bairros que tem ainda, vão querer tirar o povo para construir condomínio. Daqui há alguns dias vai acontecer isso: vão tirar o povo dos bairros para construir condomínios”.

“Sabe quanto que tá o aluguel de um apartamento aqui perto da universidade com dois quartos? Apartamento pequeno. Seiscentos reais, setecentos reais. Supervalorizou”.

(Diálogo entre os jovens de São Pedro)

A discussão sobre o que é democracia possibilitou aos jovens não só realizarem problematizações sobre essa temática específica como também sobre outros assuntos correlacionados, como críticas a respeito da política atual do Brasil, avaliações do governo Lula, do governo do estado de Minas Gerais, as relações entre os governos e sobre a corrupção envolvendo o Distrito Federal. Em seus discursos ficou explícito ainda que possuem conhecimento sobre as funções desempenhadas pelos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Em relação à mesma discussão, os jovens de Dom Bosco quando motivados a falar sobre o assunto por meio das questões que foram propostas restringiram-se a respostas curtas, sem qualquer discussão entre eles sobre as opiniões individuais emitidas.

Em relação à pergunta “O que é democracia?”, estes jovens observaram: “*Política*”, “*Partido Democrata*”; com o intuito de estimulá-los a discorrer mais sobre o assunto foram então indagados se “Há democracia no Brasil?” e então responderam: “*Na TV eles falam né*”.

Ao ser feita a pergunta “O que é política para vocês?”, responderam: “*Um bando de gente corrupta*”. E então indagados “Todos os políticos são corruptos?” observaram: “*Não. Alguns*”.

Com o objetivo de aferir o conhecimento que possuíam sobre os poderes de Estado, assim como feito com o grupo de São Pedro, foram perguntados: “Qual a função do legislativo?”, e então responderam: “*Fica só lá sentado*”. “*Os vereadores têm que ver nos bairros o que tá precisando, o que tem que ser feito e levar pro prefeito, eles são um meio de levar a população até o prefeito*”. “*Ir ao bairro para ver o que tá precisando... Abaixo-assinado*”.

Novamente os jovens do bairro Dom Bosco emitiram em seus discursos opiniões veiculadas no cotidiano, apreendidas em suas experiências comunitárias, sem demonstrações de utilização dos conteúdos trabalhados pelas oficinas.

Para finalizar a discussão desenvolvida com ambos os grupos, uma última questão foi proposta no sentido de identificar como visualizavam as possibilidades de mudanças na sociedade e de que forma essas mudanças poderiam ser viabilizadas. Nesse sentido, foi realizada a pergunta: “É possível uma outra sociedade, sem desigualdades?”.

Os jovens de São Pedro em suas respostas observaram que isso é possível, com variações sobre a forma como tal sociedade poderia ser alcançada e problematizações em relação à sociedade atual.

Para alguns, o poder de influência da mídia para que a sociedade continue do jeito que está é muito grande e que depende de cada pessoa querer mudar, numa perspectiva de responsabilização individual no que se refere às mudanças:

“É influenciado pela mídia, pelo capitalismo. Acho que tem condições de se ter uma sociedade mais igualitária? Tem, mas depende de cada um de nós. Se cada um de nós fizermos a nossa parte para melhorar...”

“O dever da mídia é chamar as pessoas para comprar, para participar e ela consegue isso porque nós somos muitos... Ela é muito... a mídia é dominante. O tempo todo ela tenta dominar o consumidor e a gente... se na televisão fala que é bom comprar, a gente vai lá e compra. Por quê? Porque a gente já tá dominado pela mídia”.
(Jovens de São Pedro)

Outros, a partir dessas falas, observaram que a perspectiva de mudança deve ser pensada coletivamente:

“Ações políticas também.” “A gente lutar pelo o que a gente quer também. Movimentos sociais”.

“Acho assim, o que a sociedade tem? Membros e esses membros devem ser unidos, porque se não tiver união não adianta. Ah, e não adianta falar que não precisa de ninguém, sozinho não faz. Acho que todo mundo, um depende do outro. Se todo mundo der as mãos, todo mundo lutar pelo o que quer, acho que melhora, mas uma sociedade igualitária é difícil. Pelo menos melhorar um pouco porque não acredito que vai ser totalmente igualitária”.
(Jovens de São Pedro)

Os jovens de Dom Bosco, no tocante à questão, por sua vez, observaram:

“Sim, se as pessoas tiverem vontade. Não deveria haver diferença entre negros, pobre. Deus fez todos iguais, mas não há respeito.”

“Ah, eu acho que ninguém tem culpa, não é culpa nossa, porque isso vem de muito tempo atrás. Por que apareceu o negro, o branco; muito antes o negro já era pobre”.

“Sim, um ajudando o outro”.

“Não, vai ficar sempre assim”.
(Jovens de Dom Bosco)

Esses jovens não estabeleceram qualquer relação entre as condições atuais da sociedade e possíveis mudanças. Ao contrário, tendem a naturalizar a ordem societária ao afirmarem que “(...) não é culpa nossa, porque isso vem de muito tempo atrás”, ou ainda, no extremo, chegam a acreditar que a mudança não é possível: “Não, vai ficar sempre assim”.

Com base no exposto pode-se afirmar que os jovens de ambos os bairros estabelecem com a cidade uma relação diferenciada em virtude, sobretudo, do local de moradia e que essa relação influencia significativamente suas percepções e perspectivas de construção de outros espaços de participação, representação, organização e ação. Diferencia-os ainda no tocante às relações que estabelecem entre eles, à medida que os jovens de São Pedro demonstraram maior poder de argumentação e travaram debates a partir das opiniões proferidas com o objetivo de reforçá-las, caso concordassem, ou contrapô-las, caso discordassem.

Os jovens de São Pedro emitiram opiniões fundamentadas em análises que por si só conseguiram desenvolver, análises estas que demandaram articulações e embasamentos em conhecimentos adquiridos. Essa constatação fica explícita na fala de um dos jovens: *“Acho que a gente tem que cobrar para que isso aconteça. A gente sabe também que há grandes grupos comerciais aí que estão acima do governo. Esses não fazem a sua parte para melhorar a sociedade”*.

Ao ser estabelecida uma comparação entre os dois bairros de moradia dos jovens ficam evidenciadas as diferenças quanto à forma de ocupação do solo, a infraestrutura urbana e a existência de equipamentos sócio-culturais. Consequentemente, essas diferenciações influenciam as relações que os habitantes de cada bairro estabelecem com a cidade.

Os jovens residentes no bairro Dom Bosco por viverem em um local demarcado por processos de isolamento e distinção social, pelas desigualdades de acesso às políticas públicas e condições de vida de uma forma geral, vivenciam um processo de identificação que tende à internalização e naturalização da condição que possuem de jovens pobres.

Marques (2005) em relação a isso observa que a sociabilidade é significativamente afetada pela redução dos contatos entre grupos. Fica afetada a comunidade social e política circunscrita pela cidade, já que a ausência de contatos empobrece a esfera pública e reduz o sentimento de pertencimento entre os indivíduos. “(...) os indicadores sociais de indivíduos pobres que moram em espaços periféricos são sistematicamente piores que os de outros de iguais características sociais que habitam áreas majoritariamente ocupadas por grupos sociais de melhor condição” (MARQUES, 2005, p. 44).

No que se refere ao bairro São Pedro é possível afirmar que diferentemente do bairro Dom Bosco, a heterogeneidade interna de distribuição dos grupos no espaço proporciona formas de sociabilidades diferenciadas e consequentemente uma experiência urbana demarcada por perspectivas de mobilidades.

Nesse sentido, os jovens de São Pedro vivenciam processos que articulam possibilidades reais de estranhamento com um movimento de desnaturalização da desigualdade proporcionados pela inserção sócio-espacial. Isso pode ser constatado na fala de uma das jovens que ao tecer considerações sobre os novos investimentos na região destacou que *“(...) Tudo bem que São Pedro melhorou, mas eles estão chamando de Cidade Alta porque muito rico estão fazendo casa neste condomínio. Tudo mudando, mas a pobreza continua a mesma. Gente passando dificuldade é do mesmo jeito, não diminuiu nada”*.

Para esses jovens, a partir da reconstrução de escalas de entendimento e apreensão do mundo, ao identificarem as distâncias sociais, é possível acreditar em mudanças a partir do momento que criam suas estratégias, projetam seu futuro, vivenciam as desigualdades, experimentam o diverso, convivem com as diferenças, percebem as contradições e vislumbram caminhos possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permite afirmar que a juventude não pode ser analisada de forma unilateral, pois não é vivida igualmente por todos os indivíduos que a compõem. A juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra. Nesse sentido, destaca-se a relevância do uso sociológico no plural do termo juventude para dar conta da diversidade constituída pelos grupos sociais concretos que vivenciam esta fase de transição à maturidade.

As diferenças existentes no interior da juventude são acentuadas pela posição que o jovem ocupa nas relações sociais e que é condicionada pelo acesso ou não aos bens públicos, culturais, pela forma como o Estado organiza as políticas sociais para este segmento e onde se localizam os jovens na cidade.

Na contemporaneidade, dadas as transformações em curso, como as de cunho econômico e cultural, a relativa incerteza, própria desse período etário, é multiplicada por incertezas que derivam das dificuldades vivenciadas e da variedade de cenários onde as escolhas podem estar situadas. Embora este seja um processo comum a todos os jovens, são os jovens pobres os que mais vivenciam a falta de oportunidades, já que sua condição os impõe limites mais rígidos e definidos para a realização de escolhas e realizações.

Na juventude ocorre a apropriação efetiva do espaço urbano, propiciado pela maior liberdade de ir e vir, conquistada nesse momento da vida. É na cidade e através de sua apropriação que se produzem diferentes formas de sociabilidade. O espaço urbano torna-se, portanto, para os jovens a primeira experiência política na vivência da vida pública, seja pelo ingresso no mercado de trabalho ou por experiências diversificadas de sociabilidade.

A cidade apresenta-se como elemento central no debate à medida que seu uso e apropriação são mecanismos para a realização do pleno sentido da política.

Devido às ações dos sujeitos coletivos e do poder público na ordenação do espaço urbano, a apropriação da cidade é permeada por disputas políticas em virtude das relações e antagonismos de classe, o que define a extensão do direito dos cidadãos a ela.

A posição dos jovens pobres na cidade reflete as relações sociais de tipo desigual, que resultam em diferentes capacidades de apropriação do espaço urbano. Essas diferenças sociais revelam a desigualdade entre aqueles que têm direito à cidade e os benefícios que ela disponibiliza dos que não o tem.

Ao subordinar o espaço, transformando-o em mercadoria, o mercado impõe cada vez mais limites às condições e possibilidades de seu uso. Os jovens pobres não vivem a cidade da mesma forma que os demais jovens. A esses jovens não está reservado viver a cidade como espaço público em seu sentido mais amplo. O espaço não se realiza como totalidade.

Os limites de seus territórios usados refletem a pouca possibilidade de uso e de apropriação que esses sujeitos têm da cidade. Essa restrição, determinada pelos mecanismos de desigualdade social e de distinção territorial, possibilita certa naturalização de sua condição de classe. A eles são reservados fragmentos da cidade, o que dificulta a possibilidade da apropriação não apenas dos bens materiais como também dos investimentos simbólicos do próprio espaço.

Os mecanismos de distinção territorial promovem e reproduzem as desigualdades. As restrições de acessos aos bens públicos e de mobilidade vivenciadas pelos jovens pobres manifestam a ausência de direitos corporificados por esses sujeitos. Por sua reduzida possibilidade de apropriação econômica acabam não podendo intervir de maneira decisiva na estruturação do espaço urbano. Pensar os jovens pobres na cidade significa pensar nos mecanismos de distinção territorial e de desigualdade a quais estão cotidianamente submetidos e que restringem o uso e a apropriação da cidade e do urbano.

O estudo desenvolvido com os jovens dos bairros Dom Bosco e São Pedro permite afirmar que as dinâmicas sócio-espaciais contribuem de forma determinante para uma diferença entre os jovens na forma de se relacionarem com o outro, com as instituições e com a própria cidade, sendo este elemento importante para suas perspectivas de participação e futuro.

Nas atividades realizadas com os jovens no decorrer do projeto foi possível ainda perceber que suas histórias de vida são fortemente demarcadas pelas relações estabelecidas em suas comunidades, com incidência nas relações que desenvolvem nos demais espaços.

A estratégia utilizada pela equipe do projeto de trabalhar com os jovens por meio de turmas que tivessem representantes de ambos os bairros, com o intuito de proporcionar novas convivências e trocas permitiu identificar as distinções de participação, interesse e condução das atividades dos jovens. Distinções essas amplamente identificadas ao término das atividades quando foram realizados os *grupos de discussão* com os jovens separados por bairro.

O perfil sócio-econômico dos jovens pesquisados demonstra que suas condições de vida no que se refere à renda, escolaridade, configuração familiar e acesso aos serviços públicos são semelhantes, porém experimentam o cotidiano de forma diferenciada, entre si, e em comparação com a juventude brasileira, em função das particularidades sociais, culturais, econômicas e territoriais que vivenciam.

Destaca-se então que suas percepções e escolhas por determinados projetos de vida são fortemente influenciados pela localização que possuem na cidade em virtude dos seus bairros de moradia.

Com base na referência teórica utilizada neste estudo e nos resultados da pesquisa de campo realizada, pode-se afirmar que grupos igualmente pobres em locais diferentes possuem horizontes diferentes. Essa diferenciação de horizontes tem a ver com os contatos estabelecidos no cotidiano, os quais têm papel de promoção ao permitirem troca entre modos de vida e oportunidades de mobilidade social.

Dessa forma, áreas segregadas vivenciam um processo que colabora para perpetuar as desigualdades, situações de pobreza e estreitamento das relações entre seus moradores com o resto da cidade e a capacidade destes de interferirem na vida pública.

Além do bairro de moradia, destaca-se em relação aos jovens pesquisados que a educação e o trabalho marcam suas condições de vida de forma intensa como apresentado em suas falas. Essas questões, também comuns a outros jovens do país, permitem a caracterização de um quadro em que estes sujeitos vivenciam uma situação de geração.

Ao serem problematizadas as percepções dos jovens no tocante à educação e ao trabalho, levando em consideração a localidade de moradia dos mesmos, são explicitadas as diferenças apontadas entre os grupos.

Embora os jovens do bairro São Pedro tenham apontado dificuldades para cursarem o primeiro ano do ensino médio em escolas estaduais situadas no centro, devido à locomoção e falta de ajuda governamental para o deslocamento, estes jovens possuem o desejo de continuarem os estudos. E ainda criticam a qualidade da educação que recebem, porém

atribuem importância à escola em suas vidas em virtude das experiências dotadas de significados que foram e são vivenciadas nesse espaço.

Os jovens de Dom Bosco também reconhecem a importância dos estudos, mas em virtude das situações vivenciadas no ambiente escolar, demarcadas pela falta de atratividade e incapacidade de envolver os alunos, pela baixa qualidade do ensino, pela desconsideração das manifestações sócio-culturais da comunidade, acabam por ter um horizonte em que a educação se faz presente de forma secundária.

Destaca-se que receber uma educação de qualidade é um dos principais passos para mudar a realidade desses jovens. A educação é componente fundamental para a qualidade de vida da população juvenil, na medida em que afeta seus horizontes de experiência. O conhecimento proporcionado pela educação é essencial para o êxito dos jovens pobres, sendo considerado um dos principais instrumentos para a superação das desigualdades.

O outro elemento de destaque, o trabalho, apresenta-se para os jovens pesquisados como caminho para uma vida melhor e capaz de proporcionar perspectiva de futuro. Porém não deixam de mencionar o quadro de incertezas vivenciado quanto à inserção no mercado de trabalho. Embora com impactos mais agudos na vida dos jovens pobres, essa condição de instabilidade é mais ou menos comum a todos os jovens, já que representam o segmento etário mais afetado pelas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

A experiência da juventude brasileira quanto ao trabalho se revela em um contexto de incertezas. A busca, quase sempre frustrada por emprego, acarreta ansiedade nos jovens, gerando muitas vezes o sentimento de isolamento. O desemprego estrutural, por mais que afete todas as gerações, não deixa de ser uma marca geracional dos jovens hoje, visto que o trabalho precário e sua ausência constituem um campo de experiências dessa geração.

Pertencer à mesma geração franqueia a esses sujeitos uma situação comum espaço-temporal. Isso delimita um horizonte potencial de conhecimento e possibilidades que é influenciado pelo local de moradia, o qual opera diretamente como segmentador de experiências dos jovens. Nesse sentido, o local de moradia dos mesmos é um dos fatores que marcam suas identificações.

As representações construídas acerca do local de moradia dos sujeitos influenciam a forma como os mesmos se reconhecem, se projetam e se apropriam dos espaços da cidade. Logo, a dimensão territorial torna-se um determinante na construção da trajetória dos jovens, ao passo que interfere na sociabilidade e no cerceamento da mobilidade nos espaços urbanos. A segregação do espaço é desse modo, prática importante de organização das identidades dos jovens, influenciando no desenho possível de sua organização e pertencimento.

As práticas sociais referenciadas pela espontaneidade das ações por meio do lugar, a partir do que dele é específico, de suas qualidades e identidades próprias, potencializam claras e diretas relações com os processos globais de construção e vivência do político e da presença efetiva do Estado na ordenação cotidiana da vida. Por meio dessas relações são dadas as possibilidades de transformação da vida e de seu espaço de vida por meio da participação política e o olhar para o futuro em busca daquilo que se coloca no cotidiano como possibilidade ou utopia.

A cidade assim é encarada como espaço por excelência da política, encontro de idéias, ideais, realidades e possibilidades, onde sujeitos desiguais disputam seu uso e apropriação.

Nessa perspectiva, o debate que deve ser politizado diz respeito ao direito à cidade dos jovens pobres que têm a produção e reprodução de sua vida demarcada por suas experiências cotidianas.

As oficinas sócio-educativas realizadas com os jovens pesquisados apresentaram essa proposta à medida que a ideia de pertencimento territorial foi desenvolvida procurando estabelecer uma relação mais ampla entre o bairro de origem e o restante da cidade. Paralelamente foram empreendidas discussões a respeito das desigualdades sócio-territoriais e apontadas algumas formas e espaços de luta e organização dos trabalhadores urbanos que têm a cidade como reivindicação. Todo o trabalho procurou desnaturalizar a desigualdade, através do constante exercício da comparação entre o bairro e o centro da cidade, o bairro em relação a outros bairros e o bairro em relação à UFJF em virtude da importância desta instituição para o seu entorno.

O trabalho com jovens urbanos pressupõe a apropriação da cidade como uma possibilidade de construção de novos espaços coletivos numa dimensão política. Nessa lógica surge a possibilidade de um novo entendimento para as demandas sociais apresentadas, a partir da defesa dos direitos de cidadania. Além disso, as ações desenvolvidas a partir dessa compreensão poderão significar uma incidência no território de impactos reais em sua organização espacial e ampliação de acesso aos bens socialmente produzidos.

A crítica à mobilidade restrita que os jovens pobres possuem permite problematizar não apenas a circulação dos jovens na cidade, mas, sobretudo, a apropriação da cidade, já que o verdadeiro direito à cidade se manifesta como forma superior dos demais direitos, como o direito à liberdade, o direito de ser jovem, de ser trabalhador, o direito aos serviços públicos de saúde, educação e lazer.

Dessa forma, o acesso aos benefícios da cidade extrapola o campo das experiências individuais, na medida em que as oportunidades passam a estar condicionadas pelo direito que esses jovens têm à cidade e que irá marcar sua trajetória ao longo do ciclo da vida.

Reforça-se a constatação de que as ações destinadas aos jovens urbanos precisam levar em consideração as especificidades vivenciadas por esses sujeitos na contemporaneidade, como experiência sócio-cultural particular, experiência essa de uma geração marcada pelo desemprego e pelas dinâmicas sócio-espaciais vivenciadas a partir de seus locais de moradia.

Essas ações podem contribuir para que os jovens filhos de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, e que hoje reproduzem sua vida em condições de incerteza, precariedade, inseridos em bairros periféricos, tenham possibilidades reais de participação na vida social.

É a partir deste contexto que a questão da juventude na relação entre dinâmicas sócio-espaciais e perspectivas de participação e futuro é apresentada. Para que os jovens possam ser reconhecidos neste jogo das relações sociais é preciso que sejam valorizados como interlocutores válidos nas arenas de negociação a partir das relações que estabelecem com a cidade. A cidade, portanto, como um espaço da política, entendida como resultante da relação entre os homens.

A importância de tornar esses sujeitos – os jovens, e em especial, os jovens pobres – visíveis e corporificados de direitos reside nas possibilidades abertas pela construção de relações que extrapolam suas comunidades de origem, pela identificação das desigualdades sociais e desnaturalização das diferenças.

Na luta pela sobrevivência, vivenciada cotidianamente, os jovens pobres podem ter um horizonte que extrapola a imediatividade de suas demandas e apresenta um horizonte de participação social.

Daí a ênfase que se dá à rua, ao circular, ao viver e experimentar a cidade, através do maior e mais amplo acesso aos seus bens, pela via de sua efetiva apropriação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Coord.). **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

ANDRADE, E. R.; NETO, M. F. Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007. p. 57-80.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE JUIZ DE FORA. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Sociais/CPS da UFJF, 2009. Disponível em www.pjf.mg.gov.br/cidade/anuario_2009/index.html

ARENDT, H. **O que é política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BALBIM, R. A quinta dimensão do espaço. Cotidiano e práticas espaciais. In: SOUZA, M. A. de S; et al. (Orgs.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003. p. 154-173.

BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M.; et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 125-144.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª ed. 2007.

BORGES, C. M. **Solidariedade e conflitos** - histórias de vida e trajetórias de grupo em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. e; KANSO, S. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 71-88.

CARA, D.; GAUTO, M. juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007. p. 173-198.

CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, M. do C. B. de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CASSAB, C. **(Re) Construir utopias: jovem, cidade e política**. Tese de doutorado em geografia. Universidade Federal Fluminense; Niterói: [s. n.] 2009. 228 f.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

CASSAB, M. A. T.; et al. Imagens e políticas para jovens pobres: interações na ordenação da cidade. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, dez. 2007. p. 31-54.

CASSAB, M. A. T.; PORTELLA, M. C. R. O projeto UFJF: Território de Oportunidades. In: CASSAB, M. A. T. (Org.). **Para construir espaços solidários: uma metodologia de trabalho com jovens**. Juiz de Fora: EDUJUF, 2006.

CASSAB, M. A. T.; REIS, J. R. dos. Juventude e cidade: um debate sobre regulação do território. In: **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2009. p. 143-154.

CASSAB, M. A.T.; MATTOSO, F. A.; REIS, J. R. dos. Juventude na contemporaneidade: ação política em tempos de não política. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009, São Luís. **Anais...** São Luís: JOINPP, 2009.1 CD-ROM.

CASSAB, M. A. T.; NEGREIROS, A. Jovens trabalhadores e o debate da redução da jornada de trabalho. **Revista Versus Acadêmica**, Rio de Janeiro: UFRJ, abril de 2010. p. 85-91.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

CASTRO, M. G.; VASCONCELOS, A. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007. p. 81-118.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 1, 1997. p. 145-165.

ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007. p. 21-56.

FORACCHI, M. **A Juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FRAGA, P. C. P. Juventude, Periferia e Experiência Social. In: **Periferia: para além da violência**, ano 3, n. 9, maio/2008. Disponível em: www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=186&cod_boletim=10&tipo=artigo

FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude; desafios do trabalho do assistente social na área sóciojurídica. In: SALES, M. A; ET AL. (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 261-298.

ÍNDICE DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Programa de Redução da Violência Letal**, 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/IHA.pdf>

IPEA. PNAD 2007. Primeiras análises. **Educação, juventude, raça/cor**. IPEA: Comunicado da Presidência, n.12, v. 4, 2008.

IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010.

JAMENSON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v.4, n.1, junho 2002. p. 25-59.

LEFÈBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MANNHEIM, K. O problema Sociológico das Gerações. In: FORACCHI, M. (Org.) **Karl Mannheim**. São Paulo: Ática, 1978.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). **São Paulo**: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: SENAC, 2005. p.19-56.

MARTINS, C. H. dos S.; SOUZA, P. L. A. de. Lazer e tempo livre dos (as) jovens brasileiros (as): escolaridade e gênero em perspectiva. In: ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.) **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007. p. 119-148.

MENDES, J. T. N. M. **O projeto de vida dos jovens pobres na vivência do tempo presente**. Dissertação de Mestrado. UFJF: Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação, Juiz de Fora, 2008. 135p.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M.; et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, ano XVII, abril 1996. p. 87-132.

NOVAES, R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias um debate em curso. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 121-141.

OLIVEIRA, F. de. O Estado e o Urbano no Brasil. In: **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Cortez, n. 6, jun/set. 1982. p. 36-54.

_____. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Orgs.). **A Era da Indeterminação**, São Paulo: Boitempo, 2007. p. 16-45.

OLIVEIRA, M. P. de. A utopia do direito à cidade: possibilidades de superação da dicotomia favela-bairro no Rio de Janeiro. In: **Geographia**, n. 14, ano 7, 2006. p. 59-74.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE JUIZ DE FORA - Relatório Final/ Documento de trabalho. Juiz de Fora, 2007.

PLANO ESTRATÉGICO DE JUIZ DE FORA – Plano JF – Relatório Final/ Documento de trabalho. Juiz de Fora, 2000.

PONTUAL, P. Juventude e poder público: diálogo e participação. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 97-119.

RIBEIRO, A. C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, M. A; et al. (Orgs.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 29-40.

RIBEIRO, A. C. T.; LOURENÇO. Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXIII, n. 72, nov. 2002. p. 53-61.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

STEHLLING, L. J. **Juiz de Fora**: a Companhia União e Indústria e os alemães. Edição da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/Documentário histórico; 1979.

TAVARES, G. M. (Org.). **Atlas social – Juiz de Fora**: diagnóstico. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2006.

TORRES, H. da G.; MARQUES, E. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 4. out./dez. 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000400005&script=sci_arttext

UNESCO. **Políticas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

VASCONCELOS, A. M. Serviço social e prática reflexiva. In: **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: UERJ, n.10, jul. 1997. p. 131-181.

WELLER, W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, maio/ago. 2006. p. 241-260.